



**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ANDRÉA KARLA WANDERLEY CHIANELLO

**O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II: (re)compondo a
história e a memória institucional no período de 2012/1 a 2018/2**

Rio de Janeiro
2024

ANDRÉA KARLA WANDERLEY CHIANELLO

**O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II: (re)compondo a história e a memória
institucional no período de 2012/1 a 2018/2**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro

Rio de Janeiro
2024

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C532 Chianello, Andréa Karla Wanderley

O PRONATEC no Colégio Pedro II : (re)compondo a história e a memória institucional no período de 2012/1 a 2018/2 / Andréa Karla Wanderley Chianello. - Rio de Janeiro, 2024.

167 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Rogério Cunha de Castro.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Brasil). 4. Políticas públicas em educação. 5. Formação profissional. 6. Projeto de extensão. 7. Colégio Pedro II. I. Castro, Rogério Cunha de. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 370.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



ANDRÉA KARLA WANDERLEY CHIANELLO

**O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II: (re)compondo a história e a memória
institucional no período de 2012/1 a 2018/2**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 18 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro
Orientador

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Rigoni Carmo
Colégio Pedro II

Prof.^a Dr.^a Alessandra Pio Silva
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



COLÉGIO PEDRO II

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



ANDRÉA KARLA WANDERLEY CHIANELLO

**O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II: (re)compondo a história e a memória
institucional no período de 2012/1 a 2018/2**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 18 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro
Orientador

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Rigoni Carmo
Colégio Pedro II

Prof.^a Dr.^a Alessandra Pio Silva
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para a família que o Grande Arquiteto do Universo me permitiu formar: minhas filhas, Nathália e Giulia, verdadeiras preciosidades e fontes de inspiração, e meu companheiro, esposo e amigo, Giovanni. Toda minha gratidão por serem seres humanos incentivadores, compreensivos e verdadeiros alicerces em todas as empreitadas que a vida, generosamente, me oferece.

AGRADECIMENTOS

Especialmente ao Grande Arquiteto do Universo, pela sua justiça e generosidade que oportunizam minha existência e minha caminhada evolutiva.

Aos meus pais, Paulo Wanderley (*in memoriam*) pelos ensinamentos que influenciaram minha convicção em trilhar um caminho de dignidade e por seu amor incondicional e Denize Wanderley pelo seu incentivo constante para que sempre buscase realizar meus sonhos.

Às minhas filhas, Nathália e Giulia, por serem mananciais de amor e inspiração em minha vida e pelos ensinamentos que venho absorvendo em nossas relações.

Ao meu esposo, Giovanni Antonio Pastor Chianello, pelo incondicional apoio, carinho, incentivo e amor a mim dedicado nesses últimos 35 anos de vida, nos momentos de alegria e dificuldade.

Minha irmã Ana Paula e meu cunhado Fernando Luís Guagliardi por me incentivarem e contribuírem de forma possível no início dessa etapa e por sua amizade.

Aos dirigentes máximos do Colégio Pedro II, dos anos de 2012 a 2015, Prof.^a Vera Maria Ferreira Rodrigues e Prof. Oscar Halac, que me permitiram vivenciar e, até mesmo, conduzir uma política pública com tantas singularidades, possibilitando enxergar e permitindo levar o CPII para além dos muros que o cercam.

Ao amigo e ex-colega de trabalho Sr. Antonio Palmeira, que, com respeito e profissionalismo inigualáveis, foi um grande apoiador e incentivador para a realização das parcerias no interior do estado do Rio de Janeiro.

Ao Prof. Rogério Cunha de Castro, por sua orientação conduzida com confiança, humildade e respeito, transformando a realização dessa etapa, para mim, em verdadeira caminhada de formação humana integral.

À sobrinha Mayana Teixeira, pela disponibilidade incondicional, demonstrando seu constante carinho.

A todas as equipes de trabalho do Pronatec, que acreditaram na realização do programa com zelo, superação e ética e que aceitaram contribuir com a pesquisa.

Aos alunos do Pronatec, que por meio da convivência deixaram registradas na minha vida o verdadeiro sentido do trabalho e tornaram-se minha inspiração para a elaboração desta pesquisa.

Aos professores do mestrado, por compartilharem seus conhecimentos, dando acesso a informações e discussões para a construção desta pesquisa, em especial à querida Prof.^a

Ana Carolina Rigoni Carmo, que além de incentivadora e membro da minha banca se tornou um porto seguro durante essa árdua, mas prazerosa, caminhada acadêmica.

À amiga e Prof.^a Alessandra Pio Silva, pela breve e feliz convivência durante o período que estivemos muito próximas, no CPII, pelas valiosas observações e palavras carinhosas direcionadas a mim na qualificação e por aceitar contribuir com esta pesquisa, sendo membro da banca.

Ao meu amigo, colega de trabalho e de turma do ProfEPT, Marcelo Rocha que sempre reconheceu minhas qualidades profissionais, que resultaram na minha vivência como Coordenadora Geral do Pronatec e por sua generosidade durante minha trajetória no CPII.

Aos minhas amigas da Turma ProfEPT, pelos momentos de troca de conhecimento, experiências e alegrias, em especial a Meire Mendes e Marina Ribeiro que contribuíram de diversas formas.

À minha amiga e colega de turma que o Universo generosamente me presenteou, Maria da Conceição Novaes Dias, a “Ceixa”, pelas leituras e trocas de saberes nas escadas ou corredores do campus SCIII, nos momentos que antecediam as aulas. Pelo carinho e ajuda incondicional nessa trajetória de elaboração e escrita da pesquisa e por ter, muitas vezes, acreditado em mim mais do que eu mesma acreditaria.

À amiga e colega de trabalho, Angélica Duarte, que, sempre com companheirismo, carinho e perspicácia, me ajuda a conviver com as “mazelas do império”.

À querida chefe e amiga Tais Ferreira, simplesmente por me permitir compartilhar as dores e sabores dessa existência e dessa experiência acadêmica.

Ao diretor do *campus* Tijuca II, Prof. Robson Castro, que, com sensibilidade, me concedeu o afastamento para que fosse possível cumprir essa etapa de vida.

Aos colegas de trabalho da Secretaria Escolar do *campus* Tijuca II, que me acolheram com carinho e tornam os dias prazerosos e felizes.

À colega de trabalho Vania Lacerda, pela revisão deste trabalho, sempre tão zelosa.

À colega Ingrid Pabst, que generosamente me auxiliou com a elaboração dos formulários.

Ao meu canário belga, Belo, que com sua música me acalmava, inspirava e me direcionava mentalmente a lugares inspiradores e criativos, em especial ao meu eterno lugar de afeto, que é a Ilha de Paquetá.

A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que “fecham” ou “abrem” os circuitos da história.

Florestan Fernandes, 1976

RESUMO

CHIANELLO, Andréa Karla Wanderley. **O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II: (re)compondo a história e a memória institucional no período de 2012/1 a 2018/2.** 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), na Linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em EPT e teve como objeto de investigação a história da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no âmbito do Colégio Pedro II, quando equiparou-se aos Institutos Federais (IFs) em 2012, até o ano de 2018. O Pronatec, foi implementado em 2011, como parte da política pública direcionada a educação profissional e tecnológica (EPT) pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Essa investigação científica teve como objetivo principal registrar a experiência da implementação das ações de desenvolvimento do Pronatec, na modalidade Bolsa Formação Trabalhador (BFT), dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que envolve cursos de curta duração abrangendo de 160 a 400 horas. Os objetivos específicos voltaram-se não apenas compreender os aspectos técnicos do programa, mas também desvelar as experiências, percepções e contribuições de todos dos(as) ex-alunos(as) e dos(as) profissionais que participaram do programa, resgatando dessa maneira a memória coletiva. Trata-se de uma investigação em forma de estudo de caso exploratório, com abordagem quantitativa-qualitativa. Além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se pesquisa documental nos dossiês do CPII, como instrumento de coleta de dados utilizou-se de formulário de pesquisa com os participantes, com objetivo de registrar suas vivências e aprendizados. Como produto educacional optou-se pelo livro digital, para o registro de dados, tendo em vista que a história das ações do Pronatec, no CPII, coaduna com a história das políticas públicas no cenário nacional e com a sua própria história. A elaboração de um *e-book* para seu registro permitirá ampla divulgação da história, assim como sensibilizar a comunidade escolar para a importância de políticas públicas implementadas por meio de projetos e programas na área de extensão.

Palavras-Chave: Pronatec; Educação Profissional e Tecnológica; Curso de Formação Inicial e Continuada; Extensão; Colégio Pedro II.

ABSTRACT

CHIANELLO, Andréa Karla Wanderley. **O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II: (re)compondo a história e a memória institucional no período de 2012/1 a 2018/2.** 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

This research was developed within the scope of the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education in the National Network (ProfEPT), in the Research Line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in EPT and had as its object of investigation the history of the implementation of the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec), within the scope of Colégio Pedro II, when it was equated to the Federal Institutes (IFs) in 2012, until the year 2018. Pronatec was implemented in 2011, as part of the public policy directed to professional and technological education (EPT) by the Ministry of Education, through the Secretariat of Professional and Technological Education (SETEC). This scientific investigation had as its main objective to record the experience of the implementation of Pronatec development actions, in the Worker Training Grant (BFT) modality, of the Initial and Continuing Training (FIC) courses, which involves short courses covering 160 to 400 hours. The specific objectives were not only to understand the technical aspects of the program, but also to reveal the experiences, perceptions and contributions of all former students and professionals who participated in the program, thus recovering the collective memory. This is an exploratory case study investigation with a quantitative-qualitative approach. In addition to bibliographic research, documentary research was used in the CPII dossiers. A survey form was used as a data collection instrument with the participants, with the aim of recording their experiences and learning. As an educational product, a digital book was chosen to record data, considering that the history of Pronatec's actions in the CPII is consistent with the history of public policies in the national scenario and with its own history. The creation of an e-book to record this history will allow for broad dissemination of the history, as well as raising awareness in the school community about the importance of public policies implemented through projects and programs in the area of extension.

Keywords: Pronatec; Professional and Technological Education; Initial and Continuing Training Course; Extension; Colégio Pedro II.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do Tempo do Colégio Pedro II	58
Figura 2 - Capa do Guia Pronatec de Cursos FIC – 4ª edição.....	73
Figura 3 - Etapas de Execução do Bolsa-Formação	77
Figura 4 - Acervo documental Pronatec – Depósito de materiais (Reitoria).....	83
Figura 5 - Acervo documental Pronatec – Sala de oitivas (Reitoria)	83
Figura 6 – Fachada Unidade Remota Paty do Alferes.....	94
Figura 7 - Fachada Unidade Remota Saquarema	94
Figura 8 - Formatura do Pronatec no estado do Rio de Janeiro	95
Figura 9 - Entrega de certificado para aluna do CPII em evento no estado do Rio de Janeiro	95
Figura 10 - Formatura do Pronatec no Campus Duque de Caxias	98
Figura 11 - Formatura do Pronatec nos campi Centro e Engenho Novo II.....	99
Figura 12 - Formatura na Unidade Remota (UR) Paty do Alferes	99
Figura 13 - Capa do Produto Educacional.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/1	87
Tabela 2 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/2	88
Tabela 3 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/2 a 2013/1.....	90
Tabela 4 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2013/1	91
Tabela 5 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2013/2 a 2014/1.....	92
Tabela 6 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2014/2.....	97
Tabela 7 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2015/2 a 2016/1	100
Tabela 8 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2016/2 a 2017/1	102
Tabela 9 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2017/2 a 2018/2.....	103
Tabela 10 - Ex-Alunos(as) - Aprendizados e Experiências.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de Matrículas do Pronatec no Período de 2012/1 a 2018/2	85
Gráfico 2 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2012/1	87
Gráfico 3 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2012//2.....	89
Gráfico 4 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2012//2 a 2013/1 ...	90
Gráfico 5 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2013/1	91
Gráfico 6 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2013/2 a 2014/1	93
Gráfico 7 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2014/2.....	98
Gráfico 8 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2015/2 a 2016/1 ..	101
Gráfico 9 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2016/2 a 2017/1 ..	102
Gráfico 10 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2017/2 a 2018/2	104
Gráfico 11 - RFE por Campus e Unidade Remota no período de 2012/1 a 2018/2	105
Gráfico 12 - Agentes de Atuação - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).	108
Gráfico 13 - Ex-Alunos(as) - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	108
Gráfico 14 - Agentes de Atuação – Relevância do Produto Educacional (PE).....	109
Gráfico 15 - Ex-Alunos(as) – Relevância do Produto Educacional (PE).....	109
Gráfico 16 - Agentes de Atuação – Qual a função exercida no curso de FIC?	110
Gráfico 17 - Agentes de Atuação – Em que ano você participou do Pronatec?.....	110
Gráfico 18 - Ex-Aluno(as) - Em que ano você concluiu o Pronatec?	111
Gráfico 19 - Ex-Aluno(as) – Identifique o curso que você frequentou.	111
Gráfico 20 - Agentes de Atuação - Lembranças e Momentos Marcantes	112
Gráfico 21 - Agentes de Atuação - Pontos Positivos e Negativos	113
Gráfico 22 - Agentes de Atuação - Percentual de colaboração dos cursos de Formação Inicial e Continuada na formação de indivíduos	117
Gráfico 23 - Ex-Alunos(as) - Motivo para a realização da matrícula	118
Gráfico 24 - Ex-Alunos(as) - Objetivo para a conclusão do curso.....	118
Gráfico 25 - Ex-Alunos(as) - Percentual da empregabilidade e da continuidade dos estudos	119
Gráfico 26 - Ex-Alunos(as) - Índice de conhecimento utilizado do curso FIC após o término	119
Gráfico 27 - Ex-Alunos(as) - Percentual de tempo na área profissional com os conhecimentos do curso	120
Gráfico 28 - Ex-Alunos(as) - Percentual de satisfação obtido com o curso FIC.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMES - Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BFE - Bolsa-Formação Estudante
BFT- Bolsa-Formação Trabalhador
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CEDOM - Centro de Documentação e Memória
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNTC - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude
CPII - Colégio Pedro II
DEC - Diretoria de Extensão e Cultura
DUDH - Declaração Universal de Direitos Humanos
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC - Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IFs - Instituições Federais de Ensino
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MBE - Movimentos de Educação de Base
MCP - Movimento de Cultura Popular
MDI - Mapa de Demanda Identificada
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NUDOM - Núcleo de Documentação Histórica do Colégio Pedro II
ONU - Organização das Nações Unidas
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PEI – Plano Estratégico Institucional
PPA – Plano Plurianual
PPPI - Plano Político Pedagógico Institucional
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PLANFOR - Plano de Qualificação Profissional
PCCTAE - Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação
PNAE - Plano Nacional de Alimentação Escolar
PREC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PROJOVEM - Programa Nacional da Inclusão de Jovens
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPGPEC - Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
RFEPCT - Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI - Serviço Social da Indústria
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SINE - Serviço Nacional de Emprego
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNED - Unidade de Ensino Descentralizada
UFF- Universidade Federal Fluminense
UFTR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	18
2. INTRODUÇÃO	21
3. REFERENCIAL TEÓRICO	25
3.1. Mundo do Trabalho e a Educação Profissional e Tecnológica	25
3.1.1. Trabalho, Educação e Formação Omnilateral	25
3.1.2. História da Educação Profissional e Tecnológica	33
3.2. Memória e História do Colégio Pedro II	49
3.2.1. Memória como Referencial para o Resgate da História Institucional do CPII	49
3.2.2. O CPII e sua Relevância no Cenário Educacional Brasileiro	53
3.2.3. A Nova Referencialidade do CPII e Pronatec/FIC como Marco Inicial	58
3.2.4. A Formação Continuada Inserida na Extensão como um dos Pilares da RFEPCT	59
3.3. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – Origem e Implementação	62
3.3.1. Breve Análise das Políticas Públicas e Ações Antecessoras ao Pronatec	62
3.3.2. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	69
3.3.2.1. Objetivos do Pronatec	70
3.3.2.2. As Iniciativas Educacionais do Pronatec	70
3.3.2.3. Abrangência e Características da Bolsa-Formação Trabalhador (BFT)	72
3.3.2.4. Operacionalização do Pronatec	74
4. METODOLOGIA	77
4.1. Tipo de Pesquisa	78
4.2. População e Amostra	79
4.3. Instrumento de coleta de dados	79
5. ANÁLISE DE DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	82
5.1. Histórico da Implementação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada	82
5.2. Experiências dos Participantes na Construção da Memória Coletiva e Verificação da Relevância da Proposta de Produto Educacional	106
6. PRODUTO EDUCACIONAL	122
7. CONCLUSÕES	124
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE	136
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM EX-ALUNOS : “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no Colégio Pedro II: análise da história das ações dos cursos de formação inicial e continuada (FIC)”	138
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO COM PROFISSIONAIS (AGENTES DE	

ATUAÇÃO) QUE ATUARAM NO PROGRAMA: “História das ações dos cursos de formação inicial e continuada (FIC) do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), no Colégio Pedro II”	142
APÊNDICE D - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PRONATEC	146
ANEXO A – PARECER DA PLATAFORMA BRASIL	149
ANEXO B - MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO	150
ANEXO C – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS E EXIGÊNCIAS MÍNIMAS CONFORME GUIA PRONATEC FIC (1ª A 4ª VERSÃO)	151
ANEXO D - GRADE CURRICULAR DOS CURSOS PRONATEC FIC NO CPII.....	156
ANEXO E – ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES DE ATUAÇÃO DO PRONATEC (BOLSISTAS)	163
ANEXO F - MODELO DE CERTIFICADO DOS(AS) DISCENTES	167

1. APRESENTAÇÃO

Eu, Andréa Chianello, nascida em 18 de março de 1971, carioca, casada, mãe de duas filhas, resolvi escrever esse breve memorial a fim de apresentar um pouco da minha história de vida e, principalmente, minha imersão no campo da Educação. Sou a terceira filha de uma família de quatro irmãos, dois homens, um deles já falecido, e duas mulheres.

Atualmente resido na cidade do Rio de Janeiro, assim como minha mãe e irmãos. Minha família sempre residiu no estado do Rio de Janeiro. Uma família de classe trabalhadora, em que meu pai era técnico em contabilidade e atuava em uma empresa de turismo, e minha mãe, com segundo grau completo, atuava em uma Instituição Federal de Ensino. Grande parte de minha vida foi cercada por muita natureza, pois moramos, durante um grande período, na Ilha de Paquetá, conhecida como Ilha dos Amores e cenário de alguns entretenimentos, como, por exemplo, a novela *A Moreninha* e o filme *Rio, eu te amo*. Meus irmãos mais velhos foram alfabetizados na escola municipal que ainda existe lá. Concluí o ensino médio em 1988, no curso de Técnico em Estatística, no Colégio Estadual Amaro Cavalcanti e, em concomitância, realizei estágio remunerado, de 1986 a 1988, no Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope).

O Ibope teve seu trabalho destinado à pesquisa de níveis de aceitação do público em relação a diversos segmentos. Essa foi minha primeira experiência profissional e colaborou para a minha compreensão da importância do monitoramento de projetos e de processos de gestão por meio de indicadores quantitativos e qualitativos.

Em 1991, ingressei no serviço público federal, atuando na Universidade Federal Fluminense (UFF) até o ano de 2001. Foi meu primeiro emprego, conquistado por meio de aprovação em concurso para a antiga Escola Técnica Federal de Química, cujo banco de dados dos candidatos aprovados foi compartilhado com instituições coirmãs com o objetivo de suprir, o mais rápido possível, a carência de profissionais.

Na UFF, sem formação superior, atuei como instrutora de Informática, uma vez que possuía grande domínio de *softwares* como *Windows* e *Word*, colaborando na sala de cursos da instituição, repassando meus saberes a docentes e servidores técnicos-administrativos. Colaborava também com a elaboração de sistemas informatizados, junto com a equipe de analistas de sistemas, uma vez que realizei um curso de extensão como programadora de computadores pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2000, solicitei movimentação para o Colégio Pedro II, devido à dificuldade de

conciliar vida pessoal e profissional, considerando o longo tempo de locomoção entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, pois naquele momento minhas filhas, Nathália e Giulia, estavam em fase de educação infantil, necessitando também de maior atenção.

Entre várias instituições federais de ensino na cidade do Rio de Janeiro, escolhi o Colégio Pedro II como local de trabalho com o intuito de pertencer a um modelo de força de trabalho diferenciada, nos aspectos sociais e culturais, e também de oferecer às minhas filhas educação pública de referência e qualidade. Ambas concluíram sua trajetória na educação básica no Colégio Pedro II, no *campus* Tijuca II, e ingressaram em universidades públicas. Atualmente, uma é licenciada em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com mestrado em Educação pela mesma instituição. A outra formou-se em Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde concluiu também o mestrado em Literatura Brasileira. Minhas meninas são minhas amigas, fontes de inspiração e minhas maiores incentivadoras em mais essa etapa de minha vida.

Minhas experiências de trabalho na UFF proporcionaram que eu fixasse atividades laborais, no CPII, na Seção de Capacitação/Desenvolvimento da Diretoria de Recursos Humanos, posteriormente nomeada de Diretoria de Gestão de Pessoas e, finalmente, de Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, termo utilizado até os dias de hoje. Inicialmente atuei como instrutora dos cursos de *Windows* e *Word* para os servidores do CPII. Entre os anos de 2004 e 2013, participei ativamente da implementação de cursos de desenvolvimento humano voltados ao Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), enquanto chefe do Setor de Desenvolvimento e Capacitação (Descap). As experiências adquiridas com o desenvolvimento humano e a percepção das dificuldades de muitos colegas-trabalhadores impulsionaram-me a me graduar na área de Recursos Humanos, curso concluído em 2011. Dei prosseguimento à minha qualificação com um MBA em Gestão de Empresas, concluído no ano de 2013, com foco em planejamento e estratégias de governança.

A partir do ano de 2012, quando o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais, fui convidada a participar do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em concomitância com as atividades exercidas na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Inicialmente atuei em atividades referentes à elaboração de material didático e participei de bancas de seleção para profissionais administrativos e docentes para a composição das equipes, que eram formadas pelo coordenador(a)-geral, designado pelo reitor, pelos supervisores, orientadores, profissional de apoio para as atividades acadêmicas e administrativas e professores selecionados por meio de processos seletivos. Ainda no ano de 2012, atuei como supervisora de cursos, no *campus* Duque de Caxias, no período noturno, de

18h às 22h, onde aconteceram os cursos de Auxiliar Administrativo de Secretaria Escolar, Inspetor de Alunos e Recepcionistas.

No início do ano de 2013, fui convidada pela coordenadora-geral a atuar como coordenadora-adjunta, exercendo atividades como o assessoramento do coordenador-geral nas ações relativas à oferta de bolsas-formação no âmbito do Pronatec em cada *campus* da instituição de ensino, onde era ofertado o programa, em atividades de desenvolvimento, avaliação, adequação e ajuste da metodologia de ensino adotada, assim como na realização de análises e estudos sobre o desempenho nos cursos ministrados pela instituição; assessoramento na tomada de decisões de caráter administrativo e logístico para garantir infraestrutura adequada para as atividades; gestão dos materiais (recebimento e distribuição de materiais didáticos aos estudantes); coordenação de atividades administrativas, incluindo o planejamento e o acompanhamento das atividades de seleção dos estudantes pelos demandantes, e de capacitação e supervisão dos professores e demais profissionais envolvidos nos cursos; organização da assistência estudantil aos beneficiários das bolsas-formação, entre outras. A partir de novembro de 2013 e até janeiro de 2015, atuei como coordenadora-geral do Pronatec, no Colégio Pedro II, o que possibilitou uma experiência mais abrangente e desafiadora, considerando as nuances vivenciadas durante a implementação do programa e as atividades desenvolvidas, tais como: coordenação das atividades administrativas, tomando decisões de caráter gerencial, operacional e logístico necessárias para garantir a infraestrutura adequada às atividades dos cursos; participação nos processos de pactuação de vagas da instituição; recepção de avaliadores externos indicados pela SETEC/MEC e prestação de informações sobre o andamento dos cursos e contas, entre outras atividades.

Ao considerar a continuidade de meus estudos, tendo em vista o mestrado, e me aprofundando sobre as bases conceituais do mestrado do ProfEPT, obtive a grata surpresa de perceber que poderia “mergulhar” novamente na educação profissional e tecnológica, considerando como tema a experiência vivenciada no Pronatec, o que possibilita o resgate da memória institucional e o registro dessa história.

Diante desse contexto, o interesse por esse tema emergiu a partir dessas experiências, iniciadas em 2012, com os indivíduos que participaram do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), considerando que o Colégio Pedro II também alterava suas características pedagógicas, pois incorporava-se, nesse momento, à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

2. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema central o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), criado por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o propósito de ampliar o acesso à educação para a sociedade, considerando a inserção de indivíduos no mercado de trabalho conforme as exigências do mundo globalizado.

Nesse contexto, e considerando que os processos de democratização do ensino são a ferramenta primordial para a construção de uma sociedade mais igualitária, o Pronatec apresenta-se como uma política pública com características do materialismo histórico-dialético, que compreende as contradições dos processos históricos do homem e consequentemente da forma de organização da sociedade.

Com efeito, a lógica dialética não é outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma lógica abstrata). Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética). Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato (mediação da análise, como escrevi em outro lugar, ou o "detour" de que fala Kosik). Assim, aquilo que é chamado lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. A construção do pensamento dar-se-ia pois da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto (Saviani, 1991, p. 11).

O Colégio Pedro II (CPII) foi criado em 02 de dezembro de 1837, é uma autarquia federal e, em sua composição, apresenta quatorze *campi* distribuídos entre a cidade do Rio de Janeiro, nos bairros do Centro, Engenho Novo, Humaitá, Tijuca, Realengo e São Cristóvão, e as cidades de Niterói e Duque de Caxias. A partir da publicação da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, foi inserido na Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPCT), ampliando suas características pedagógicas e passando a oferecer, além da educação básica, cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu. De fato, esse é um marco importante para a instituição, pois passou a abarcar um projeto mais abrangente de educação.

A história de uma instituição proporciona certa reflexão sobre sua missão e seus objetivos estratégicos para o futuro. Posto isso, é preciso perceber que o zelo com os documentos não significa apenas uma ferramenta para preservar o patrimônio histórico

informacional, é possível considerar que permita a construção entre o presente, o passado e o futuro. Esta pesquisa parte da averiguação de servidora técnica-administrativa do Colégio Pedro II e pesquisadora sobre o processo de transformação da instituição em Instituto Federal, a partir de 2012, considerando suas novas características pedagógicas que abriu perspectivas e modalidades até então não oferecidas devido às suas características originais voltadas a uma formação propedêutica.

Conhecer fatos ou fenômenos é conhecer o lugar que eles ocupam na totalidade concreta. Se, para conhecer, é preciso operar uma fragmentação no todo e isolar temporariamente os fatos, esse processo ganha sentido enquanto antecede à reunificação do todo a partir de uma compreensão mais ampliada das relações entre parte e totalidade. Pela análise da parte, atinge-se uma síntese qualitativamente superior do todo; parte e totalidade, análise e síntese são momentos entrelaçados na construção dos conhecimentos (Kuenzer, 2001, p. 40).

Diante desse contexto, e considerando a importância da história do CPII, o problema desta dissertação pode assim ser expresso: Quais e de que maneira foram empreendidas as ações pelo Colégio Pedro II na implementação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Pronatec? Quais seus resultados?

De fato, um movimento constante de gestão e responsabilidades, compartilhado entre servidores docentes e técnico-administrativos, é articulado para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no CPII, desde 2012. Nessa rotina, na maioria das vezes, parece não haver espaço para a busca e o registro de informações pedagógicas e/ou administrativas, tão importantes, que fazem parte da história da instituição e até mesmo de nossa nação.

O CPII implementou o Pronatec a partir de sua equiparação aos Institutos Federais, em 2012, porém, após pesquisas no sítio institucional e em publicações internas, observa-se uma inexpressiva divulgação de informações sobre o programa. Foram identificadas matérias que tratavam da abertura, do encerramento dos cursos e do destaque do Pronatec no CPII. De acordo com a matéria no *site* do CPII, de 10 de março de 2015, referente ao balanço de ações da Propgpec, intitulada “Propgpec foca em incentivo à pesquisa e à extensão”:

Inicialmente, a Pró-Reitoria estava muito voltada para as ações da pós-graduação e da extensão, **com destaque para o Pronatec**. Nesse último ano, conseguimos dar mais atenção à pesquisa e à cultura. Passamos a equilibrar o desenvolvimento de ações para todas as áreas que abrangem a Pró-Reitoria (Site do Colégio Pedro II, 2015, grifo nosso)

No entanto, o volume da coletânea *O novo Colégio Pedro II*, intitulado *Extensão na*

Educação Básica, publicado em 2017, não menciona ou inclui artigo que aborde o Pronatec e sua execução no CPII.

O levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹ também não apresenta pesquisa similar na instituição.

Dessa forma, a ausência de publicações sobre os dados técnicos e de apresentação de experiências da implementação do Pronatec, no CPII, resulta numa lacuna significativa em parte da sua história.

Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do ProfEPT, está inserida na Linha de pesquisa 2, Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Considerando essa lacuna identificada e o ineditismo da pesquisa no âmbito do CPII, o objetivo precípua deste trabalho é registrar a experiência da implementação das ações de desenvolvimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), na modalidade de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), no âmbito do Colégio Pedro II, no período de 2012/1 a 2018/2.

Como desdobramento desta pesquisa, e de maneira mais específica, realizou-se um levantamento de dados do Pronatec no Colégio Pedro II (número de matriculados por curso e local, eixos tecnológicos ofertados, concluintes e não concluintes por curso e local, sexo, escolaridade mínima exigida para a realização dos cursos e parceiros demandantes, entre outros aspectos), além de examinar, a partir da percepção de ex-alunos(as) e profissionais envolvidos, se os cursos contribuíram de alguma forma para a vida desses cidadãos. A partir disso, como resultado desta pesquisa, o produto educacional criado é um livro digital (*e-book*) com os dados técnicos e com experiências, percepções e contribuições, resgatando a memória coletiva de ex-alunos(as) e agentes de atuação (profissionais) que participaram do programa. O *e-book* é um importante formato para a disseminação de conhecimento, já que permite reunir informações mais densas que um *post* ou blog, conferindo também uma forma mais didática para os leitores (Serra, 2015, p. 159).

A questão analisada está inserida num contexto da vida real, ou seja, um estudo de caso exploratório. Para a efetivação do estudo e apresentação dos resultados realizou-se a pesquisa documental² e a aplicação de formulários com ex-alunos(as) e agentes de atuação, ou seja, os profissionais que participaram do programa, que, segundo Gil (2008, p. 153)

¹ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

² Segundo Alvez-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamento, atas, livros de frequência, relatórios, arquivos e pareceres podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos.

considera a interrogação direta das pessoas cujo objetivo se procura conhecer.

Diante desse contexto, na primeira seção iniciamos com a apresentação, por meio de um memorial da mestranda, na segunda seção apresenta-se a introdução, o tema, a identificação do problema, os objetivos específicos, a justificativa e o produto educacional resultado desta pesquisa. Na terceira seção abarca-se o aporte teórico voltado ao mundo do trabalho e a educação profissional e tecnológica (EPT), tendo como foco a importância da formação omnilateral e da escola unitária, e a trajetória da EPT marcada pela dualidade estrutural. Mostrou-se fundamental a apresentação dos conceitos de memória e história para resgatarmos a importância da trajetória do CPII no cenário educacional ressaltando a relevância da preservação de sua memória e a importância da área de extensão no contexto histórico e institucional. Posteriormente apresentam-se as ações antecessoras ao Pronatec seguidas de suas normativas e execução. Na quarta seção apresenta-se a metodologia com o tipo de pesquisa e o instrumento de coleta, evidenciando a população que será pesquisada. A quinta seção discorre sobre os resultados da pesquisa com análise e discussões, enquanto a sexta seção abarca o produto educacional, evidenciando os objetivos propostos na pesquisa. Na última e sétima seção apresentam-se as conclusões.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Mundo do Trabalho e a Educação Profissional e Tecnológica

3.1.1. Trabalho, Educação e Formação Omnilateral

A educação tem como um dos seus objetivos o processo de humanização do indivíduo, ou seja, um meio para conduzir o homem de seu ambiente natural para uma forma mais ampla, que é a de viver em sociedade com seres de sua espécie, mas também com a natureza e outros animais. Esse processo de humanização não ocorre de forma imediata, como algo pronto e estático, ele molda-se nas contradições, na busca pela superação e na realidade, muitas vezes desumanizadora, com a qual o homem se depara nas relações com os outros e com a natureza.

O homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (Saviani, 2007, p. 154)

Na verdade, o que define a existência do homem é o trabalho, tendo em vista que ele tem a necessidade de produzir para sobreviver, enquanto os animais têm sua existência garantida na natureza. Ou seja, a garantia da sobrevivência humana, conforme suas necessidades dá-se justamente pelo trabalho. Ressalta-se que os animais também agem, mas estão voltados a um objetivo. Como exemplo, podemos citar Marx (2013, p.188) em *O Capital*, quando trata do processo de trabalho em geral e distingue o pior dos arquitetos da mais hábil das abelhas pelo fato de o arquiteto, antes da execução do projeto, mentalmente já saber o que irá realizar, enquanto a abelha age por instinto natural.

Ao debatermos sobre trabalho, é importante compreendê-lo enquanto atividade. De acordo com Schwartz (2007):

O trabalho é uma forma historicamente específica: refiro-me ao trabalho tal como falamos hoje, nas situações mercantis. Esse trabalho é uma atividade que se troca por dinheiro. É uma forma de atividade, para nós, muito importante, mas é uma forma específica de algo mais geral, a atividade humana. (Schwartz, 2007, p. 30)

Se considerarmos a inter-relação que existe entre educação e trabalho na formação humana, promoveremos a formação de um homem não alienado. A dificuldade para identificarmos essa relação ocorre porque a partir da modernidade, a sociedade voltada para o

capitalismo procura constantemente técnicas de trabalho mais inovadoras, inserindo conhecimentos adquiridos pelo homem como força produtiva. Segundo Frigotto:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder as demandas do capital. (Frigotto, 1999, p.26)

Segundo Nosella (2007, p.2) o trabalho e a educação podem indicar um fato existencial e um princípio pedagógico. Esse fato existencial tem relação com a história do homem, já que, desde que se reconhece como homem, existe em sua formação uma interligação entre as atividades que potencializam sua existência e as voltadas para sua sobrevivência. Enquanto princípio pedagógico, essa relação fortalece-se com a intensa industrialização e a possibilidade do trabalho como princípio educativo.

No Brasil, durante o período colonial, o trabalho, mesmo quando exercido por cidadãos livres, era realizado predominantemente pelas pessoas escravizadas, grupos inicialmente formado por negros e índios e, posteriormente, quase que de maneira exclusiva, por negros africanos e seus descendentes. A aprendizagem de ofícios artesanais e manufatureiros era realizada nas fazendas, nos engenhos, nos colégios e também em locais religiosos.

Como diz Cunha (2000, p. 2), havia a “(...) ótica do ensino de ofícios, ministrado para o artesanato, a manufatura e a indústria, de modo cada vez mais escolarizado, se não de fato, ao menos projetado”. Nesse contexto, observa-se que essa discriminação não foi baseada em ideias sobre trabalho e educação, mas na existência de relações sociais concretas, nascidas no campo da produção.

De fato, a negação do trabalho enquanto parcela da dimensão humana reflete-se de forma significativa na educação, pois mascara a ideologia capitalista não admitindo que os sujeitos envolvidos no processo de educar percebam a relação entre a educação e o trabalho. Nessa direção, a democratização do ensino tem o intuito de viabilizar oportunidades intelectuais similares para que todos os indivíduos de uma sociedade consigam ter a capacidade de escolher e exercer profissões que lhes satisfaçam. Sendo assim, esse deve ser o passo primordial para que a divisão de classes seja modificada estruturalmente.

De acordo com Saviani (1991, p.52), na sociedade voltada para o capital o trabalhador tem a necessidade de possuir alguns conhecimentos para a utilização dos instrumentos de produção, porém esse conhecimento não é ensinado em sua integralidade, pertencendo somente ao dono do meio de produção. Ou seja, os conhecimentos são oferecidos de forma

fragmentada, impedindo que o trabalhador seja capaz de empregar as técnicas exigidas e possua total domínio e compreensão de seu trabalho.

A concepção de trabalho como sofrimento, entretanto, não existia nas comunidades primitivas e estabeleceu-se historicamente mais tarde, com a exploração da força de trabalho mediante a apropriação privada da terra. Essa apropriação privada da terra, que anteriormente era coletiva, permitiu a divisão dos homens em classes: os proprietários e os não proprietários.

De acordo com Brito (2020, p.6), a percepção proudhoniana acerca do trabalho é de indivisibilidade entre suas dimensões manual e intelectual, assim, mais uma vez, aparece a dialética característica de sua “filosofia da miséria”. Fica evidente para o anarquista francês o fato de que:

O trabalho apresenta dois aspectos contrários, um subjetivo, o outro objetivo, fatal. Sob o primeiro aspecto, ele é espontâneo e livre em princípio de felicidade: é a atividade em exercício legítimo, indispensável à saúde da alma e do corpo. Sob o segundo aspecto, o trabalho é repugnante e penoso, princípio de servidão e embrutecimento. Esses dois aspectos do trabalho são inerentes um ao outro, como alma e corpo: daí resulta, a priori, que toda fadiga e repugnância, no trabalho, não poderia desaparecer completamente. (Proudhon, 2019, p. 123)

Todavia, a concepção que afirma o trabalho enquanto princípio educativo tem origem na análise de sua dimensão ontológica, que, de acordo com Frigotto (2005, p. 2), “vincula-se [...] à própria forma de ser dos seres humanos”. Ainda conforme Frigotto (2005, p. 3), Marx sinaliza a dimensão educativa do trabalho, mesmo que ele ocorra sob a negatividade das relações de classe inerentes ao capitalismo, pois, ao analisar a relação do homem entre si e com a natureza, o filósofo alemão chama a atenção não somente para a atividade humana voltada à produção de meios para sua sobrevivência, mas também para o fato de que a atividade prática do homem é o início da construção de sua consciência, do conhecimento e da cultura. Frigotto (2005) também destaca que na perspectiva dialética é possível compreender o trabalho, em sua propriedade educativa, nas dimensões positiva e negativa que apresenta.

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história. (Frigotto, 2005, p. 4)

Na sociedade capitalista, as forças intelectuais da produção operam apenas em uma das esferas sociais, e com o sistema de produção da indústria moderna esse processo completa-se separando trabalho e ciência, fazendo da ciência uma força produtiva autônoma, independente do trabalho e a serviço do capital (Marx, 2004, p. 30). O objetivo principal de Marx ao estudar a tecnologia, a introdução da máquina-ferramenta no processo produtivo, teve como horizonte compreender a mudança de base material do capitalismo. Em sua obra *A Miséria da Filosofia*, apresenta esse raciocínio, ao destacar as relações sociais atreladas às forças produtivas: “adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira geral de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais” (Marx, 1985, p. 106). Na teoria marxista, a divisão dos indivíduos em classes sociais é resultado do fato de os capitalistas comprarem a força de trabalho e os proletários a venderem no mercado de trabalho, relação essa que configura uma exploração e gera a luta de classes. É inevitável que essas classes entrem em confronto, como destacam Marx e Engels (2013) ao olharem a história da civilização:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre da corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das duas classes em conflito. (Marx; Engels, 2013, p. 40)

Estudiosos destacam que a colaboração de Marx, ao tratar da educação, foi singela, pois sua intenção voltava-se a efetuar uma crítica ao sistema capitalista, visando à exploração da força de trabalho do homem, exploração essa que colabora com a divisão do trabalho manual e intelectual.

As contribuições de Marx ultrapassam o caráter descritivo e abordam aspectos relacionados à proposta de uma reestruturação social, destacando princípios que possibilitariam a revolução por parte da classe trabalhadora. Ao abordar a lei fabril da Inglaterra, no que diz respeito às cláusulas educacionais que regulamentavam o trabalho infantil, gerando sua dependência à emissão de certificados que deveriam ser apresentados aos fiscais nas oficinas, Marx (1996) apontou os indícios da educação ideal para os trabalhadores:

Por parcas que pareçam no todo, as cláusulas educacionais da lei fabril proclamam a instrução primária como condição obrigatória para o trabalho. Seu êxito demonstrou, antes de tudo, a possibilidade de conjugar ensino e ginástica com trabalho manual, por conseguinte também trabalho manual com ensino e ginástica. Os inspetores de fábrica logo descobriram, por depoimentos de mestres-escolas, que as crianças de fábricas, embora só gozem de metade do ensino oferecido aos alunos regulares de dia inteiro, aprendem tanto e muitas vezes até mais. [...] Do sistema fabril, como se

pode ver detalhadamente em Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças acima de certa idade, trabalho produtivo com ensino e ginástica, não só como um método de elevar a produção social, mas como único método de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões. (Marx, 1996, p. 111-112)

Originou-se nesse instante o que seria concebido pelos marxistas como princípio educativo socialista. Mesmo que para sua plena implantação fosse necessária a total ruptura das premissas da sociedade burguesa, na concepção de Marx e Engels a educação politécnica deveria começar ainda no capitalismo, no processo dialético entre continuidade e ruptura e sob a perspectiva do desenvolvimento das contradições. Tal orientação foi muito bem esclarecida por Machado (1991) ao tratar sobre politecnicidade, escola unitária e trabalho:

O ensino politécnico, de preparação multifacética do homem, seria o único capaz de dar conta do movimento dialético de continuidade-ruptura, pois não somente estaria articulado com a tendência histórica de desenvolvimento da sociedade, como a fortaleceria. [...] contribuiria para aumentar a produção, fortalecer o desenvolvimento das forças produtivas, e intensificar a contradição principal do capitalismo (entre socialização crescente da produção e mecanismos privados da apropriação). Por outro lado, contribuiria para fortalecer o próprio trabalhador, desenvolvendo suas energias físicas e mentais, abrindo-lhe os horizontes da imaginação e habilitando-o a assumir o comando da transformação social. (Machado, 1991, p.126-127)

A sociedade industrial, compreendida como o período que vai do final do século XVIII, com o surgimento da Revolução Industrial, até o último quarto do século XX, com a crise do fordismo, empurrou todos - homens, mulheres, jovens e crianças - ao trabalho sem tréguas e transformou-se em uma sociedade do trabalho.

As transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do capitalismo, vivenciadas em todo o mundo a partir da década de 50 e intensificadas na década de 70, marcadamente com a Crise do Petróleo, e no início da década de 90, com o fenômeno da globalização, provocaram um cenário de alterações constantes nas estruturas e nas formas de organização do mundo do trabalho e, em especial, na formação da classe trabalhadora.

A partir da década de 70, com a crise do modelo de produção taylorista/fordista³, deu-se início a uma série de experiências na organização industrial e a uma nova relação entre

³ O modelo taylorista/fordista entrou em crise por não dar conta da necessidade crescente da flexibilização da produção e da oferta variada de produtos. O desejo dos consumidores por produtos diferenciados e de novas tecnologias não era compatível com a rigidez produtiva estabelecida pelo modo de funcionamento do taylorismo/fordismo. Segundo Schwartz (2007), mesmo que o “modelo taylorista” fosse muito eficiente, principalmente para aqueles que detinham o poder econômico e político, contradições germinavam no âmbito da atividade e da experiência, que o tornaram ingerível.

capital e trabalho que exigiam a criação de novos "métodos de gestão". Diante desse contexto, emergiram novas formas políticas e sociais – assim como a necessidade de um trabalhador "qualificado" e "polivalente" – para sustentar um modelo de produção que visasse à flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados e dos novos padrões de consumo (Ribeiro, 1992, p.162).

Esse processo de reestruturação produtiva que atingiu o Brasil em 1990 oportunizou condições à ofensiva do capital internacional articulado com a reforma neoliberal.

Desse modo, a inserção do país na lógica neoliberal, como coadjuvante no processo de globalização em curso, sintonizado às premissas de liberalização econômica, desregulação financeira, alterações substantivas na legislação previdenciária e trabalhista e, fundamentalmente, na intensificação dos processos de privatização da esfera pública, tem sido apresentada pelos setores dirigentes como um claro indicador de modernização do até então Estado patrimonial. A perspectiva neoliberal é, nesse contexto, ideologicamente difundida apenas como reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, na qual a desigualdade é aceita como norma, e o desemprego, como contingência necessária ao desenvolvimento do capital. (Dourado, 2002, p. 237)

Nessa esteira de acontecimentos, mesmo que de forma diferenciada, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México e Argentina, entre tantos outros da América Latina, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultante a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc., além de enormes níveis de desemprego (Antunes; Alves, 2004, p. 337).

Surgiu, então, um novo modelo de produção, denominado de acumulação flexível, que se caracteriza pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. “Envolve também rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (Harvey, 1996, p. 140).

Considerando essas transformações do mundo do trabalho e sua relação com a educação, mediante o processo de reestruturação produtiva, surgiu o modelo de competências. Esse conceito atualizou-se e passou a atravessar inclusive as práticas pedagógicas, tornando-se a base para o "gerenciamento de pessoas" frente a uma conjuntura de acumulação do capital flexível e competitiva.

Segundo Saviani (2008), foi a partir da matriz behaviorista que a noção de competência foi incorporada às tarefas pedagógicas, sendo estas identificadas aos objetivos operacionais. O autor afirma que “[...] atingir os objetivos especificados, isto é, tornar-se capaz de realizar as operações por eles traduzidas, significava adquirir as competências correspondentes” (Saviani, 2007, p. 43). Contudo, essa teoria foi sendo superada com o tempo e, na visão do trabalhador, “o modelo da competência enfatiza a dimensão da subjetividade, ‘o modo de ser’, a forma de inserção de cada indivíduo na construção coletiva dos processos de trabalho” (Santos e França, 2011, p. 55). O modelo de competência vai além dos saberes formais, típicos da qualificação, é necessário absorver todos os conhecimentos, inclusive os subjetivos, da sua vivência particular, em benefício de resultados para a empresa.

O sistema educacional brasileiro, em concomitância com as mutações no mundo do trabalho, também foi alvo de ajustes, com o intuito de adequar-se ao sistema neoliberal.

Desse modo, a relação dialética entre trabalho e educação é a base para qualquer discussão teórica que almeje a construção de uma escola unitária que seja contra-hegemônica e que forme, a partir dessa contradição, um indivíduo omnilateral. No que tange à educação omnilateral, Frigotto e Ciavatta (2012) afirmam o seguinte:

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 265)

Segundo os autores, a educação omnilateral tem compromisso com o desenvolvimento pleno do ser humano, considerando todas as dimensões que convergem para esse fim. Assim sendo, deve considerar os aspectos objetivos e subjetivos, haja vista contribuir para o processo de desenvolvimento das diversas dimensões constituintes do gênero humano, o que significa levar em conta as condições socio-históricas que permeiam a vida em suas múltiplas determinações. Essa forma de conceber o ser humano e o processo educativo reflete uma dada concepção de mundo e compromisso político cujo cerne é a contraposição à perspectiva burguesa de sociedade e, conseqüentemente, de educação, uma vez que:

tal concepção de ser humano é o oposto da concepção burguesa centrada numa suposta natureza humana sem história, individualista e competitiva, na qual cada um busca o máximo interesse próprio. Pelo contrário, pressupõe o desenvolvimento solidário das condições materiais e sociais e o cuidado

coletivo na preservação das bases da vida, ampliando o conhecimento, a ciência e a tecnologia, não como forças destrutivas e formas de dominação e expropriação, mas como patrimônio de todos na dilatação dos sentidos e membros humanos. (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 266)

Dessa forma, se refletirmos sobre a complexidade da formação humana e sua relação com a educação e a relevância com que a divisão social do trabalho interfere nos processos educativos, poderemos almejar caminhos e, quem sabe, construir uma práxis⁴ social que resulte numa sociedade mais igualitária e humana. Atualmente vivemos numa sociedade desigual, fundamentada no individualismo, na competição e no consumo desenfreado, com sinais de um ideário neoliberal que conquista, cada vez mais, corações e mentes, com um falso discurso de que é possível, com muito esforço e trabalho, que todos ascendam socialmente. Esse quadro torna o desafio de uma educação omnilateral ainda mais difícil, conforme alertam Frigotto e Ciavatta:

A tarefa do desenvolvimento humano omnilateral e dos processos educativos que a ele se articulam direciona-se num sentido antagônico ao ideário neoliberal. O desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas. Esta, todavia, é a tarefa para todos aqueles que buscam abolir estas relações sociais. (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 270-271)

Aborda Gramsci (1968) que a escola que unifica trabalho, ciência e cultura será necessariamente ativa e articulada ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. Sua finalidade é a formação de homens desenvolvidos multilateralmente que articulem à sua capacidade produtiva as capacidades de pensar, de estudar, de dirigir ou exercer o controle social sobre os dirigentes: “[...] a escola de cultura geral deveria propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (Gramsci, 1968, p. 36).

O trabalho como princípio educativo significa defender o direito ao acesso à cultura, à ciência e à tecnologia para todos os trabalhadores, não de forma onisciente ou profissionalizante, mas de modo a alavancar competências ao mesmo tempo intelectuais e práticas dos alunos, para a formação da práxis humana. Por causa disso tem-se a importância da manutenção do caráter público da escola e de seu compromisso com a qualidade de sua

⁴ Freire compreende práxis como uma estreita relação estabelecida “entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora” (Freire, 2013, p. 327).

proposta pedagógica.

3.1.2. História da Educação Profissional e Tecnológica

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, no artigo 26, diz que:

1. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos. (DUDH, 1948, p. 6)

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I – Da Educação, artigo nº 205, destaca que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988)

De fato, a Declaração Universal dos Direitos Humanos coaduna com a Constituição Brasileira, pois prevê que todos os brasileiros têm direito à educação, responsabilizando a família, o governo e a sociedade como propulsoras desse direito. A Constituição reconhece a educação como meio para o desenvolvimento da espécie humana enquanto ser social e produtivo. Nesse sentido, ressalta-se que tanto a Declaração dos Direitos Humanos quanto a Constituição Brasileira asseguram a educação como condição elementar para o exercício da cidadania, mencionando a formação/qualificação profissional como elemento da educação.

Para se compreender o campo da educação profissional e tecnológica (EPT), é necessário analisar a base de formação da educação brasileira. E para isso faz-se necessária a compreensão do trabalho como princípio educativo em consonância ao preconceito em relação ao trabalho manual.

Com a chegada dos portugueses, em 1500, o Brasil tornou-se colônia de Portugal a fim de que este pudesse administrar, controlar e colonizar o país. Índios, negros escravizados e colonos pobres eram utilizados como força de trabalho, prescindindo de instruções para

desenvolver suas atividades. O aprendizado ocorria no próprio convívio, na atividade produtiva. A educação artesanal, por exemplo, era desenvolvida por meio de processos não sistemáticos, em que o aprendiz obtinha experiência na atividade, ao lado de um mestre de ofício, adquirindo gradualmente o domínio da função.

Durante esse período da história não existiu oferta de educação profissional técnica de nível médio, por não se tratar de algo viável à coroa portuguesa e à classe burguesa. Não se tinha o intuito de formar ou educar os cidadãos das classes menos favorecidas, pois essas pessoas estavam destinadas ao trabalho manual, não necessitando de estudos para que desempenhassem seus trabalhos.

Destaca-se como primeira iniciativa formal para o ensino de profissões, que data dos primórdios da colonização, a adoção de Ofícios, organizações formadas por trabalhadores que exerciam uma mesma função. Essas associações sobreviviam a partir de um patrimônio único, constituído por cotas pagas pelos seus membros, porém possuíam rigorosas normas de funcionamento que reforçavam o preconceito existente contra o trabalho exercido pelos escravizados negros e índios.

Durante o período do Império havia a preocupação com a busca de formação dos trabalhadores em vários ofícios, tendo como foco o resgate das crianças de rua para que não viessem a ser cidadãos ociosos, tornando-se um perigo para a sociedade. A formação da força de trabalho concentrava-se nas associações religiosas e filantrópicas.

Quanto à educação profissional técnicas de nível médio foram criadas as primeiras instituições, embora com função assistencialista, para abrigar e formar meninos “órfãos e desamparados” de classes sociais desfavorecidas (Fonseca, 1986, p. 153). Sobre essas instituições, Fonseca relata que:

Tais escolas visavam muito mais a um plano assistencial do que, propriamente a necessidade do desenvolvimento do ensino de ofícios, pois tinham como finalidade precípua amparar e encaminhar os seus alunos. (Fonseca, 1986, p. 154)

O regime federativo da República veio possibilitar a realização de iniciativas por parte dos estados da Federação no que diz respeito à organização do ensino profissional. No período de 1840 a 1856, foram criadas as casas de educandos-artífices voltadas a um formato militar, com enfoque nos padrões de hierarquia e disciplina.

Nesse aspecto, para Manacorda (1990, p. 57), “os primeiros modelos de escolas tradicionais básicas tinham por objetivo educar a massa analfabeta e marginalizada, separando os que estavam destinados ao conhecimento da natureza e da produção daqueles a que eram entregues as tarefas de educação”.

A partir de 1889, os liceus mantiveram os dois modelos da época imperial: a prática compensatória e assistencialista, objetivando o atendimento aos pobres; e outra voltada à formação para o trabalho artesanal. Conforme Santos (2003), os liceus de artes e ofícios eram instituições não estatais que utilizavam recursos do Estado para a sua manutenção e cujo ensino profissional era voltado para fins beneficentes.

Segundo Cunha (2000), as elites intelectuais do Brasil Imperial conformaram-se com a ideia de que a educação do povo, por intermédio do ensino profissional, seria o principal meio de prevenir a contestação da ordem e de mobilizar a força de trabalho para a produção industrial manufatureira.

Nesse contexto, ressalta-se o aspecto dualístico da educação profissional destacado por outra autora:

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza. Ideológica e politicamente, tais iniciativas constituíam mecanismos de disciplinamento dos setores populares, no sentido de conter ações insurrecionais contra a ordem vigente e legitimar a estrutura social excludente herdada do período colonial. (Manfredi, 2003, p. 78)

O início das políticas de educação técnica e profissionalizante no Brasil tem diferentes versões. Para uma grande maioria, o marco inicial da história é o ano de 1909 quando Nilo Peçanha, presidente da República, publicou o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, que criou e organizou, nas capitais dos estados da República, as Escolas de Aprendizes e Artífices, com o objetivo de pôr fim ao trabalho escravo, considerando a necessidade preeminente de uma política de controle do proletariado e também de atender a demanda das indústrias instaladas no país. Segundo Machado (1991, p. 24), os primeiros projetos que tinham o objetivo de instituir o ensino de artes e ofícios foram apresentados em 1826, na Câmara de Deputados. Contudo, tinham natureza fragmentada e dispersiva.

Fonseca (1961) afirma que:

a proposição nº 195, de 1906, de criação das escolas técnicas, profissionais e elementares, com previsão orçamentária, deve ser saudada como um marco na história do ensino no Brasil, uma vez que representa, na República, o primeiro documento oficial habilitando, com recursos financeiros, o poder público a iniciar, entre nós, as escolas profissionais de âmbito federal. (Fonseca, 1961, v. 1, p. 158)

Nesse contexto, entende-se que o ensino técnico brasileiro tem sua origem concebida

por meio de ideologias elitistas porque seu intuito era preparar crianças da periferia, entre 10 e 13 anos de idade, intituladas como desfavorecidas da sorte. Considerava-se que, ao preencher o tempo ocioso dessas crianças, se evitava que entrassem para a criminalidade, ou seja, a proposição continha também um aspecto disciplinador. Além disso, os candidatos não poderiam sofrer de moléstia infectocontagiosa e/ou apresentar deficiências cognitivas que lhes impedissem de aprender o ofício, configurando, em sua criação, princípios excludentes a fim de não comprometer o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, da prestação do serviço.

Ramos (2014, p.123) apresenta contribuições para a compreensão da EPT ao longo da história do Brasil, na perspectiva do ensino médio, pautado na formação humana integral, em contraponto aos ditames dos modelos educacionais voltados para a ordem econômica vigente, que fortalece modelos direcionados ao mundo do trabalho. A autora apresenta um conhecimento mais amplo da legislação e traz uma reflexão mais analítica do tema, uma vez que são apresentadas questões políticas educacionais para a formação das bases técnicas implementadas ao longo do tempo, que apresentam o Estado brasileiro fundado na lógica do capitalismo, concatenando o conceito de Estado por Antonio Gramsci. O autor identifica o Estado como o conjunto de seus aparelhos repressivos para conservar e reproduzir divisão social, garantindo que os interesses comuns de uma classe em particular se sobreponham aos interesses da sociedade.

Gramsci (1968) dizia também que a educação oferecida na escola sem interesses, ou seja, voltada não apenas para a profissionalização do indivíduo, mas também para a formação integral do homem, na coletividade, ao se concatenar com a educação humanista utilizaria o método historicista, que parte da experiência concreta do trabalho moderno, contrapondo-se à cultura enciclopédica da burguesia.

Manacorda (1990) ressalta também a interpretação do italiano Antônio Gramsci, que defende o princípio educativo da escola unitária a partir de dois pontos de vista: um intelectual, que destaca o conhecimento das leis da natureza e da sociedade; e um moral, com o hábito de um sistema de vida harmônica.

Em 1917, a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz tinha o objetivo de formar professores, mestres e contramestres para outras escolas de ensino profissional (para a própria rede de escolas de aprendizes e artífices), assim como professores de trabalhos manuais para as escolas primárias.

Conforme demonstra em sua história, a EPT incluiu jovens e adultos, contudo manteve seu direcionamento à classe trabalhadora, tendo como objetivo central a qualificação da mão

de obra para o mundo do trabalho. Ou seja, mesmo ampliando o oferecimento de formação profissional a indivíduos com mais idade, sua oferta destinava-se aos filhos de trabalhadores para atendimento às demandas.

O Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927, é o documento oficial que apresenta a importância, mesmo que de forma singela, do ensino profissional, pois seu preâmbulo destaca que:

Crêa o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subconvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados. (Brasil, 1927)

A EPT passou ser tratada como uma política pública no Brasil nos anos de 1930, com o processo de industrialização apresentando altas taxas de crescimento e assim impulsionando o Estado a assumir o papel de incentivador. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública significou uma centralização de decisões que envolviam a política educacional.

O período de 1930 a 1945 é, então, identificado como uma época centralizadora da organização da educação e de discussões mais amplas sobre o tema, quando a educação era discutida pelos conservadores católicos que desejavam ensino religioso, particular, diferente para os sexos e “pelos educadores influenciados pelas ideias novas, que defendiam a laicidade, a co-educação a gratuidade, a responsabilidade pública em educação” (Ribeiro, 1992, p. 99).

Nesse contexto, a experiência pedagógica de inspiração libertária, organizada com base nos princípios da Escola Moderna de Barcelona, foi de grande importância para a educação dos trabalhadores brasileiros. As escolas libertárias não se atinham apenas ao ensino regular para as crianças, ofereciam também, para os adultos, ensino profissional e, ainda, através dos Centros de Cultura Social, realizavam palestras e conferências à noite ou aos domingos - as chamadas Sessões de Propaganda Científica. A educação anarquista foi importante não apenas para a “Instituição Escola” e para o seu fazer pedagógico, mas também para a própria Pedagogia, que incorporou muitos de seus princípios. Esses conceitos são apresentados também por Kassick (2008) no texto *Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira*.

No âmbito da educação, as discussões ideológicas entre católicos e liberais deram origem ao *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*⁵, em 1932, e, posteriormente, ao

⁵ A confecção do manifesto representou o esforço dos educadores “renovadores” em firmar posições no sentido de defender uma proposta de educação nacional que, além de autorizada pela experiência de grande parte dos signatários que realizaram nos estados as Reformas de Instrução, também se constituía como um discurso competente, uma vez que trazia o referencial da ciência como matriz de intervenção pedagógica social (Magaldi,

manifesto *Mais uma vez Convocados*, de 1959. Ambos são considerados emblemas da luta em prol da democratização do ensino, entendida como condição essencial para que o Brasil alcançasse o desenvolvimento econômico e o progresso social.

Como aspecto positivo do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, Ribeiro (1992) aponta o “fato de ter levado os educadores a diagnosticar as deficiências da estrutura escolar brasileira e a denunciá-las categórica e permanentemente” (Ribeiro, 1992, p. 112).

A ideia de que a EPT fosse destinada a um público constituído pelas camadas menos favorecidas é identificada inclusive na Constituição de 1937, em seu artigo 129:

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (Brasil, 1937)

Na década de 1940, o presidente Getúlio Vargas criou os Serviços Nacionais de Aprendizagem, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), quando diversos setores buscavam profissionais qualificados. *A priori*, essa iniciativa contrariou empresários que resistiam a instituições de aprendizagem sistemática que vinculassem trabalho e escola e para as quais demandassem investimentos na capacitação de trabalhadores, bem como a remuneração de trabalhadores-aprendizes. Todavia, a oferta de cursos de qualificação de mão de obra foi logo compreendida e aceita diante daquele contexto de expansão econômica do país (Oliveira, M., 2003). A partir de 1942, as escolas de aprendizes e artífices sofreram modificações, sendo renomeadas de escolas industriais e técnicas.

O caráter propedêutico do ensino secundário, que direcionava ao ensino superior, foi preservado, legitimando distintas finalidades para a educação no Brasil. De um lado, uma formação para as elites, e, do outro, um ensino profissional cuja formação estava voltada “às

necessidades emergentes da economia industrial e da sociedade urbana – embora ainda preso à tradição assistencialista” (Regattiere; Castro, 2010, p. 19), direcionado aos filhos da classe trabalhadora.

Ainda hoje, essa dualidade estrutural⁶ entre o ensino com caráter propedêutico e o ensino profissional encontra-se atrelada a um contexto histórico que, apesar das transformações legais ocorridas nas décadas seguintes, apresenta diferenças presentes no ensino.

Segundo Machado (1991, p. 50), a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro não seria senão o reflexo da estrutura elitista da sociedade como um todo. O ensino secundário propedêutico continuava preferido pelas classes economicamente mais favorecidas da sociedade para as quais o ensino superior era reservado.

Destaca-se o período de 1945 até 1964 por se configurar numa época de intensos debates que culminaram em importantes modificações que alteraram, de forma significativa, a estrutura da educação profissional no Brasil. Uma mudança relevante refere-se à equivalência dos cursos técnicos em relação aos secundários (atualmente chamados de ensino médio). A separação entre ensino profissional e cultural chegou a ser tão rigorosa que, na época, não se permitia aos alunos, uma vez ingressantes no curso profissional, continuar na série correspondente ao ensino secundário propedêutico.

Em 16 de fevereiro de 1959, a Lei nº 3.552 foi lançada e dispunha sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura.

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que substituiu as diretrizes da Reforma Capanema, estabeleceu a equivalência dos cursos técnicos ao ensino secundário, possibilitando o ingresso de seus discentes em cursos superiores. A rápida capacitação oferecida por cursos que atendessem às demandas do mercado de trabalho naquela época constituía-se como consequência do processo de desenvolvimento econômico vigente.

O golpe civil-militar representa um marco significativo na nossa história, resultando na trajetória seguida pela nação. Segundo Machado (1991, p. 67) a partir da tomada do poder

⁶ A dualidade estrutural é a categoria de análise que permite compreender a tensão existente entre formação para a continuidade dos estudos e formação para o mercado de trabalho, existente no ensino médio brasileiro exatamente por seu caráter intermediário de formação. Na análise da autora sobre as legislações educacionais, a diferenciação de ofertas formativas para classes sociais distintas sempre esteve claramente exposta pelo princípio educativo tradicional, no qual havia “a existência de dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais através de sistemas distintos” (Kuenzer, 1997, p. 15).

pelos militares, em 1964, o modelo de desenvolvimento assumido foi pautado por dois objetivos básicos que estabelecem certa complementariedade entre si. O primeiro consiste no esforço de avançar e aprofundar a reprodução da acumulação capitalista. O segundo, um modo particular de participação na divisão internacional do trabalho, integrada ao sistema capitalista mundial, pautando-se pela teoria da interdependência (Saviani, 2007, p. 89). Ambos são complementares pelo fato de não se desenvolverem isoladamente e por se condicionarem mutuamente. Essa relação entre o ensino técnico e o controle político e ideológico, a partir de 1964, é apresentada por Machado (1991):

[...] a posição do técnico dentro da empresa é de grande importância para a produção. Ele é o intermediário entre os engenheiros, administradores em geral e os trabalhadores diretamente ligados à produção. Seu papel técnico é indissociável do seu papel político, determinado pela sua própria produção dentro da estrutura da empresa e pela sua função de porta-voz e intermediário do escalão superior que, por sua vez, é porta-voz dos interesses daqueles que controlam o poder político e econômico. Desta forma, não só é grande o controle sobre os técnicos, no trabalho, devido à sua posição estratégica, como também é grande o controle exercido na escola, pois ela tem a tarefa de moldar, seja pela disciplina, seja pelo conteúdo do ensino, aquele profissional que melhor se ajuste às necessidades empresariais. Entretanto, nesta tentativa de ajustamento não deixam de ocorrer contradições. Existe sempre a possibilidade do técnico desempenhar um papel diferente, identificado com os interesses dos trabalhadores. E é por isso que seu papel se reveste de mais importância ainda, já que a possibilidade de negação do que dele é exigido é uma questão fundamental para o capital. Neste contexto, também ganha maior dimensão o papel da escola técnica. (Machado, 1991, p. 67)

Nessa esteira de acontecimentos surgiram as Escolas Agrícolas Federais, que eram escolas-fazendas ligadas ao Ministério da Agricultura, e, a partir do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, passaram a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Mediante a crescente demanda do público que buscava ingressar no ensino superior, devido à equiparação dos cursos técnicos no nível do ensino secundário, procedeu-se à promulgação de uma nova LDB, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que procurou conter o número de vagas nos cursos superiores, modificando a escola primária e secundária e ajustando a função propedêutica do ensino, a qual seguiu visando à formação intelectual. Essa lei não obteve resultados satisfatórios, devido a razões estruturais e também conjunturais, pois não havia condições objetivas de transformar todo o ensino público de 2º grau, incluindo nesse cenário as redes estaduais e municipais, mediante a perspectiva de articulação entre a formação geral e a profissional. Foram várias as alterações realizadas com o passar do tempo, até que, em 1982, uma nova lei reproduziu a antiga distinção entre o ensino de formação geral e o ensino de caráter profissionalizante.

Segundo Manfredi (2003, p. 107), “a velha dualidade, que, na prática, não havia sido questionada, voltava assim, a se manifestar, mas agora sem os constrangimentos legais”. Como legado da profissionalização compulsória, foi atribuída a contribuição para tornar o ensino médio ainda mais ambíguo e precário, além da desestruturação sofrida pelo ensino técnico oferecido pelas redes estaduais. Por outro lado, as escolas técnicas federais saíram fortalecidas desse período.

Ao contrário do fracasso registrado no ensino profissionalizante de segundo grau, as Escolas Técnicas Federais gozavam de grande prestígio junto ao empresariado. De escolas antes destinadas aos desvalidos e desprovidos de fortuna no tempo em que eram Escolas de Aprendizes e Artífices, essas instituições se converteram em Escolas Técnicas, nas quais a grande parcela dos técnicos por elas formados, no contexto dos anos 60 e 70, eram recrutados quase que sem restrições, pelas grandes empresas privadas ou estatais. (Santos, 2003, p. 220)

Manfredi (2003, p. 102) observa que a adoção do padrão capitalista de acumulação flexível culminou na geração de tensões e contradições entre o antigo sistema educacional e as novas necessidades de educação para o trabalho.

A qualificação para o trabalho, a partir daí, surgiu como componente básico do processo de formação. No entanto, a qualidade do ensino profissional ministrado no segundo grau, em escolas com falta de investimentos, apresentando deficiências na formação de seus docentes, em seus laboratórios, oficinas e equipamentos, mostrou-se incapaz de formar profissionais competentes (Oliveira, 2003, p.54).

O panorama socioeconômico a partir da década de 1980 apresentava uma tendência neoconservadora para a minimização do Estado, que se distanciava do seu papel de provedor dos serviços públicos, tendo como marco político a campanha das Diretas, em 1984, e o surgimento da Nova República, em 1985, configurando, assim, um processo progressivo de transferência de poder dos militares para os civis, visando à garantia da ordem socioeconômica do país.

Analisando a política educacional de forma macro, pós-regime militar, podemos citar como marco importante a Constituição de 1988, que reestabeleceu a vinculação orçamentária do Estado, ou seja, obrigou os governos a destinarem um percentual dos seus orçamentos para a educação. Com sua promulgação, criaram-se instrumentos capazes de assegurar o cumprimento de direitos e reorganizar a política educacional no país. Outro aspecto a ser destacado é o art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias, que determinou prazo de dez anos para o cumprimento da meta de eliminação do analfabetismo e universalização do

ensino fundamental. E nesses dez anos as três instâncias - União, estados e municípios - deveriam separar 50% dos seus recursos para atendimento a essas demandas.

A nova ordem mundial socioeconômica instalada foi o neoliberalismo⁷ de mercado, baseada num encontro ocorrido, em 1989, nos EUA, chamado de Consenso de Washington, com o objetivo de discutir reformas de desenvolvimento para os países da América Latina. O consenso baseava-se em um corte profundo dos gastos públicos, em reformulação dos sistemas de arrecadação, considerando que as empresas reduzissem seus tributos na privatização de estatais e na abertura comercial e econômica dos países, proporcionando maior abertura das economias para o investimento estrangeiro, e na desregulamentação do controle econômico e das leis trabalhistas e previdenciárias. Assim, conceitualmente, o neoliberalismo de mercado luta contra o estatismo, ou seja, contra o Estado máximo, requer a liberação total do mercado e a transferência de áreas e serviços do Estado para a iniciativa privada. Nesse contexto, as ideias pedagógicas sofreram inflexão, considerando como primazia o fortalecimento da iniciativa privada e o fracasso da escola pública, que é gerida pelo Estado.

A gestão de Fernando Collor, iniciada em 1989, apresentou propostas do Programa Nacional da Alfabetização e Cidadania e Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs), que foram implantados sem sucesso. O resultado da política educacional de Collor foi basicamente arbitrar sobre os preços das mensalidades das escolas particulares.

Manfredi (2003) observa que a adoção do padrão capitalista de acumulação flexível culminou na geração de tensões e contradições entre o antigo sistema educacional e as novas necessidades de educação para o trabalho. Nesse cenário, surgiram, a partir da segunda metade dos anos 90, os debates para a reestruturação do ensino médio e profissional.

A partir dos anos de 1990 o país enfrentou várias mudanças na ordem de acumulação do capital, o que resultou num número significativo de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e em situação de desemprego (Fonseca; Santos, 2019). Diante desse desafio, o

⁷ O termo neoliberalismo surgiu nas décadas de 1930/1940, no contexto da recessão iniciada com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Reapareceu como programa de governo em meados da década de 1970, na Inglaterra (governo Thatcher), e no início da década de 1980, nos Estados Unidos (governo Reagan). Seu ressurgimento deveu-se à crise do modelo econômico keynesiano de Estado do bem-estar social ou Estado de serviços. Tal modelo tornara-se hegemônico a partir do término da Segunda Guerra Mundial, defendendo a intervenção do Estado na economia com a finalidade de gerar democracia, soberania, pleno emprego, justiça social, igualdade de oportunidades e a construção de uma ética comunitária solidária. Desde os governos de Thatcher e Reagan, as ideias e propostas do neoliberalismo de mercado passaram a influenciar a política econômica mundial, em razão, sobretudo, de sua adoção e imposição pelos organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Bird.

governo promoveu políticas de transferência de renda de impactos substanciais e, em conjunto com estas, a criação de programas de educação tecnológica e de capacitação profissional ⁸.

No final de 1992, o governo Itamar Franco, inspirado na declaração *Educação para Todos*, da conferência realizada na Tailândia, em 1991, lançou o Plano Decenal, focado no ensino fundamental, com diretrizes do Banco Mundial. Ocorreu o fechamento do Conselho Federal de Educação e a regulamentação do funcionamento e reconhecimento dos cursos superiores. Ainda desse período, destacamos a criação do Conselho Nacional de Educação e a criação da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que vetou a construção de novas escolas federais pelo governo federal.

Nesse ínterim, várias escolas técnicas e agrotécnicas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), originando, em 1994, a base do sistema nacional de educação tecnológica.

Do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), iniciado em março de 1995, destaca-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/96), a primeira lei originada de um projeto emanado do Legislativo, da sociedade civil e dos educadores. As discussões que precederam a edição dessa nova Lei estavam articuladas entre aspectos políticos, econômicos, ideológicos, estruturais e sociais.

Questões como a persistência/conservação da dualidade estrutural, o caráter seletivo e excludente do sistema educacional (expresso pelo alto déficit de atendimento e retenção), o monopólio do setor empresarial no campo do ensino e da capacitação profissional, políticas de formação profissional exclusivamente centrada nas necessidades do mercado de trabalho e desarticulada de políticas de desenvolvimento, de geração de emprego e de distribuição de renda tornar-se-ão os eixos centrais de discussão e enfrentamento. (Manfredi, 2003, p. 108)

Já no campo da educação básica, destaca-se a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, por meio da Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996. Essa proposta elevou para 60% os recursos orçamentários para estados e municípios e reduziu para 30% os do governo federal (União), porém o governo não investia.

As transformações na educação profissional iniciaram-se a partir das reformas necessárias, realizadas no governo de FHC, tais como a regulamentação da LDB e a

⁸ Data de 1997 a criação do primeiro programa de transferência de renda, o Bolsa Escola, que foi instituído através da Lei nº Lei 10.219/2001, no governo FHC. Posteriormente, foram criados o Bolsa-Família e o Auxílio Gás. Esses programas, Bolsa Escola, Bolsa Família e Auxílio Gás, foram unificados em 2004, através da Lei nº 10.836, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

aprovação do novo Plano Nacional de Educação, por meio da criação da Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

Destaca-se a separação entre ensino médio e profissional, por meio da publicação do Decreto nº 2.208/97, enquanto para o ensino superior foram redefinidas as mantenedoras. Havia duas características marcantes: a distinção entre universidade de pesquisa e universidade de ensino; e a montagem do Sistema Nacional de Avaliação – medida provisória convertida em lei que transformou o INEP em autarquia federal.

A LDB e o Decreto Federal 2.208/97 instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil com mudanças importantes, tais como: a regulamentação dos artigos 39 a 42 e parágrafo 2º do artigo 36 da LDB; educação profissional em níveis básico, técnico e tecnológico; nível técnico – habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, concomitante ou sequencial, o que originou uma separação curricular; e a pedagogia das competências, voltada à adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capitalismo.

Contudo, mudanças significativas foram observadas a partir do ano de 2003, quando teve início o primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que nomeou o programa de educação de *Uma Escola do Tamanho do Brasil*, apresentando a educação como uma área que deveria considerar as diferenças de tratamento do passado próximo e distante.

Pensar a educação como uma ação relevante na transformação da realidade econômica e social do povo brasileiro é pensar numa Escola do tamanho do Brasil. (Partido dos Trabalhadores, 2002, p.7)

A partir da consolidação das reformas educacionais, foram implementadas políticas públicas que estabeleceram uma nova realidade à educação brasileira, principalmente no âmbito de competência do governo federal.

Com o objetivo de garantir a educação como direito, o programa foi baseado na democratização do acesso e na garantia de permanência, na qualidade social da educação e na instauração do regime de colaboração e de democratização da gestão.

Uma gama de ações significativas foram implementadas como a revogação do Decreto Federal nº 2.208/97, substituído pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que apresentava a articulação entre ensino médio e ensino técnico, também conhecido como o decreto conciliatório porque possibilitou a (re) integração da educação profissional ao ensino médio, apesar de não ter extinguido outras formas de oferta, como a concomitante.

No entanto, considera-se que as formas de oferta - concomitante e subsequente - de educação profissional possibilitaram “[...] um rude empobrecimento científico e humanístico

do currículo, em nome de uma abstrata e populista valorização da competência e da habilidade” (Leher, 1998, p. 131).

Além disso, iniciou-se a expansão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPCT), a partir de 2005, quando a Lei nº 11.195 deu nova redação ao § 5º do artigo 3º da Lei 8.948/1994, o qual representava um entrave à expansão da rede EPT. Nesse momento foi lançado o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cuja operacionalização previa um investimento de R\$ 1,1 bilhão, dividido em duas fases, e que propunha a construção de 214 novas unidades federais (BRASIL/MEC/SETEC, 2014).

A primeira fase previa a construção de 64 unidades, sendo 37 novas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) e 9 novas autarquias, além de federalizar 18 novas escolas que não pertenciam à rede federal. Essa fase tinha como objetivo:

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho. (MEC/SETEC, 2009)

Em 2007, foi divulgada a segunda fase, que tinha como lema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” (MEC/SETEC, 2009) e previa a instalação de 150 novas unidades de ensino.

O segundo mandato do presidente Lula começou em 2007 e destacou a educação de jovens e adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante, impondo a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem significativa do estudante, bem como a falta de infraestrutura para oferta dos cursos, dentre outros. (Brasil, 2006)

A Lei nº 11.741, de 2008, deu nova redação aos artigos 39 a 42 da LDB, estabelecendo, em síntese, a educação profissional e tecnológica como integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, articulando-se com o ensino regular ou com diferentes estratégias de educação continuada, tanto em instituições especializadas como no ambiente de trabalho. Definiu também que a EPT abrangeria os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; os

cursos de educação profissional técnica de nível médio; e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008). Ou seja, de 1909 a 2008, a EPT esteve à margem das políticas de educação básica, na medida em que as normativas legais, como as leis de diretrizes e bases, não a incorporavam à educação básica. Entende-se, dessa forma, que a Lei nº 11.741/2008 foi um avanço para a EPT, justamente por tratá-la como modalidade da educação básica.

A expansão da rede federal de educação tecnológica, juntamente com a ampliação de suas funções para o ensino superior integrado com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico, deu-se por meio da publicação da Lei nº 11.892, de 29 de fevereiro de 2008, considerada um grande marco por tratar da criação dos Institutos Federais.

De acordo com Eliezer Pacheco (2011):

A criação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia dá visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil e deve ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira. Esta compreensão considera a educação profissional e tecnológica não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. (Pacheco, 2011, p. 17)

A Lei nº 11.892/2008 apresenta, entre as características e finalidades dos IFs, a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, em seu artigo 6º:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (Brasil, 2008)

No governo da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em 2011, ocorreu a terceira fase de expansão da RFEPCT, com a projeção de implantação de 86 novos *campi* de IFE já no seu primeiro ano. Conforme relatório de gestão do SETEC:

[...] a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da década. Para tanto, seriam necessários investimentos anuais da ordem de R\$ 600 milhões para as ações de construção e aquisição de equipamentos, e de R\$ 200 milhões para despesas com pessoal. (MEC/SETEC, 2011, p. 29)

O governo da presidenta Dilma Rousseff apresentou dois pontos de maior significado. O primeiro é referente à Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que, ao ajustar a educação nacional ao disposto na Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, ampliou a educação obrigatória para a faixa etária dos 4 aos 17 anos e modificou diversos dispositivos

da LDB. Em consequência, a educação básica obrigatória passou a abranger a pré-escola (4 e 5 anos de idade), o ensino fundamental (6 a 14 anos) e o ensino médio (15 a 17 anos de idade). O segundo ponto consiste na criação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), sem dúvida, a medida mais significativa do primeiro mandato de Dilma Rousseff relacionada à EPT.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o propósito de ampliar o acesso à educação para a sociedade, considerando a inserção dos indivíduos no mundo do trabalho, conforme as exigências do mundo globalizado, e com o objetivo de oferecer cursos de educação profissional e tecnológica, de forma gratuita, para trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, com direito a auxílio-alimentação, auxílio-transporte e material escolar.

De fato, significativos avanços em torno da EPT foram implantados, porém inúmeras são as questões ainda em discussão nas diferentes esferas e setores da sociedade.

O atual Plano Nacional de Educação (PNE) levou quatro anos em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal até sua aprovação, o que acarretou uma mudança de vigência, de 2014 até 2024. Algumas ações de expansão, como a oferta de ensino público, a criação de programas para a formação de professores e a ampliação de vagas para a formação de técnicos em programas de ensino público a distância ou por meio do Pronatec são exemplos de políticas de governo que foram implementadas em sintonia com o PNE, publicado por meio da Lei nº 13.005/2014.

O novo desafio ocorreu a partir da publicação da Lei 13.415/2017, que altera as leis 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Além disso, revoga a Lei nº 11.161/2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Essa lei não contribuiu para a valorização do ensino técnico, tampouco favoreceu políticas de formação docente para essa modalidade de ensino. Ao contrário, induziu o notório saber, que é uma maneira de utilizar profissionais não professores como regentes de salas de aula para a educação profissional técnica de nível médio.

Diante desse contexto, o que se observa ao longo da história é que as políticas para a EPT vêm subjugando essa formação aos desmandos do mundo do trabalho, submetendo-se aos modos de produção capitalista, marcados por ações antagônicas.

Sabe-se que, para se construir a autonomia dos cidadãos, é preciso possibilitar que conheçam, questionem e problematizem as relações contraditórias e conflitantes estabelecidas entre o trabalho, os modos de produção e a sociedade capitalista. Diante disso, urge que se elaborem políticas públicas voltadas para a formação de um trabalhador que tenha consciência de seu papel político, econômico e social e que, portanto, não seja alienado aos sistemas produtivos.

Traçar a educação como dever moral de aprimoramento da sociedade requer a sua compreensão pelo Estado. Assim entendida, ela transforma-se num mecanismo de direito, refletindo-se como um dos elementos da providência de igualdade social.

A formação integrada na perspectiva da educação politécnica, para Frigotto (2003), é aquela que não dá a fórmula, mas a base do entendimento das coisas: da física, da química, da eletricidade; mas também da sociedade, dos seres humanos, da psicologia, da arte e da cultura. Contribuindo com essa concepção, Saviani (2003) esclarece que:

Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna. (Saviani, 2003, p.40)

A politecnia cria a possibilidade de construção do novo, permitindo aproximações sucessivas da verdade, que nunca se dá a conhecer plenamente; por isso, o conhecimento resulta do processo de construção da totalidade, que nunca se encerra, pois há sempre algo novo para conhecer. Nessa concepção, evidencia-se que conhecer a totalidade não é dominar todos os fatos, mas as relações entre eles, sempre reconstruídas no movimento da história.” (Kuenzer, 2001, p. 86-87).

A EPT deve ser não somente compreendida, mas reformulada como uma ferramenta de acesso à igualdade econômica e social, daí associada como veículo de acesso a bens culturais, sociais e econômicos. Não se trata de defender uma educação emancipadora, que negue o mundo do trabalho, mas de considerar que a educação, sobretudo a educação profissional, pela especificidade de formar para o trabalho, tem a missão social de interagir

com o contexto sociopolítico, cultural, científico, tecnológico, econômico e financeiro.

Somente com a participação de todos – entes federativos, comunidade acadêmica e sociedade civil – é possível dar vida a um desejado Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração, no qual a concepção de EPT esteja mais direcionada para a formação omnilateral, ao vislumbrar as possibilidades do desenvolvimento integral dos indivíduos, tendo a emancipação humana como horizonte.

3.2. Memória e História do Colégio Pedro II

3.2.1. Memória como Referencial para o Resgate da História Institucional do CPII

Ao contarmos uma história a partir de sua trajetória deparamo-nos com a necessidade de compreender o conceito de memória e história. “História e memória” desempenham papéis primordiais nas instituições públicas, influenciando não apenas como essas instituições operam no presente, mas também delineando sua identidade e direcionando suas ações futuras. Ao reconhecer e valorizar sua própria história, essas instituições tornam-se agentes propulsores mais eficazes de mudança positiva e progresso social.

“Memória e história” são conceitos abordados constantemente como sinônimos pelo senso comum, porém há diferenças. Motta (2003) aponta que memória é um arquivo dos acontecimentos do passado e do futuro.

Se entendermos que a memória só se explica pelo presente, pode-se afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São assim, os apelos do presente que nos explicam porquê a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e sem contradições. (Motta, 2003, pág. 182)

A definição de Motta (2003) impulsiona-nos para necessidade de compreensão do conceito de história. Le Goff (2013) apresenta a história como crítica da memória, ou seja, a ciência que vai analisar criticamente as lembranças materializadas em memórias. Sobre a relação entre memória e história, o autor nos diz:

Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica. (Le Goff, 2013, p. 51)

Sendo a memória uma fonte para a história, a construção da memória coletiva pode ser vista como uma “forma importante na luta das forças sociais pelo poder” (Le Goff, 2013, p. 390), posto que a memória coletiva possa ser manipulada de acordo com os grupos

dominantes e os seus interesses.

A definição de Le Goff (2013) corrobora a proposta desse projeto que visa ao armazenamento da história do Pronatec no CPII e que também coaduna com os apontamentos de Motta (2003) e Nora (1993).

Baseado nos apontamentos de Nora (1993) sobre as diferenças entre história e memória é possível compreender que memória nada mais é que um arquivo dos acontecimentos do presente e do futuro, e a história fica perpetuada pelos acontecimentos, que podem ser pessoas, grandes obras, etc., gravadas na memória, que depois os transfere para a história. Ao contrário da memória, a história aposta na descontinuidade, pois ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão (Nora, 1993, p. 9).

Segundo Motta (1993), a história é operada com outros sentidos e em outras direções. Por oposição à memória, a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória. Os lugares de memória são ainda marcados por conteúdos múltiplos. São, ao mesmo tempo, material simbólico e funcional (Nora, 1993, p. 21).

A memória é um elemento integrante do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva. De acordo com Le Goff (2013):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (Le Goff, 2013, p. 435)

Maurice Halbwachs (2013) trata com propriedade a relação entre memória individual e memória coletiva, ressaltando que a memória individual não é um fenômeno isolado, mas está fortemente ligada à memória coletiva de um grupo ou sociedade. O autor destaca que a memória coletiva tem importância na construção da identidade coletiva, oferecendo uma base compartilhada de pertencimento e continuidade histórica para os grupos sociais. As nossas lembranças precisam de uma comunidade, que é pautada no convívio social, e podemos então ter base em nossa impressão nas memórias de outras pessoas que estão compondo o mesmo grupo/comunidade da qual estamos inseridos para completar a nossa própria percepção dos acontecimentos, como afirma Halbwachs (2013):

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição

funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (Halbwachs, 2013, p. 39)

Esses apontamentos demonstram a necessidade de refletir sobre a importância dos registros da memória para o resgate de uma parte da história institucional do CPII, tendo em vista toda a sua trajetória no cenário da educação do Brasil e no referencial que representa para a sociedade. A estrutura e o reconhecimento do Colégio, até os dias de hoje, são resultados da sua formação, que acompanha, em grande parte, a história do país.

Dotado de alma e historicidade, o Colégio Pedro II é definido como “lugar de memória”: lugar ao mesmo tempo material, simbólico e funcional, fechado sobre si mesmo, recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto para a extensão de suas significações, que ultrapassou sua marca de origem – abrigo de órfãos, seminário, colégio de elite e Escola Pública de massa e qualidade – conjugando sempre tradição e modernidade, renovação e evolução como “um elo vivido no eterno presente (...) onde a memória está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento (e) que se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto”. (Boclin, 2018, p. 377)

O CPII, com o objetivo de manter a dinâmica de preservação, conservação, divulgação e resgate do acervo histórico documental, criou o Centro de Documentação e Memória (CEDOM), que foi instituído pela Portaria CPII nº 4.231, de 4 de agosto de 2014, alterada pela Portaria CPII nº 2.677, de 31 de agosto de 2016. Tal Centro é composto por setores que foram criados em diferentes épocas, com finalidades específicas, tais como: Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM), que tem como objetivo resgatar, organizar, preservar e divulgar o acervo manuscrito, iconográfico, bibliográfico e documental da história e memória do CPII, estimular, orientar e apoiar pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação; e supervisionar atividades de educação patrimonial e de iniciação científica e, tem também o compromisso com a produção de pesquisas sobre o CPII, utilizando-se do precioso acervo riquíssimo em obras únicas, fundamental para os pesquisadores da história da educação no Brasil.

A Biblioteca Histórica tem como atribuição conservar e divulgar a história e a memória da Instituição por meio de seu acervo antigo, formado desde a fundação do Colégio, em 1837, composto de livros raros e especiais e de coleções especiais, doadas por professores e alunos eminentes ao CPII; além de preservar e tratar seu patrimônio histórico-cultural.

O Museu Histórico tem a função de conservar e divulgar a história e a memória da Instituição por meio de fotos, documentos e objetos que compõem seu valioso acervo; e

preservar e tratar seu patrimônio histórico-cultural.

O Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico (LADAH) foi criado para digitalizar os acervos do CEDOM; implementar uma política de preservação digital que estabeleça diretrizes para a preservação de documentos digitais e para a formação da memória digital do CPII.

Por fim, o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes tem o objetivo de dar acesso a pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação ao acervo do ex-aluno e professor catedrático de Português e Espanhol do CPII, Antenor de Veras Nascentes, composto de livros, artigos e periódicos, postais raros, história do Rio de Janeiro, traduções e correspondências ativas e passivas, resultados de seminários, simpósios e encontros. Todos funcionam no *campus* Centro, na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Ciavatta (2012) a reconstrução social contribui para que se edifique uma identidade singular e, ao mesmo tempo, coletiva, como pertencimento a um tempo, a um grupo com marcas desse tempo. Pertencer significa partilhar vivências e características com outros membros das comunidades de pertencimento, desenvolvendo assim o sentimento de pertença. E para despertar esse sentimento de pertencer a um lugar de memória, nesse caso, a escola, é fundamental conhecer sua história.

No âmbito do CPII, cabe ressaltar que em seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI)⁹, apresenta em seu Mapa de Objetivos, no eixo “Acadêmico e Pedagógico”: “Disseminar a História do CPII de maneira a preservar a memória institucional e fortalecer os sentimentos de identidade, pertencimento e cidadania”, em atendimento ao que também estabelece o PPA (Plano Plurianual), previsto no art. 165 da Constituição. O PEI está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023¹⁰, do CPII, que é o documento que representa o trabalho da comunidade escolar, com a definição dos seus rumos, projetos, programas, objetivos e metas. Está fundamentado nas dimensões históricas e sociais da Instituição, considerando toda a sua trajetória.

Nesse sentido, realizar o levantamento dos dados históricos referente ao Pronatec, organizar as informações e buscar relatos de vivências e experiências, é disponibilizar conteúdos pertinentes a esse espaço de memória, que retratam sua história.

⁹ É o processo sistêmico de estabelecimento da estratégia para, a partir de uma condição presente e do entendimento do que é a organização e qual o seu papel, e considerando a análise do contexto, alcançar uma situação futura desejada, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos. (PEI/CPII 2019-2023)

¹⁰ Vigência prorrogada até junho de 2024, por meio da Resolução Consup nº 264/2023. Atualmente o PDI 2024-2028 encontra-se em fase de elaboração.

3.2.2. O CPII e sua Relevância no Cenário Educacional Brasileiro

O Colégio Pedro II é uma autarquia, tradicional instituição de ensino público federal, localizada no estado do Rio de Janeiro. É o segundo colégio mais antigo em atividade no país, tendo recebido esse nome em homenagem ao Imperador D. Pedro II.

Sua origem remonta à primeira metade do século XVIII, como Abrigo dos Órfãos de São Pedro, obra de caridade da antiga paróquia do mesmo nome, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

O bispo D. Frei Antônio de Guadalupe fundou o Colégio dos Órfãos de São Pedro, em 1733, por Provisão da Câmara Eclesiástica e o transformou em Seminário de São Joaquim, também por Provisão Eclesiástica, em 1739, sendo localizado em um antigo casarão na rua Larga, atual avenida Marechal Floriano. O Rei D. João VI, por Decreto de 1818, extinguiu o Seminário de São Joaquim, sendo suas dependências utilizadas para o aquartelamento dos soldados do Corpo de Artífices e Engenheiros da Divisão Portuguesa, recém-chegada ao Brasil.

O Colégio foi fundado em decorrência da reorganização do Seminário de São Joaquim, de acordo com o projeto apresentado a Araújo Lima (1837 - 1840) pelo então ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos. Inaugurado em 1837, na data de aniversário do Imperador-Menino, dia 2 de dezembro, foi denominado Imperial Colégio de Pedro II. O ato foi oficializado por Decreto Regencial no dia 20 desse mesmo mês, e as aulas iniciaram-se em março de 1838.

Nesse contexto, durante a década de 1830, o ensino ministrado no Seminário diferenciava-se muito da proposta imaginada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, uma vez que seu objetivo era fundar uma escola que proporcionasse uma formação acadêmica aos seus alunos, ou seja, que não estivesse direcionada para profissões práticas, valorizadas pelo trabalho manual. Tinha-se a pretensão de formar cidadãos para profissões de advogados, deputados, médicos e professores.

De fato, o CPII cumpriu seu papel de colégio padrão do ensino clássico do Município da Corte, pois foi uma instituição de referência para as demais províncias, por meio de estatutos, programas de ensino, planos de estudo e resumos dos professores especialistas. Apesar de o CPII, em sua origem, ser uma escola paga em seus primeiros anos, possuía 29 alunos gratuitos, portanto o mesmo número de alunos do antigo Seminário:

(...) dos exames a que procedi, e de diversos documentos, colhi que a obrigação do Seminário, era educar 29 meninos pobres. Desde já declaro ao Senado, e lhe assevero, que é esse o número de alunos, pobres que o actual

Collegio de Pedro II educa gratuitamente. (Brasil,1839, p.336)

Em 1857, o CPII dividiu-se em externato e internato, sendo que a segunda modalidade se instalou, em 1858, no bairro da Tijuca, até o ano de 1888, quando se transferiu para o bairro de São Cristóvão. Foi o primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil com uma estrutura marcada pela oferta de diversas disciplinas escolares, o que resultou na institucionalização de uma escola de ensino laico. A estrutura do aprendizado era caracterizada por estudos simultâneos e seriados, permitindo uma construção metodológica de várias disciplinas, entre elas história, geografia, matemática, português, literatura e música. O CPII transformou-se num importante elemento de construção do projeto civilizatório do Império, de fortalecimento do Estado e da formação da nação brasileira.

Em sua composição docente, a excelência era representada por intelectuais renomados na época. O processo de seleção dos(as) alunos(as) era realizado por meio de exames de admissão. Destaca-se que a tradição humanística, com ensino de base clássica, e o pagamento das anuidades conduziram o ensino secundário do CPII para a preparação desses alunos ao ensino superior.

No entanto, o CPII sobreviveu a períodos de crise institucional devido à perda de seu patrono, o imperador D. Pedro II. A partir de 1889, várias mudanças de nome ocorreram em sua história, dentre elas: Instituto Nacional de Instrução Secundária /Ginásio Nacional, além de alterações da política educacional, mediante reformas de ensino. O antigo casarão da rua Larga de São Joaquim, depois Externato do Colégio Pedro II, hoje *Campus* Centro, foi tombado em 1983 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo reconhecido como “um dado da nossa nacionalidade” e, até hoje, guarda grande parcela da memória histórica da Instituição. Mesmo diante de muitas perdas, permaneceu sendo, na República, um local de referência educacional do ensino secundário com reconhecimento e equiparação aos ginásios estaduais e às escolas particulares, e um centro de sociabilidade cultural. Em 1911, reassumiu a designação de Colégio Pedro II.

Até a década de 1950, era considerado como "Colégio Padrão do Brasil", pois era referência no panorama da educação nacional pela qualidade do corpo docente e dos programas desenvolvidos, uma vez que estes, inclusive, serviam como modelo aos colégios da rede privada, quando solicitavam ao Ministério da Educação o reconhecimento de seus certificados e justificavam seu mérito pela semelhança de seus currículos com os do CPII. Em virtude da qualidade apresentada, todos os anos havia um grande número de inscritos para o processo seletivo de alunos, o que fez com que a Instituição aumentasse significativamente o

número de vagas oferecidas. Diante desse contexto, foram inauguradas as Seções Norte e Sul (1952) e a Seção Tijuca (1957). A partir de 1979, as Seções receberam o nome de Unidade Escolar (U.E.) tendo, como complemento, o nome do bairro onde estavam instaladas: Centro (a pioneira), São Cristóvão (o internato), Engenho Novo (antiga Seção Norte), Humaitá (antiga Seção Sul) e Tijuca (antiga Seção Tijuca), atendendo aos atuais ensino fundamental e ensino médio. Em 1984, foi instituída, em São Cristóvão, a primeira Unidade Escolar especializada na oferta da antiga classe de alfabetização (C.A.) à 4ª série primária, atualmente denominadas 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos ou anos iniciais do ensino fundamental. Nos anos posteriores, tal oferta também foi implementada nas Unidades Escolares Humaitá (1985), Engenho Novo (1986) e Tijuca (1987). Essas Unidades Escolares receberam o informal apelido de "Pedrinhos". Em seguida, as Unidades Escolares que ofertavam os anos iniciais do ensino fundamental passaram a ser formalmente denominadas como Unidades "I", e as especializadas nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, de Unidades "II". Com vistas ao atendimento do aumento da demanda da comunidade que ansiava estudar no ensino médio, foi inaugurada, em 1999, uma nova unidade denominada U.E. São Cristóvão III. Em 2004, a partir de um convênio com a prefeitura do município do Rio de Janeiro, o CPII inaugurou a U.E. Realengo, com o objetivo de atender um número maior de residentes na Zona Oeste da cidade. A ampliação em direção à região metropolitana efetivou-se, a partir de 2006, com a inauguração da Unidade Descentralizada Niterói e, em 2007, com a inauguração da Unidade Descentralizada Duque de Caxias, que no início estava localizada no bairro do Sarapuí (Gramacho), juntamente com o IFRJ (utilizavam o mesmo espaço físico). O curso implantado, na época, foi o de Técnico de Informática, em nível pós-médio. No início de 2008, a Unidade foi desvinculada fisicamente do prédio do IFRJ e passou a usar um novo espaço, novo endereço, agora no centro do município de Duque de Caxias. Em 2010, a Unidade Escolar Realengo I foi a última a ser inaugurada, retomando o processo de expansão da oferta à Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, desta vez especializada nos anos iniciais do ensino fundamental e, em seguida, na educação infantil.

Em 2012, o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais e ampliou as modalidades pedagógicas até então ofertadas, e suas Unidades passaram a ser chamadas de *campi*. A Unidade Descentralizada de Duque de Caxias foi transferida para um novo espaço, localizado no bairro do Centenário, próximo ao centro de Duque de Caxias, onde está em funcionamento até os dias de hoje. Também iniciou sua atuação no Ensino Superior com a implementação do Programa de Residência Docente (PRD), curso de especialização destinado a professores em serviço nas redes públicas de Educação Básica. O Programa visa contribuir

para o aprimoramento do desempenho de docentes recém-formados e o aperfeiçoamento da competência profissional adquirida na graduação. Além do PRD, incluiu a oferta de diversos cursos de especialização.

No ano de 2013, a educação infantil, anteriormente ofertada em Realengo I, passou a ter um espaço denominado Unidade de Educação Infantil Realengo que, posteriormente, em 2016, recebeu o nome de Centro de Referência de Educação Infantil. Ainda em 2013, foram iniciadas as atividades do Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica. Este curso destina-se à formação de professores para o exercício da atividade docente, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades em suas áreas de conhecimento e contribuindo para a promoção de alternativas práticas às demandas do processo de ensino-aprendizagem dos alunos da Educação Básica.

Em 2015, o CPII tornou-se a primeira Instituição Federal de Ensino Básico a oferecer o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), já em 2018, passou a ofertar o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), em rede nacional, proporcionando aos alunos formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho ao conhecimento sistematizado. Em dezembro desse mesmo ano foram aprovados os Projetos Pedagógicos de Curso das Licenciaturas Integradas em Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História.

Nesse contexto, o Colégio Pedro II atende ao que é estabelecido na base legal. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, em 2012, foi alterada pela Lei nº 12.677/2012, que, por sua vez, incluiu o Colégio Pedro II na Rede Federal e, no artigo 4º- A, o definiu como especialista na oferta de educação básica e de licenciaturas.

É fundamental destacarmos também que, no campo do movimento estudantil, os(as) alunos(as) do CPII tiveram uma tradição de lutas e mobilizações educacionais, sociais, culturais e políticas ocasionadas por questões internas da própria Instituição, da cidade do Rio de Janeiro, da educação em geral e do próprio país. Participaram de muitas mobilizações políticas, como, por exemplo, no apoio à Revolução Constitucionalista de 1932. Outro fato histórico foi a luta contra o fascismo, a favor da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à entrada na guerra ao lado dos aliados. Em relação à mobilidade urbana, também estiveram presentes contra o aumento dos bondes, em 1956. Os alunos do Colégio Pedro II, desde as séries iniciais, tinham a prática de se organizar em associações culturais e científicas, nas

quais as pesquisas e debates sobre vários temas da escola e do cenário educacional brasileiro aconteciam.

Desse modo, considerando a estrutura pedagógica ofertada no CPII aliada ao incentivo e participação dos estudantes em causas sociais, nota-se uma aproximação da democracia salientada por Paulo Freire, tendo como ingrediente básico o diálogo intersubjetivo, que permite que todos os participantes do ambiente escolar tenham as mesmas oportunidades de falar e de ver respeitadas as suas culturas, bem como suas diferenças de gênero e idade. Somente dessa forma a relação pode se voltar para o desvendamento do mundo real e o comprometimento com a transformação da sociedade, ofertando uma educação que prepare os alunos não só para passar em exames, mas também para enfrentar os desafios da vida, para participar ativamente da sociedade e continuar aprendendo ao longo de toda a vida.

Nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos. (Freire, 1997, p. 26)

A ênfase de Freire (1997, p.30) na valorização das experiências de vida e do conhecimento prévio dos alunos, especialmente no contexto da educação de jovens e adultos, serve como um lembrete de que a educação deve estar enraizada na realidade dos alunos e ser relevante para sua vida. Ao mesmo tempo, a sua defesa da autonomia dos alunos como meta principal da educação desafia-nos a promover um ambiente de aprendizado que favoreça a participação ativa, a reflexão crítica, a experimentação e a autodeterminação.

Dessa forma, ressaltamos que o CPII estabelece como visão de futuro “ser uma instituição pública de excelência em educação integral e inclusiva, consoante com o mundo contemporâneo, e as novas técnicas e tecnologias, comprometido com a formação de cidadãos, visando uma sociedade ética e sustentável”.

Figura 1 - Linha do Tempo do Colégio Pedro II



Fonte: CPII, Plano de Integridade, 2022.

3.2.3. A Nova Referencialidade do CPII e Pronatec/FIC como Marco Inicial

Em 25 de junho de 2012, a partir da criação da Lei 12.677, o Colégio Pedro II foi “equiparado” aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que têm organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, com o oferecimento de cursos técnicos, em sua maioria na modalidade integrada com o ensino médio, licenciaturas, graduações, especializações, mestrados profissionais e doutorados, técnico integrado e PROEJA, além de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

No artigo 7º da Lei nº 11.892 é apresentado como um dos seus objetivos “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”. De acordo com Eliezer Pacheco (2011):

O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manterem-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e

tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. (Pacheco, 2011, p. 15)

O novo modelo dos IFs, integrados como uma Rede que desenvolve educação tecnológica, formação acadêmica e pós-graduação nas capitais e no interior do Brasil, veio modificar de forma significativa a história da EPT.

Considerando que o Colégio Pedro II integra a rede, mesmo que de forma “equiparada”, é notório seu movimento para a implementação de ações voltadas a essa nova estrutura, pois se observa que diversos projetos educacionais foram ampliados durante esse período. Destacamos a oferta do PROEJA - atualmente ocorrendo nos municípios do Rio de Janeiro (Centro, Engenho Novo II, Tijuca II) e de Duque de Caxias; do ensino médio integrado (EMI), que ampliou também sua oferta; dos cursos de extensão voltados para o público externo e interno; dos cursos de graduação, das especializações *lato Sensu e stricto sensu* por meio dos mestrados de formação docente e profissional.

No bojo desses acontecimentos, e considerando que sua trajetória foi paralela à RFEPCT, o CPII tem sua inserção na rede marcada por uma política pública nacional, sendo o Pronatec o marco inicial dessa trajetória. O programa foi ofertado na modalidade de curso de formação inicial e continuado (FIC) também conhecido como qualificação profissional, voltados à área de extensão, em 2012, mesmo ano de inclusão do CPII na RFEPCT.

3.2.4. A Formação Continuada Inserida na Extensão como um dos Pilares da RFEPCT

A extensão universitária no Brasil, oficialmente, iniciou a ser regulamentada por meio do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que reformou o ensino superior no país e estabeleceu o formato das instituições do setor. O texto da chamada “Reforma Francisco Campos”, autorizava as universidades, tanto públicas como privadas, a criarem “cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, a atividade técnica e científica dos institutos universitários”, e definia que “a extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário”

A partir da década de 1950, estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), elaboraram inúmeros projetos de alfabetização, educação e cultura que foram consolidados nos Movimentos de Educação de Base (MBE) e de Cultura Popular (MPC). Nesse momento

surgiu um trabalho nomeado de Serviço de Extensão Cultural, criado pela atual Universidade Federal de Pernambuco, por intermédio do educador Paulo Freire.

Após o golpe militar, no ano de 1968 criou-se o Projeto Rondon que tinha como características atividades voltadas no interior do Amazonas de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Agricultura. O projeto foi extinto em 1989 e recriado em 2005.

A partir de 1970 a extensão começou a ganhar um novo formato mediante a estrutura das Universidades, com a criação de pró-reitorias. No ano de 1987, ocorreu o primeiro encontro nacional de pró-reitores de extensão, o qual definiu a extensão universitária como “via de mão-dupla” entre Universidade e sociedade, que se articula às áreas de Ensino e Pesquisa, viabilizando uma relação transformadora entre as partes.

A Constituição de 1988, em seu artigo 207, estabelece a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, reafirmando, assim, a extensão como processo acadêmico que compõe o processo ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a estimativa é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).

A Lei nº 9394/1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), coaduna com esse preceito, em seu artigo 43, especificamente nos incisos VII e VIII, que preveem a extensão como uma das finalidades da universidade.

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Brasil,1996)

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria a Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPCT), em seu artigo 7º, apresenta seus objetivos e, especificamente em seus incisos II, IV e V, os que são referentes à extensão:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho

e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (Brasil, 2008)

O Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, defende que na formação do profissional é imprescindível a sua interação com a sociedade para situá-lo historicamente, identificá-lo culturalmente e referenciar a sua formação técnica à realidade e isso, é possível por meio da extensão.

No entanto, há necessidade em termos de institucionalização da indissociabilidade para que a área de Extensão configure, de fato, a concepção da tríade educacional (pesquisa-ensino-extensão), uma vez que se observa a falta de itinerários formativos interdisciplinares.

No CPII o Planejamento Estratégico do período de 2019-2023, é apresentado em seu Mapa de Objetivos no eixo Acadêmico e Pedagógico: “Promover a articulação entre o ensino e a pesquisa desenvolvidos no CPII e as demandas da sociedade, através de programas e projetos, eventos, cursos, e demais atividades de extensão, considerando o compromisso do Colégio enquanto instituição pública empenhada na ação reflexiva de questões sociais e na difusão do conhecimento para superação das desigualdades sociais”.

No Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI), publicado em 2017, do CPII, é apresentada a relevância da extensão:

[...] a extensão estimula a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a contextualização necessárias à solução dos problemas sociais. Portanto, promover atividades e ações de extensão significa contribuir para a construção de um projeto societário que pavimente um caminho de inclusão social e formação cidadã. (CPII, 2017, p. 103)

Ainda no PPPI os seguintes objetivos são apresentados:

- estabelecer relações de aproximação e de integração com a comunidade local e firmar parcerias com a sociedade civil organizada;
- desenvolver programas, cursos, projetos, publicações e eventos, integrados com a comunidade interna e externa, de cunho educativo, científico, tecnológico e artístico-cultural, promovendo a integração entre a teoria e a prática na formação dos futuros profissionais e sua integração com a sociedade;
- estimular, por meio das atividades de extensão, a relação bidirecional entre o Colégio Pedro II e a sociedade, propiciando a participação desta na produção e difusão do conhecimento;
- contribuir para a inclusão entendendo nossas ações como parte do processo acadêmico vinculadas à formação de pessoas;
- propiciar a interação do ensino e pesquisa com as demandas sociais, seus interesses e necessidades, instituindo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- realizar ações voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social promovendo a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos;

- potencializar e ampliar a atuação da Extensão na Educação Básica, viabilizando a sua institucionalização;
- promover cursos e atividades de formação continuada de professores, visando a constante atualização e aperfeiçoamento da prática docente;
- promover cursos e atividades abertos a comunidade em geral, que visem o enriquecimento curricular, a atualização, a qualificação, o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas;
- estimular, por meio do oferecimento de bolsas, a participação de estudantes no processo de integração com a sociedade, através de atividades de extensão, que contribuam para sua formação e exercício da cidadania. (CPII, 2017, p. 104).

Diante do exposto, é fundamental considerar os objetivos legais e intrínsecos de cada Instituição, seja da Universidade, dos IFs e em especial, do CPII, para o reconhecimento pleno da importância e da singularidade dos projetos de extensão, no contexto interno e também da sociedade.

3.3. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – Origem e Implementação

3.3.1. Breve Análise das Políticas Públicas e Ações Antecessoras ao Pronatec

Entende-se como Estado o conjunto de instituições no campo político e administrativo que organiza o espaço de um povo ou nação e que, para existir, deve possuir o seu próprio território e ser a autoridade máxima na área correspondente. Sendo assim, o Estado tem como premissa manter a coesão social e garantir a propriedade privada e os direitos coletivos por meio de políticas públicas que busquem tratar a sociedade com isonomia, conforme o momento histórico.

Bonavides (2000, p.48) faz uma separação conceitual entre Estado, que seria o laço jurídico ou político, e sociedade, a pluralidade de laços. Dessa afirmação, compreende-se, dentre outras possíveis interpretações, a propensão de interesses individuais que constituem a formação do Estado, as lutas de classes, os movimentos sociais, as batalhas fiscais e as disputas pelo poder político.

A sociedade civil, financiadora do Estado, delega a ele a administração de questões relativas à ordem para o convívio social. A autoridade governante de uma nação ou unidade política é o governo, que tem a finalidade de organizar a sociedade e é reconhecido como instância máxima de uma nação, composto por um conjunto de indivíduos que possuem a tomada de decisões políticas e administrativas.

O termo políticas públicas pode ser expresso a partir da caracterização dada por

Rodrigues (2010), ao afirmar que é o processo em que diversos grupos, cujos interesses divergem, tomam decisões coletivas que direcionam a sociedade.

Quando o governo é democrático, os indivíduos participam do ciclo das políticas públicas, sua agenda, sua elaboração e avaliação. De forma geral, as políticas públicas podem ser entendidas como a forma com que o Estado atua para amenizar as desigualdades, e são organizadas a partir dos diversos interesses da sociedade. Durante o ciclo das políticas públicas, atores públicos têm como função decidir sobre o encaminhamento das políticas, enquanto os atores privados devem direcionar a formatação das políticas públicas e exercer influência sobre os agentes públicos. Considerando a faixa temporal, a sociedade surge primeiro, e o Estado depois.

No Brasil, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios são caracterizados como entidades autônomas, de forma que a União seja a soma de estados e municípios inseridos nesse arcabouço federativo, garantindo a estabilidade institucional, que é promovida por meio da Constituição de 1988.

O funcionamento da máquina pública de forma eficaz e eficiente resulta na capacidade que os governos têm de elaborar e implementar políticas públicas, cujo maior desafio é a mediação do conflito de interesses entre os diversos atores que compõem o ciclo das políticas públicas.

O governo apresenta-se como instância máxima de administração executiva e sua função é direcionar as políticas públicas e organizar a sociedade politicamente. Suas ações ocorrem de acordo com o poder político, por meio de acordos com interesses políticos e estratégias partidárias e ideológicas dos diversos segmentos da sociedade.

No Brasil, a análise de políticas públicas intensificou-se a partir de 1980, devido à dinâmica política e às transformações que o país enfrentava, com reformas econômicas e políticas nas áreas de saúde, educação, previdência e saneamento, dentre outras. Nesse contexto, deve-se levar em conta o desenho institucional, examinando-se o presidencialismo de coalizão – aliança política firmada entre o chefe do poder Executivo com partidos políticos eleitos, para cumprimento de mandato no poder Legislativo – e as negociações entre os poderes Executivo e Legislativo para a produção legal.

Rodrigues (2010) salienta que a engenharia das políticas públicas requer duas avaliações: uma análise sobre como as decisões são tomadas; e outra sobre o poder que o governo precisa para prevenir uma situação. Dessa forma, as políticas públicas devem ser explicadas baseando-se em diversos enfoques, dada a multidisciplinaridade que envolve tal estudo.

O ato de elaboração das políticas públicas compreende o esquema de uma política por meio da identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação.

Frey (2000) argumenta que, para realizar a análise de políticas, é necessário entender a *polity*, que se refere à ordem do sistema político delineada pelo sistema e à estrutura institucional do sistema político-administrativo: a *politics*, como sendo os processos políticos conflituosos; e a *policy*, que são as políticas públicas no seu processo final, os resultados das regras e dos conflitos. O autor ainda destaca em sua obra *Policy Issue* que o governo, em um determinado momento, toma decisão sobre o que irá compor a agenda de políticas, identificando o problema e avaliando se existe alguma discrepância entre a situação atual e uma possível situação ideal, entendida como aquilo que se gostaria que fosse feito. Essa agenda irá aglutinar todos os problemas relevantes para a solução da questão, no entanto, a sua formação é uma atividade dinâmica, em que problemas podem entrar e sair do previsto, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência na busca para sua resolução. A formulação de alternativas ocorre a partir da leitura dos problemas elencados na agenda e da combinação de possíveis soluções dos problemas críticos. Nessa etapa, métodos, programas, estratégias e ações são realizadas visando à construção de alternativas para o alcance de objetivos instituídos durante a formulação das possibilidades.

A fase da implementação contempla a aplicação da política pelo governo e é a etapa em que se busca combinar e conciliar o tempo para o estabelecimento da política com os recursos financeiros e humanos disponíveis para seu cumprimento. Ao final do processo, os resultados alcançados caracterizam o impacto da política implementada.

A implementação da política pública sucede a tomada de decisões e antecede o processo de avaliação. É nessa fase que os planejamentos, regras, rotinas, métodos e processos sociais são colocados em prática. O processo de avaliação de uma política pública dá-se a partir do momento em que efeitos são gerados, possibilitando a análise de indicadores que demonstrem que nível as metas foram atingidas. Em políticas sociais é mais fácil existir o envolvimento da população nos processos que compreendem o ciclo das políticas públicas.

De fato, observando a trajetória do campo educacional, na década de 40 a educação de jovens e adultos consolidou-se como questão de política nacional e, por meio da Constituição de 1934, instituiu-se nacionalmente a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário para todos. Em consequência, outros marcos importantes, como, por exemplo, a influência do educador Paulo Freire na década de 60, corroborou a construção de um novo paradigma pedagógico, na medida em que ele destacava a importância da participação do povo na vida

pública nacional e o papel da educação, levando sempre em conta a realidade dos alunos, implicando a renovação de métodos e procedimentos educativos.

Nas considerações de Paulo Freire:

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (Freire, 1991, p. 126)

Destaca-se também nessa trajetória o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), iniciando uma campanha nacional maciça de alfabetização e de educação continuada para jovens e adultos, que se expandiu até a década de 80 e deu origem a várias discussões na área da educação.

Mesmo diante da escassez de recursos públicos e da nova proposta inserida pela reforma gerencial, que se intensificou a partir de 1990 no Brasil, o ciclo das políticas públicas assumiu posição central no país para a condução de projetos e programas governamentais.

Considerando os limites governamentais impostos à participação popular, Cunha (2006) salienta a existência da modalidade de avaliação participativa, que pode ser utilizada principalmente para pequenos projetos e prevê a participação dos beneficiários nas ações de planejamento, na programação, execução e avaliação deles.

Considerando programas voltados à qualificação profissional, remete-se ao Plano de Qualificação Profissional (PLANFOR), que foi um plano elaborado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, em 1995, com período de vigência entre 1996 e 2002, sendo financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O PLANFOR (2000) foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) em 2003. De acordo com a Resolução 258, de 2000, o PLANFOR tinha como objetivos:

Art. 2º O PLANFOR tem o objetivo de construir, gradativamente, oferta de educação profissional (EP) permanente, com foco na demanda social e do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e competência existente nessa área, pelo menos 20% da PEA - População Economicamente Ativa, maior de 16 anos de idade, com vistas a contribuir para:

I - aumento da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, tendo por objetivo reduzir os níveis de desemprego e subemprego;

II - redução da pobreza;

III - aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade; e

IV - elevação da produtividade, da competitividade e renda. (Brasil, 2000, p. 1).

Para a oferta de qualificação no PLANFOR não existiram restrições quanto às instituições ofertantes, podendo ser de natureza pública ou privada, conforme previsto no parágrafo 1º do Art. 1º:

§ 1º Para fins da articulação referida no *caput* deste artigo, a capacidade e competência de EP do país inclui a oferta efetiva ou potencial de serviços de entidades públicas ou privadas, que podem firmar convênios ou outros instrumentos legais para execução de programas e projetos no âmbito do PLANFOR, abrangendo as seguintes entidades:

I - Universidades definidas na forma da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II - escolas técnicas públicas, empresas públicas e outros órgãos da Administração Pública incumbidos regimental ou estatutariamente do ensino, pesquisa ou extensão;

IV – centrais sindicais; e

V – fundações e outras instituições comprovadamente especializadas no ensino profissional. (Brasil, 2000, p. 1)

No que diz respeito às parcerias, a Resolução apresenta, nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 3º:

§ 3º As PARCERIAS contemplam ações de qualificação profissional e projetos especiais, implementados em escala regional ou nacional, de acordo com as diretrizes fixadas pelo CODEFAT.¹¹

§ 4º No caso de PARCERIAS que incluam ações de qualificação e requalificação profissional da população alvo do PLANFOR, implementadas no âmbito de uma das unidades federativas, estas ações deverão ser submetidas, pela SPPE/MTE, ao conhecimento da(s) Comissão(ões) Estadual(ais) de Emprego, para que esta(s) se manifeste(m) quanto à adequação das ações propostas pelas PARCERIAS às demandas e metas estabelecidas nos respectivos PEQs. (Brasil, 2000, p. 3)

Foi a partir dos anos 2000 que as temáticas de juventude e desemprego se aproximaram e a juventude passou a ser reconhecida enquanto uma categoria fortemente atingida pelas diversas mudanças ocorridas acerca da questão do trabalho. Daí surgiram diversos programas que representavam um diálogo entre juventude, escola e trabalho, de modo a promover a redução de desigualdades sociais, a baixa escolarização e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, que refletem uma marca de exclusão social a ser enfrentada.

O Programa Aprendiz Legal, amparado pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que proibiu qualquer trabalho para menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz aos 14 anos, desenvolveu-se a partir de 2005, com o objetivo de viabilizar competências e habilidades para os

¹¹ Conselho Deliberativo do FAT

jovens aprendizes. Essa ação foi desenvolvida pela Fundação Roberto Marinho, que: [...] faz a gestão institucional e pedagógica e responde pela gestão da marca, pela execução da comunicação, monitoramento da metodologia do Programa, formação continuada da instituição formadora, pelo desenvolvimento dos materiais didáticos e administração do ambiente virtual (Aprendiz legal, 2012, p. 26).

Nesse diapasão, com o intuito de elevação da escolaridade e de inserção do jovem no mercado de trabalho, foi lançado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), criado pela Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que procurava promover a criação de postos de trabalho e a qualificação de jovens. Posteriormente, foram criados, por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 (BRASIL, 2005), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que tinha como atribuição a articulação de programas e projetos destinados a jovens entre 15 e 29 anos.

Nessa esteira de acontecimentos destacamos o surgimento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, instituído pelo Decreto 5840/2006, que revogou o Decreto 5.478/2005. O programa tem como objetivo a articulação com o ensino fundamental ou médio para promover a elevação do nível de escolaridade e, ao mesmo tempo, a qualificação profissional. Conforme Moura e Henrique (2012):

O PROEJA surge, então com a dupla finalidade: a primeira é enfrentar as discontinuidades e o voluntarismo que marcam a modalidade EJA no Brasil, e a segunda, integrar à educação básica uma formação profissional que contribua para integração socioeconômica de qualidade do coletivo de jovens e adultos. (Moura; Henrique, 2012, p.3)

Essa abrangência é apresentada no parágrafo 1º, do artigo 1º, que diz: “O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio.” (Brasil, 2006, p. 1).

O Decreto 5.840/2006 incluiu novas instituições proponentes do Proeja, sendo que sua oferta foi estendida às instituições privadas, como prevê o parágrafo 3º do artigo 1º:

O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“SistemaS”). (Brasil, 2006, p. 1)

Logo em seguida, criou-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), por meio da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, a qual revogou o PNPE sem que os seus resultados iniciais fossem amplamente discutidos (Corrochano, 2008).

O PROJOVEM era dividido em quatro modalidades: PROJOVEM Adolescente; PROJOVEM Campo – Saberes da Terra; PROJOVEM Trabalhador; e PROJOVEM Urbano, com o objetivo de integrar o jovem no processo educacional e investir em seu desenvolvimento humano. Buscava alcançar jovens em situação de desemprego, entre 15 e 29 anos, cuja renda mensal *per capita* fosse de até 1 salário-mínimo. Para participar, o jovem deveria estar cursando ou ter concluído o ensino fundamental ou o ensino médio (Brasil, 2008).

Nesse contexto, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que definiu e classificou as relações do jovem estagiário, as obrigações das instituições que poderiam oferecer espaço para estágio, os direitos do estagiário e a fiscalização, tornou-se uma importante ação da agenda de políticas públicas voltadas às juventudes nos últimos anos no país (Brasil, 2008).

Corbucci (2009) já previa a atual ampliação da oferta de cursos técnicos e de formação inicial continuada (FIC) de trabalhadores no país, pois no ano de 2006 as matrículas nesses cursos chegaram a 59 mil, apoiadas pela adesão de escolas técnicas e algumas entidades do Sistema S, que atualmente abrange os seguintes órgãos: Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Social do Comércio (SESC), contando ainda com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Social de Transporte (SEST).

Um relevante programa voltado ao desenvolvimento profissional e que faz parte dessa conjuntura é o Programa Nacional Mulheres Mil, cujo pilar se constitui em potencializar os saberes das mulheres e sua história, seu aprendizado e vivência. O programa surgiu em 2011, Portaria nº 1.015, DE 21 de julho de 2011, com metodologia específica de acesso, permanência e êxito, privilegiando temas transversais para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, e promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania, em cooperação com o Canadá, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), inicialmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Em 2013, passou a contar com o custeio de vagas gratuitas por meio da Bolsa Formação do Pronatec. Em 2023 o programa foi relançado por meio da Portaria 725/2023, prevendo o oferecimento de 16,3 mil vagas até o final do ano de 2025, sendo ofertado no Colégio Pedro II, a partir do ano de 2024, na modalidade exclusiva.

No início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar programas importantes como o Programa Mulheres Mil, integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM).

O Pronatec, conceituado pela equipe do Ministério da Educação, que o elaborou, como uma política inovadora com metas audaciosas, voltadas à ampliação de oferta de cursos profissionalizantes e de qualificação, funciona até os dias de hoje.

Oferecendo cursos totalmente gratuitos, o programa permanece, em parceria com as redes federais, estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica, além dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR E SENAT) e instituições privadas.

3.3.2. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado como parte da política pública para a educação profissional e tecnológica, proposta elaborada pelo governo federal em 2004, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro em 2011, que estabelece:

Art. 1º- É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (Brasil, 2011, p.1)

A formulação do Programa foi ao encontro do discurso hegemônico do Estado Brasileiro e do setor industrial, que defendiam a EPT como caminho para o desenvolvimento social e econômico do país.

O Pronatec empurrou ainda mais os investimentos nessa área da educação, com o objetivo de assegurar condições pedagógicas e técnicas para a ampliação da oferta de qualificação profissional. No seu lançamento, o governo federal apresentou dados que permitiram estimar a grande expansão pretendida para atender oito milhões de brasileiros, no período inicial, de 2011 a 2014, através da oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC), também conhecidos como de qualificação profissional, além de bolsas e financiamento estudantil:

O Pronatec funcionou como guarda-chuva da educação profissional, trazendo para sua linha financiamento de todas as ofertas dessa modalidade de ensino. Na verdade, muitos ministérios tinham verbas para custear cursos

de qualificação profissional, só que ninguém sabe quantas pessoas foram formadas. Se esses recursos foram repassados para ONG's ou se tiveram outro destino [...] A vantagem do Pronatec é que todos os seus alunos foram identificados pelo CPF. Não são fantasmas. A gente sabe quem são os indivíduos e é possível cruzar informações [...] A atitude inteligente do governo Dilma foi raspar todo o recurso destinado à educação profissional e botar tudo no lugar mais adequado que era o Ministério da Educação [GESTOR SETEC/MEC].

3.3.2.1. Objetivos do Pronatec

Criado para combater os empecilhos ao crescimento econômico do país: o déficit de mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado de trabalho e as altas taxas de evasão do ensino médio (Godoi, 2014), de acordo com o parágrafo único do art. 1º dessa lei, são objetivos do Pronatec:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a Educação Profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. (Brasil, 2011)

3.3.2.2. As Iniciativas Educacionais do Pronatec

Em conformidade com a Lei nº 12.513/10/2011, em seu artigo 4º, as principais ações do Pronatec são:

- I. ampliação de vagas e expansão da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- II. fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de Educação Profissional;
- III. incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV. oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
Bolsa-Formação Estudante; e
Bolsa-Formação Trabalhador;
- V. financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;
- VI. fomento à expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;
- VII. apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
- VIII. estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e
- IX. articulação com o Sistema Nacional de Emprego (Brasil, 2011).

No bojo dessas particularidades, o Pronatec envolve um conjunto de iniciativas educacionais voltadas para a melhoria da educação com vistas à inserção no mundo do trabalho, tais como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFECPT), presente em todos os estados brasileiros, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação; o programa Brasil Profissionalizado, destinado à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o governo federal; e a rede e-TecBrasil, voltada à oferta gratuita de cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância. Os cursos a distância podem ser oferecidos pelas instituições da RFECPT, pelas unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e por instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino, por meio do acordo de gratuidade.

O acordo de gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores. Já o FIES Técnico e Empresa tem como objetivo financiar cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR, inclusive no local de trabalho.

Além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o Pronatec criou a Bolsa-Formação, por meio da qual são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para estudantes matriculados no ensino médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para grupos sociais de diferentes perfis. A Bolsa-Formação tem duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, que oferece cursos de formação inicial e continuada (cursos de curta duração, com 160 horas-aula ou mais), preferencialmente para beneficiários do seguro-desemprego e dos programas de inclusão produtiva do governo federal; e a Bolsa-Formação Estudante, que oferece cursos de educação profissional técnica de nível médio concomitantes ou subsequentes, apenas para estudantes matriculados no ensino médio da rede pública (com maior duração, de pelo menos 800 horas-aula).

De acordo com o estabelecido na Portaria 168/2013 – MEC, a Bolsa-Formação visa potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e

tecnológica para:

Ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País; II. Integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; III. Democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos. (Brasil, 2013, p.1)

Esta pesquisa abará a modalidade Bolsa-Formação Trabalhador (BFT), ofertada no Colégio Pedro II (CPII), que tem como objetivo oferecer desenvolvimento profissional para trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para realização de cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional. Esses cursos são definidos pelo Ministério da Educação e possuem carga horária mínima de 160 horas, em conformidade com o Guia Pronatec de Cursos FIC¹².

3.3.2.3. Abrangência e Características da Bolsa-Formação Trabalhador (BFT)

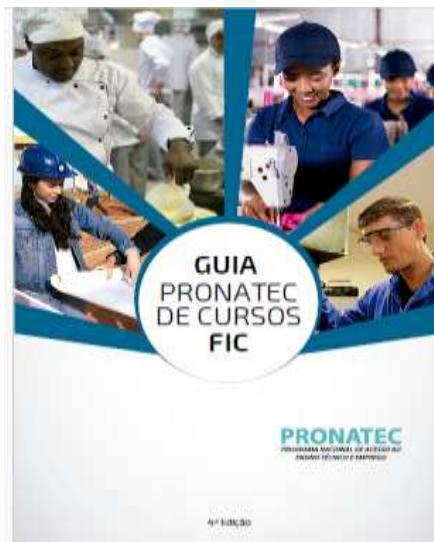
Como dito anteriormente, a Bolsa-Formação Trabalhador oferece cursos de formação inicial e continuada, com 160 horas-aula ou mais, para beneficiários do seguro-desemprego e dos programas de inclusão produtiva do governo federal. Para se candidatar a um desses cursos deve-se preencher pelo menos um dos seguintes requisitos:

- ✓ Ser trabalhador, agricultor familiar, silvicultor, aquicultor, extrativista ou pescador;
- ✓ Ser originário de povos indígenas;
- ✓ Ser originário de comunidades quilombolas;
- ✓ Ser adolescente ou jovem em cumprimento de medidas socioeducativas;
- ✓ Estar desempregado;
- ✓ Ser pessoa com deficiência;
- ✓ Receber benefícios dos programas federais de transferência de renda ou que estejam cadastradas no CadÚnico;
- ✓ Ser praça do Exército ou da Aeronáutica com baixa do serviço militar ou ser atirador de Tiro de Guerra;
- ✓ Ser estudante matriculado no ensino médio das escolas públicas, inclusive na educação de jovens e adultos.

¹² O Guia Pronatec é também e acima de tudo o instrumento de consolidação de uma política pública visando a aproximar o mundo do trabalho do universo da Educação – um instrumento não tão somente de fomento ao desenvolvimento profissional, mas também e acima de tudo de inclusão e de promoção do exercício da cidadania (Guia Pronatec de Cursos FIC, MEC, 2011).

A Bolsa-Formação Trabalhador (BFT) inserida entre as ações do Pronatec tem como finalidade promover o acesso de trabalhadores à EPT. Por meio dessa ação são oferecidos cursos de formação inicial e continuada com duração mínima de 160 horas e que estejam elencados no Guia Pronatec de Cursos FIC. A primeira versão do Guia, elaborada pela SETEC, foi aprovada pela Portaria nº 1.568, de 3 de novembro de 2011, com 442 cursos. A segunda edição foi apresentada pela Portaria nº 1.232, de 5 de outubro de 2012, com 515 cursos. A terceira edição, publicada pela Portaria nº 899, de 20 de setembro de 2013, contém 657 cursos, incluindo o aditivo válido a partir de abril de 2014. A quarta versão foi publicada pela Portaria nº 12, de 03 de maio de 2011 com o intuito de aprimorar as informações constantes no Guia, esta edição apresentou 646 cursos com a carga horária mínima exigida, o perfil de conclusão, os requisitos para acesso e as respectivas ocupações de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Figura 2 - Capa do Guia Pronatec de Cursos FIC – 4ª edição



Fonte: MEC, 2018.

A importância dos cursos e programas de Formação Inicial e Continuada está inserida não somente na lei que cria o Pronatec, mas também em outras normativas legais que tratam de políticas públicas no cenário brasileiro.

O parecer CNE/CEB nº 11/2012 destaca a importância que os cursos FIC têm na EPT:

A formação inicial e continuada ou qualificação profissional representa o mais amplo universo para atendimento de necessidades da maioria da população trabalhadora em matéria de Educação Profissional. É a mais flexível, tanto em relação aos objetivos, currículos e programas, quanto à clientela a ser atendida e à oferta programática. Ela responde a variadas

demandas dos trabalhadores, da sociedade e da economia, especialmente no que se refere à necessidade de adequada oportunidade de qualificação profissional de cada cidadão para o desempenho de suas atividades profissionais, com autonomia e responsabilidade, no atendimento ao requerido pelo mundo do trabalho e pelo desenvolvimento da sociedade. (MEC/CNE, 2012, p. 44)

De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o capítulo II da LDB:

Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. (Brasil, 2004)

Diante do exposto, é notório que a oferta de cursos FIC, na modalidade BFT, está direcionada à ampliação da oferta de qualificação profissional, considerando as necessidades da classe trabalhadora mediante a proposta de fortalecimento da EPT articulada à inclusão social e à inserção no mundo do trabalho de jovens e adultos em condições de vulnerabilidade.

3.3.2.4. Operacionalização do Pronatec

O funcionamento do BFT dá-se por meio da transferência de recursos financeiros, por meio da União, às instituições ou órgãos que oferecem os cursos do Guia Pronatec de Cursos FIC para o custeio das despesas com pessoal e material, além da assistência estudantil para alunos(as), referente ao transporte e alimentação, ou por verba, para pagamento das despesas.

No início da implantação do programa a pactuação realizava-se tendo por base cursos que os ofertantes consideravam de disponibilidade viável, geralmente de acordo com suas experiências e capacidades administrativa e pedagógica. Com o objetivo de aperfeiçoar esse modelo inicial, o processo modificou-se, elencando cursos ofertados para a necessidade de mão de obra qualificada, considerando principalmente a localidade para a oferta.

As instituições demandantes são aquelas que vão buscar e indicar os potenciais alunos para os cursos do Pronatec, sendo elas as prefeituras, por meio das Secretarias de Assistência Social ou equivalente; as Secretarias da Educação Municipal ou Estadual que tenham alunos matriculados no ensino médio; o Ministério da Defesa, Ministério do Turismo, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio do Serviço Nacional de Emprego (SINE); o Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério das Comunicações, Secretaria dos Direitos Humanos, além do Programa Nacional Mulheres Mil e

do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), incorporados à Bolsa-Formação em 2014. Na etapa 1, os demandantes apresentam o diagnóstico das necessidades de profissionais qualificados, que considera o público-alvo, a área geográfica e os cursos. Esse resultado gera o que é denominado de Mapa de Demanda Específica (MDE) de cada demandante. Os MDEs são agrupados em ação conjunta da SETEC/MEC com os demandantes, resultando no Mapa de Demanda Identificada (MDI), que indica as necessidades do mercado de trabalho e engloba todas as unidades federativas.

As vagas são lançadas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), que pode ser visualizado tanto pelos ofertantes quanto pelos demandantes. Posteriormente, dar-se-á a articulação entre os parceiros demandantes e ofertantes. O trâmite para a realização dos cursos é chamado de pactuação entre as instituições demandantes e as ofertantes. Todo esse processo de pactuação é operacionalizado pelo SISTEC.

[...] a pactuação é o processo pelo qual cada parceiro ofertante avalia fatores como capacidade ociosa, *expertise*, pessoal e projeto estratégico para elaborar um relatório do número de vagas anuais que poderá oferecer em Cursos Técnicos e Cursos FIC. Sendo a pactuação a formalização de uma intenção, caberá ao MEC aprová-la e distribuir as vagas entre os parceiros demandantes. (MEC/SETEC, 2011, p. 28)

As instituições ofertantes, responsáveis pela oferta dos cursos, pela assistência aos estudantes e pela certificação de beneficiários da Bolsa-Formação, são as instituições da RFEPCT, os Serviços Nacionais de Aprendizagem e as Redes Públicas Estaduais de EPT. Sua responsabilidade compreende o envio à SETEC/MEC do Termo de Cooperação; a aplicação dos recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC; instruir, no caso da RFEPCT, os *campi*, unidades vinculadas e departamentos do estado quanto às normas e procedimentos; pactuar, nos prazos estabelecidos pela SETEC/MEC, a quantidade de vagas presenciais que serão ofertadas em cada instituição nos diferentes cursos de EPT, divulgar amplamente os cursos nas diferentes localidades e, em conjunto com os parceiros demandantes, oferecer as vagas pactuadas por conta própria, sendo vedada a subcontratação ou terceirização de qualquer oferta Pronatec; oferecer as vagas pactuadas em turmas realizadas em espaços próprios ou anteriormente cadastrados no SISTEC como Unidades Remotas; registrar no SISTEC todas as vagas presenciais ofertadas no âmbito da Bolsa-Formação, garantindo antecedência de pelo menos trinta dias em relação à data de início das aulas para ofertas realizadas; registrar no SISTEC as matrículas dos

beneficiários que compareçam às Unidades Ofertantes para confirmar sua participação na Bolsa-Formação; fornecer gratuitamente aos beneficiários, conforme Art. 6º da Lei nº 12.513/11, todo insumo necessário para a participação nos cursos ofertados, incluindo materiais didáticos; garantir aos beneficiados a devida assistência estudantil, na forma de auxílio financeiro ou de oferta direta de transporte de ida e retorno à unidade de ensino, considerando necessidades específicas de pessoas com deficiências, e de refeição de qualidade compatível com a exigida no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); garantir que cada um dos beneficiados pela Bolsa-Formação assine Termo de Compromisso acadêmico, oferecer para os coordenadores, docentes e pessoal de apoio contratado remuneração compatível com suas atribuições, cumprindo integralmente com todas suas obrigações trabalhistas e previdenciárias; realizar o permanente controle da frequência dos beneficiados pela BFT em cada um dos cursos; realizar o acompanhamento pedagógico dos beneficiados; garantir a certificação a todos os beneficiados que tiverem obtido frequência e aproveitamento satisfatório nos cursos; e informar tempestivamente ao Ministério da Educação sobre quaisquer anormalidades que possam vir a ocorrer no decorrer do cumprimento da execução do programa.

As instituições ofertantes selecionam, entre os Cursos do Guia Pronatec FIC com carga horária mínima de 160 horas, o número de vagas planejado dentre as possibilidades do órgão, para executar. As vagas propostas são homologadas até o limite dos referenciais estabelecidos pelo MEC, para cada município e período de pactuação.

Segunda etapa da BFT, a oferta de turma pela instituição ofertante é o processo pelo qual unidades organizam as turmas por cursos e locais específicos. Nesse momento, cabe a unidade ofertante firmar o Termo de Cooperação, considerando os cursos apresentados no SISTEC e a viabilidade de preenchimento das vagas.

Na terceira etapa dá-se a pactuação de vagas no SISTEC, apresentando a oferta de cursos. De acordo com o Manual de Gestão da Bolsa Formação, “a mobilização, captação, seleção e pré-matrícula ficarão a cargo de órgãos e entidades vinculados à União ou às Unidades da Federação que firmem com o MEC instrumentos específicos para tanto”.

A quarta etapa do fluxo, a seleção e pré-matrícula, é o processo pelo qual uma unidade, órgão supervisor ou parceiro demandante seleciona, dentre os candidatos inscritos, aqueles que serão registrados no SISTEC como beneficiários. Esse processo é realizado por meio das seguintes etapas: mobilização e divulgação da oferta, coleta de inscrições, seleção de beneficiários e pré-matrícula de beneficiados pela BFT.

Posteriormente, na quinta etapa, é realizado o processo pelo qual a unidade ofertante

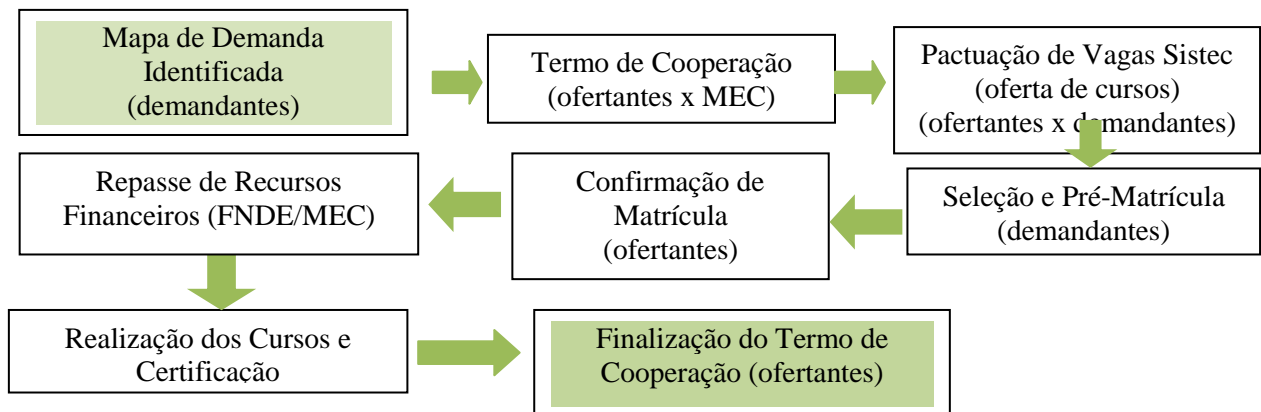
confirma a matrícula daqueles pré-matriculados que nela se apresentarem, permitindo, assim, que se constituam como beneficiados. Caso esses beneficiários em primeira chamada não se apresentem no prazo previsto perderão a pré-matrícula e não terão direito à matrícula em segunda chamada. Possível também que seja realizada pela Unidade ofertante, a matrícula em segunda chamada é o processo que, uma vez encerrada a primeira chamada, confirma a matrícula de beneficiários pré-matriculados que a ela se apresentarem.

Na sexta etapa do fluxo de oferta do BFT, é realizado o repasse parcial dos recursos financeiros.

Na sétima etapa é considerada a realização dos cursos e o acompanhamento pedagógico, realizado pelo ofertante, que mantém um cadastro da frequência e do desempenho acadêmico de cada beneficiário, e a emissão de certificados, que é o processo pelo qual a unidade ofertante encerra os cursos e emite certificados para aqueles que os concluíram com frequência superior a 75%.

A oitava etapa é o encerramento do Termo de Cooperação, considerando a prestação de contas.

Figura 3 - Etapas de Execução do Bolsa-Formação



Fonte: A autora, 2024.

4. METODOLOGIA

Conforme Ciavatta (2022, p. 11), toda pesquisa em Educação Profissional deve considerar, metodologicamente, a “totalidade dos fenômenos”, evitando uma abordagem meramente descritiva de dados. Faz-se necessário decifrar as múltiplas conexões que o fenômeno estabelece, dialeticamente, com o todo social.

O percurso teórico-metodológico da pesquisa está embasado na perspectiva do materialismo histórico e dialético, de Marx e Engels, que compreende as contradições dos

processos históricos do homem e conseqüentemente da forma de organização. Nesse sentido, realizou-se análise do embasamento legal e teórico a fim de compará-lo com o registro das experiências dos sujeitos envolvidos. Ressalta-se que o estudo do referencial teórico se baseou nas disciplinas ofertadas no curso do mestrado, destacando-se as disciplinas obrigatórias e eletivas da Linha de Pesquisa 2 do ProfEPT - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da EPT -, onde esta pesquisa está inserida.

Com o objetivo de atender à metodologia, na primeira fase foi realizada a revisão das bibliografias e o levantamento das principais obras dos autores que versam sobre políticas públicas educacionais. Na segunda fase procedeu-se à análise desse material para, a seguir, realizar o levantamento da documentação do Pronatec-FIC no CPII, com o objetivo de recolher os dados, tabulá-los e registrá-los.

Os relatórios técnicos dos cursos serviram também como base para extração e análise de dados, fornecendo subsídios para a compreensão da história institucional, a construção da memória coletiva, a compreensão das atividades realizadas e para outros resultados que serão apresentados.

4.1. Tipo de Pesquisa

A pesquisa é uma atividade que permite à ciência a indagação e a construção da realidade, vinculando o pensamento e a ação a partir de problemas relacionados com a vida prática (Minayo, 2011, p.5).

A questão analisada nesta pesquisa encontra-se, conforme Yin (2006), com um fenômeno inserido num contexto da vida real, ou seja, um estudo de caso. O estudo de caso tem sido muito utilizado nas ciências sociais, sendo uma forma profunda de estudar um ou poucos objetos, de forma que se permita um amplo e detalhado conhecimento (Gil, 2010, p.153). Trata-se de um estudo de caso exploratório que pode ser utilizado em diversas situações, contribuindo para o conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos, pois, de acordo com Yin (2016, p. 24), “[...] o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”.

São características do estudo de caso:

- 1) Os estudos de caso visam à descoberta; 2) Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto”; 3) Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda; 4) Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação; 5) Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas; 6) Estudos de

caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; 7) Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (Lüdke; André, 2012, p. 18-20).

Essas características atentam à preocupação da pesquisa em reconhecer a complexidade do problema apresentado. A construção do conhecimento desenvolve-se constantemente, tomando o objeto de estudo em um determinado contexto de forma a percebê-lo em sua completude.

Esta pesquisa pode ser também classificada como descritiva uma vez que, por meio dela, foi possível diagnosticar ambientes de implementação, períodos, métodos de execução utilizados e as experiências dos participantes.

4.2. População e Amostra

A pesquisa abarca duas amostras distintas, sendo que a amostra A abarca uma parcela dos profissionais, ou seja, os agentes de atuação do Pronatec, considerando todos os perfis, como coordenadores-gerais, coordenadores adjuntos, supervisores, orientadores, apoios técnicos e operacionais, num total de dez participantes.

A segunda amostra, que é a amostra B, é composta por quarenta ex-alunos(as), incluindo todos os locais e cursos executados no período de 2012/1 a 2018/2. Os contatos das duas amostras foram extraídos do acervo documental, sendo elas as listagens de contatos e fichas cadastrais dos profissionais e de matrícula dos(as) ex-alunos(as).

4.3. Instrumento de coleta de dados

Esta pesquisa tem abordagem quantitativa/qualitativa. De acordo com Minayo e Sanches (1993), a pesquisa quantitativa procura “[...] trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis” (p. 247). Sobre a abordagem qualitativa, Minayo e Sanches (1993, p. 248)) compreendem que há uma aproximação entre sujeito e objeto, tornando significativo o conhecimento que vai sendo construído com os dados obtidos no desenvolvimento da pesquisa. A abordagem qualitativa tem a função de descrever, de compreender e de explicar um fenômeno. Para os autores, a palavra é o material primordial dessa abordagem, que é adequada para “aprofundar a complexidade dos fenômenos, fatos e

processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente”.

A pesquisa foi organizada em duas fases, sendo a primeira voltada à revisão bibliográfica e ao levantamento de dados do Pronatec, no CPII, destacando-se a singularidade das ações pertinentes às atividades de formação inicial e continuada, conhecidas também como de extensão, do Pronatec. O campo de pesquisa foi o acervo documental, atualmente na sala da corregedoria, na reitoria do CPII, uma vez que contém as informações necessárias para a pesquisa, referentes ao período de execução dos cursos, que é de 2012/1 até o ano de 2018/2.

Nesse contexto, realizou-se a análise da documentação em todo o acervo, procedendo ao levantamento dos dados, tabulação e registro, com o objetivo de apresentar os cursos, cargas horárias e eixos tecnológicos ofertados, locais de implementação, quantidade de matriculados(as) e de concluintes e não concluintes por sexo, além da escolaridade mínima exigida para a participação nos cursos.

Com relação à análise documental, segundo Ludke e André (2012, p.43) ela constitui uma técnica valorosa de abordagem de dados qualitativos na área de educação, a qual pode ser utilizada tanto para complementar as informações obtidas por outras técnicas como para desvelar aspectos novos de um tema ou problema. Outra vantagem considerada para a utilização da análise de dados documentais é a possibilidade de conhecimento do passado, que, conforme foi descrito por Gil (2010, p. 153), “por terem sido elaborados no período que se pretende estudar, são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade”.

A segunda fase desta pesquisa trata do resgate da memória dos participantes considerando suas experiências durante e após a participação no programa. Com o objetivo de retratar as expectativas iniciais e alcançar as respostas para a elaboração do questionário, incluiu-se inserção de perguntas específicas para atender aos objetivos geral e específicos da pesquisa.

Para esse fim foram elaborados questionários, no modelo de formulários eletrônicos (*google forms*)¹³, que buscaram identificar os perfis e aspectos relevantes voltados para as vivências dos participantes, considerando a importância da memória coletiva e a identificação de pontos fortes e fracos no processo de implementação do programa. Os formulários também englobaram indagação sobre a pertinência da proposta do produto educacional.

¹³ É um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro.

Para obter o consentimento dos(as) participantes para o preenchimento do formulário, foi encaminhado um convite informando os objetivos essenciais da pesquisa e foi incluído no formulário eletrônico, em sua primeira indagação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura e conformação do aceite, ou não, ressaltando que a pesquisadora estaria disponível para esclarecer quaisquer dúvidas. Para esse fim foi disponibilizado *e-mail* e telefone de contato.

Todas as características apresentadas acima consideraram a preocupação da pesquisa em reconhecer a complexidade do problema analisado e na busca de documentação fidedigna para a elaboração do produto educacional. Na seção a seguir serão apresentados os resultados e discussões.

5. ANÁLISE DE DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

O CPIO tem como missão promover educação de excelência, sendo pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, resultando na formação de pessoas capazes de intervir de modo responsável na sociedade.

O Pronatec surgiu como um programa de metas audaciosas e suporte orçamentário, que impulsionou as instituições públicas e privadas à sua execução. De fato, a aprendizagem é uma atitude traduzida na curiosidade permanente que incita o diálogo com a realidade, sempre nova e renovada a cada instante do cotidiano. Pode-se dizer que esse olhar se tornou o ponto de partida para a apropriação e organização do Pronatec no CPIO. Manter-se aberto às inovações é condição para a aprendizagem constante. Como dizia Paulo Freire, “sem a curiosidade que me move, que me instiga, que me insere na busca não aprendo nem ensino” (Freire, 1998, p. 67).

Sendo assim, criar o sentido das relações entre informações que se apresentam à mente, oriundas das mais diversas fontes, é uma atitude do aprender a aprender. Para isso, o domínio das diferentes linguagens, sobretudo as linguagens advindas do cotidiano, seja a escrita ou a oral, torna-se fundamental para a implementação de uma política pública.

Até a aprovação da Lei nº 12.667, de 25 de junho de 2012 (Brasil, 2012), o CPIO estava vinculado à Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, por ser especializada na oferta desse nível de ensino na modalidade regular, ainda que já estivesse diversificando sua atuação, como consta no relatório anual de prestação de contas de 2011:

Embora não integre oficialmente a Rede Federal instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Pedro II pertence ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e vem aderindo a vários programas propostos pelo MEC para a referida rede. (CPIO, 2012, p. 47)

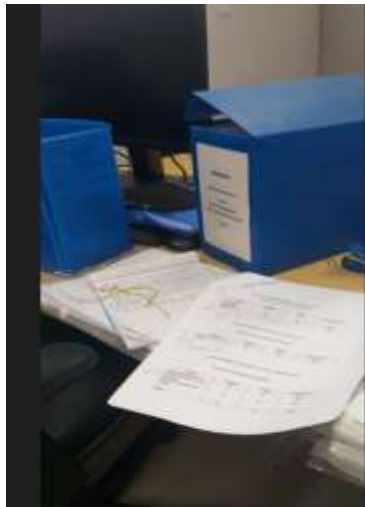
Nesta seção apresentaremos a análise realizada a partir dos dados obtidos com esta pesquisa, a fim de compor a lacuna existente na história institucional, respondendo aos seguintes problemas: Quais e de que maneira foram empreendidas as ações pelo Colégio Pedro II na implementação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Pronatec? Quais seus resultados?

5.1. Histórico da Implementação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada

Na primeira fase da pesquisa utilizou-se como fonte para a apresentação dos dados o acervo documental do Pronatec, composto pelos relatórios técnicos de conclusão dos cursos,

folhas de frequência das turmas, os termos de compromisso (TC), comprovante de matrícula dos(as) beneficiários(as), oriundos do Sistec, as folhas de frequência dos(as) profissionais, o controle de entrega de certificados e o acervo iconográfico. Esse material, atualmente, encontra-se na reitoria, na sala de realização de oitivas da corregedoria e no depósito de materiais diversos do 1º andar do prédio, localizado no Campo de São Cristóvão 177, São Cristóvão/RJ.

Figura 4 - Acervo documental Pronatec – Depósito de materiais (Reitoria)



Fonte: A autora, 2024.

Figura 5 - Acervo documental Pronatec – Sala de oitivas (Reitoria)



Fonte: A autora, 2024.

De acordo com os registros analisados, todos os cursos foram embasados pelo Guia

Pronatec FIC, considerando pelo menos a carga horária mínima, organizados em uma estrutura modular em que cada disciplina representou um módulo. Todas as turmas foram ofertadas na modalidade de demanda compartilhada¹⁴.

A escolha do coordenador-geral para a condução do programa foi definida pelo(a) reitor(a), de acordo com normativa legal do Pronatec, assim como a escolha dos coordenadores adjuntos. Para a composição das equipes foram realizados processos seletivos internos e externos, considerando a contratação de supervisor de curso, orientador, apoios administrativos e operacionais e professores.

Em todas as disciplinas os alunos foram estimulados à reflexão e ao desenvolvimento de competências profissionais, por meio de discussão de casos, exercícios individuais e coletivos, debates, jogos e vivências, simulações, proposição de problemas, discussão de vídeos, dinâmicas de grupo, entre outras atividades que requeriam sua participação ativa, estimulando a crítica, a criatividade e a tomada de decisões. Dentro de todas as atividades já citadas, os(as) ex-alunos(as) foram avaliados(as) quanto à participação, frequência e assiduidade.

De acordo com os relatórios técnicos, até o período de 2014/1 os(as) ex-alunos(as) receberam para locomoção o Rio Card, e os lanches eram entregues nos *campi* ou unidades remotas. Após esse período receberam a bolsa-auxílio para participação nos cursos, em contas bancárias informadas por eles ou por meio de ordem bancária. Todos os cursos foram executados na modalidade 100% presencial. Eram realizadas aulas inaugurais em que os(as) ex-alunos(as) recebiam camisas com o logotipo do Pronatec e bolsas personalizadas contendo apostilas elaboradas pela equipe do Colégio Pedro II, além de caderno, lápis e canetas.

Com o objetivo de monitorar a implementação das atividades ao final de cada módulo, foram entregues formulários de avaliação para o preenchimento pelos(as) ex-alunos(as), assim como o de avaliação geral do curso. Os resultados desses documentos também serviram como norteadores para o planejamento das ações voltadas ao oferecimento dos próximos cursos.

A área de abrangência geográfica do Pronatec abarcou a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, nos municípios de Duque de Caxias e Rio de Janeiro, onde se encontram os *campi* do CPII. No que diz respeito à oferta de cursos em locais fora dos *campi* do CPII, utilizou-se de parcerias com prefeituras, criando-se para esse fim as Unidades

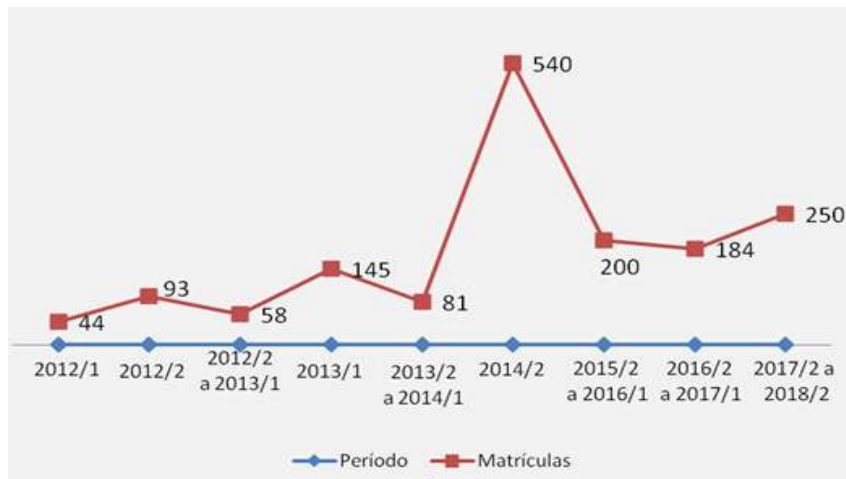
¹⁴ Manual Bolsa-Formação 2017. Modalidade demanda compartilhada - compreende um público beneficiário que não tem restrições para a composição de turmas, ou seja, admite o compartilhamento de turma com outras modalidades de demanda, desde que estas não sejam exclusivas.

Remotas(UR)¹⁵ no interior do estado, onde estão os municípios de Saquarema, que se encontra na Baixada Litorânea, e Paty do Alferes, na Região Geográfica Imediata de Valença.¹⁶

Para a escolha dos municípios realizou-se uma análise para a verificação das demandas consideradas necessárias e visitas técnicas aos locais, a fim de avaliar a infraestrutura para o oferecimento dos cursos.

Diante disso, pretende-se trazer à tona de que maneira o Colégio Pedro II implementou o Pronatec, efetivando 1.595 matrículas, por meio de 64 turmas, totalizando 12.708 horas de formação inicial e continuada, considerando sua missão, visão e a normatização legal do Pronatec.

Gráfico 1 - Quantidade de Matrículas do Pronatec no Período de 2012/1 a 2018/2



Fonte: A autora, 2024.

Para a apresentação dos dados referentes ao quantitativo de ofertas e modalidades de cursos ofertadas, utilizaremos como base os Termos de Cooperação (TC) celebrados entre o CPII e o FNDE que, no caso das instituições da RFEPCT, configuravam o documento balizador para a execução do programa.

No caso das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a adesão é feita por meio de **Termo de Cooperação**, registrados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), gerando um Termo de Execução Descentralizada (TED). (Manual Bolsa Formação, 2015, p. 11)

¹⁵ Manual Sistec. 2017. “Quando uma Unidade de Ensino atua em locais fora do espaço físico da sua sede, os locais descentralizados (fora da sede) constituem as chamadas Unidades Remotas”.

¹⁶ As regiões geográficas intermediárias e imediatas, no Brasil, constituem a divisão geográfica regional do país, segundo a composição elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda no ano de 2011, a Diretoria de Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, por meio da coordenação-geral designada em 11 de novembro de 2011, iniciou o planejamento do Pronatec para executar o programa a partir do ano de 2012. O Termo de Cooperação (TC) nº 13.963, de 29 de novembro de 2011, foi formalizado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o oferecimento do curso de recepcionista.

A primeira oferta do Pronatec foi oriunda de convênio de mútua colaboração mantido entre a autarquia Colégio Pedro II, a prefeitura municipal de Duque de Caxias e a Fundação de Apoio à Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais (FUNDEC) com a finalidade de atender aos requisitos de referencialidade legal para o financiamento de bolsas de estudo pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e alcançar adicionalmente o objetivo de organização da área da formação profissional inicial e continuada (FIC) no CPII.

O primeiro curso realizado foi o de recepcionista, com carga horária de 160 horas, sendo desenvolvido na Unidade Escolar Descentralizada (UNED) de Duque de Caxias, do Colégio Pedro II, situado, na época, na avenida Presidente nº 1.633, no centro de Duque de Caxias, ancorado no firme propósito de promover a inserção social de jovens e adultos através da aquisição de uma maior qualificação profissional. A seleção dos profissionais foi oriunda de processo seletivo simplificado, por meio do Edital nº 01, de 24 de novembro de 2011, da diretoria de extensão e cultura do CPII. A equipe foi formada por 1 coordenadora-geral, 2 coordenadores adjuntos, 1 supervisor de curso, 1 orientador, 3 apoios acadêmicos e administrativos e 4 professores. Tendo como parceiros demandantes a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc)¹⁷ e a prefeitura de Duque de Caxias, responsáveis pelas pré-matrículas e pelo encaminhamento ao CPII, foram ofertadas 80 vagas, e compareceram para confirmação da matrícula, na UNED, 44 pessoas. As matrículas foram efetivadas em janeiro e fevereiro de 2012. O curso ocorreu no período de 2012/1, ou seja, no primeiro semestre de 2012, em 2 turmas, no turno da noite, às segundas, quartas e sextas-feiras, das 18h15 às 20h30, e aos sábados, das 8h às 12h15.

De acordo com o exposto, o período de 2012/1, no *campus* Duque de Caxias, apresenta-se com os dados a seguir:

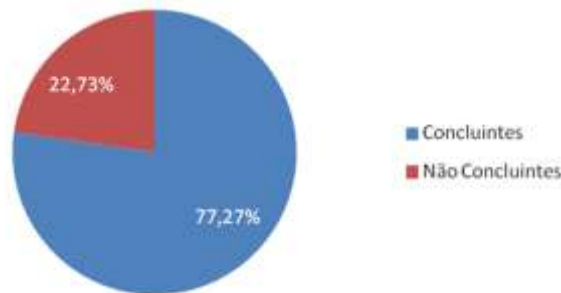
¹⁷ As secretarias estaduais de educação atuarão como parceiros demandantes por meio de órgãos gestores regionais e escolas estaduais. Nesse caso, os beneficiados serão estudantes das redes públicas de Ensino Médio – preferivelmente aqueles em situação de elevada vulnerabilidade social (Manual de Gestão do Bolsa Formação, 2011, p. 10).

Tabela 1 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	DUQUE DE CAXIAS	RECEPCIONISTA TURMA A	01/02/2012 a 27/04/2012	20	14	0	6	0
2	DUQUE DE CAXIAS	RECEPCIONISTA TURMA B	03/02/2012 a 02/05/2012	24	19	1	4	0
TOTAL POR GÊNERO					33	1	10	0
TOTAL				44	34		10	

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 2 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2012/1



Fonte: A autora, 2024

No primeiro semestre de 2012, o CPII formalizou o Termo de Cooperação (TC) nº 14.490, de 29/03/2012, com o FNDE, ainda com o processo de equiparação aos IFs em andamento. Para a execução do planejamento previsto no TC supracitado, foram realizados processos de seleção de profissionais para atuação a partir do segundo semestre de 2012. A Diretoria de Extensão e Cultura (DEC) do CPII publicou os Editais nº 01 e nº 02, de 23 de julho de 2012, com vistas a selecionar supervisores conteudistas para a produção de material didático, de acordo com a oferta de cursos, considerando o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e o planejamento da DEC. Logo a seguir, lançou o Edital de Extensão – DEC - nº 03, de 15 de agosto de 2012.

A partir da equiparação do CPII aos Institutos Federais de Ensino, em junho de 2012, foi necessária a adequação de sua estrutura organizacional. As unidades escolares passaram a condição de *campi*. As diretorias passaram a se chamar pró-reitorias, ampliaram-se os quantitativos de cargos comissionados e criaram-se diversos setores.

Diante do exposto, e almejando a ampliação das equipes para a oferta de novos cursos, publicou-se o Edital Institucional da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) - nº 04, de 22 de outubro de 2012, para seleção interna e concessão de bolsas para quem atuaria como apoio acadêmico e administrativo, orientador, supervisor de curso e professor; e o Edital de Extensão nº 5, de 26 de novembro do mesmo ano, para a seleção de professores para os cursos de programação web e montagem e manutenção de computadores.

A equipe técnica de profissionais foi formada por 1 coordenadora-geral, 1 coordenador adjunto, 1 supervisor de curso, 1 orientador, 3 apoios acadêmicos e administrativos e 8 professores.

No início do segundo semestre de 2012 foram realizados os cursos de auxiliar administrativo de secretaria escolar e inspetor escolar, com carga horária de 180 horas; e de recepcionista, com 160 horas, totalizando 3 turmas. Os cursos iniciaram as aulas na Unidade Escolar Descentralizada de Duque de Caxias, do Colégio Pedro II, situado, na época, na avenida Presidente nº 1.633, no centro de Duque de Caxias, e foram concluídos no local onde hoje funciona o *campus* Duque de Caxias.

O público-alvo foi oriundo do parceiro demandante Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ou seja, cidadãos que, em um período de 10 anos, receberam três benefícios do seguro-desemprego e que, pelo Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012, recebiam orientação para realizar um dos cursos do programa. Foram ofertadas 110 vagas, sendo que 93 pessoas encaminhadas pelo MTE confirmaram as matrículas. As matrículas foram efetivadas em agosto e setembro do mesmo ano, e os cursos ocorreram no segundo semestre de 2012, ou seja, no período 2012/2, no turno da noite, às segundas, quartas e sextas-feiras, das 18h15 às 22h.

Nesse contexto, no período de 2012/2, o *campus* Duque de Caxias apresenta-se com os dados a seguir:

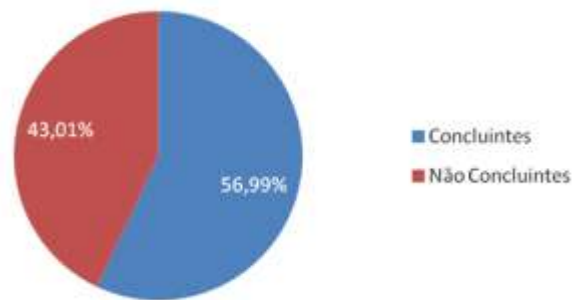
Tabela 2 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/2

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	DUQUE DE CAXIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SECRETARIA ESCOLAR	03/09/2012 a 18/12/2012	33	7	10	13	3
2		INSPETOR ESCOLAR	10/09/2012 a	32	5	14	2	11

			20/12/2012					
3		RECEPCIONISTA	17/09/2012 a 20/12/2012	28	10	7	7	4
TOTAL POR GÊNERO					22	31	22	18
TOTAL				93	53		40	

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 3 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2012//2



Fonte: A autora, 2024

Ainda em 2012, foi utilizado o laboratório de informática do *campus* Realengo II para a implementação de novos cursos, mantendo a parceria com o MTE. Os cursos, que se iniciaram ao final do ano de 2012, tendo sua conclusão no primeiro semestre de 2013, foram o de auxiliar em web designer e montagem e manutenção de computadores, ambos com 160 horas, e o curso de programador web, com 200 horas, totalizando 3 turmas. Foram ofertadas 80 vagas, sendo 58 matrículas confirmadas no *campus*.

As matrículas foram efetivadas de outubro a dezembro, e os cursos foram oferecidos nos horários da manhã, das 7h30 às 11h30, e da tarde, das 13h30 às 17h30. Para a execução de seus objetivos, a equipe técnica foi formada por 1 coordenadora-geral, 2 coordenadores adjuntos, 1 supervisor de curso, 1 orientador, 3 apoios acadêmicos e administrativos e 5 professores.

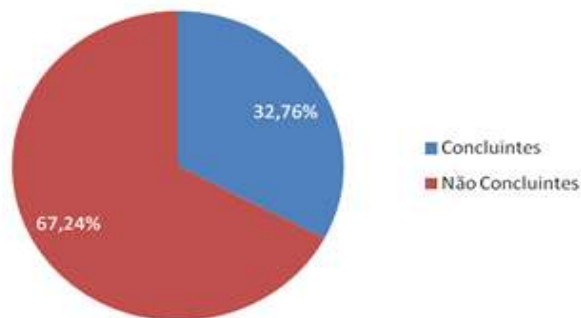
Os dados do período de 2012/2 a 2013/1, no *campus* Realengo II, são apresentados a seguir:

Tabela 3 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/2 a 2013/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	REALENGO II	AUXILIAR EM WEB DESIGNER	10/12/2012 a 10/04/2013	19	6	1	4	8
2		MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	03/12/2012 a 26/03/2013	18	4	5	2	7
3		PROGRAMADOR WEB	10/12/2012 a 10/04/2013	21	0	3	4	14
TOTAL POR GÊNERO					10	9	10	29
TOTAL				58	19		39	

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 4 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2012//2 a 2013/1



Fonte: A autora, 2024.

Ainda por meio do TC nº 14.490 foi possível abrir novas turmas em 2013, nos *campi* Centro e Engenho Novo II. Optou-se pelos cursos de auxiliar administrativo de secretaria escolar e inspetor escolar, ambos com carga horária de 180 horas; e de recepcionista, com carga horária de 160 horas, em ambos os *campi*, totalizando 6 turmas.

Os cursos tiveram uma reestruturação em sua grade curricular e carga horária se comparados aos oferecidos no período de 2012/2, devido à necessidade de adequação dos conteúdos programáticos e considerando a atualização do novo Guia FIC (2ª versão), publicado por meio da Portaria MEC nº 1.232, de 05 de outubro de 2012. O público-alvo foi oriundo do parceiro demandante Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), e foram ofertadas 180 vagas, com 145 matrículas confirmadas nos *campi*.

As matrículas aconteceram nos meses de novembro, dezembro e janeiro, e os cursos

aconteceram no primeiro semestre de 2013, ou seja, em 2013/1, no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, das 18h15 às 22h15.

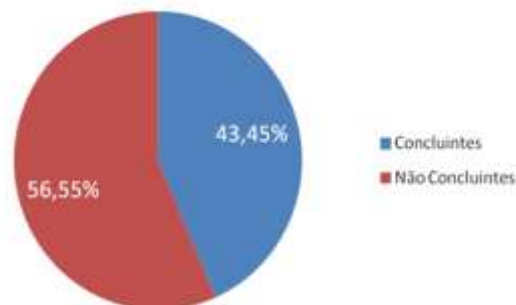
A equipe técnica foi formada por 1 coordenadora-geral, 2 coordenadores adjuntos, 2 supervisores de curso, 2 orientadores, 5 apoios acadêmicos e administrativos e 12 professores. Nesse contexto, o período de 2013/1 é apresentado com os seguintes dados:

Tabela 4 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2013/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES		
					GÊNERO				
					F	M	F	M	
1	CENTRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SECRETARIA ESCOLAR	21/01/2013 a 07/05/2013	20	1	5	6	8	
2		INSPETOR ESCOLAR	21/01/2013 a 09/05/2013	24	3	5	1	15	
3		RECEPCIONISTA	21/01/2013 a 15/04/2013	26	6	2	17	1	
4	ENGENHO NOVO II	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SECRETARIA ESCOLAR	21/01/2013 a 06/05/2013	22	6	3	5	8	
5		INSPETOR ESCOLAR	21/01/2013 a 25/04/2013	22	5	6	0	11	
6		RECEPCIONISTA	21/01/2013 a 11/04/2013	31	15	6	5	5	
TOTAL POR GÊNERO						36	27	34	48
TOTAL				145	63		82		

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 5 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2013/1



Fonte: A autora, 2024.

Dando continuidade ao programa, o CPEI formalizou o Termo de Cooperação (TC) nº 17.273, de 21 de março de 2013, com o FNDE. Com o objetivo de ampliar o cadastro de

profissionais para a execução do programa, foram publicados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) os Editais nº 02, 03, 04, 05 e 06 de 2013, durante o período de maio a agosto de 2013, com vistas à contratação de professores e cadastro de reserva.

No segundo semestre de 2013, período de execução referente a 2013/2 e 2014/1, o CPII realizou, nos *campi* Centro e Engenho Novo II, o curso de auxiliar de secretaria escolar; e somente no *campus* Engenho Novo II o de auxiliar administrativo. Todos os cursos tiveram carga horária de 180 horas, totalizando 3 turmas. Foram ofertadas 110 vagas, em parceria com o MTE, com 81 matrículas confirmadas nos *campi*. As matrículas foram realizadas de setembro a novembro de 2013. Os cursos aconteceram no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, das 18h15 às 22h. A equipe técnica foi formada por 1 coordenadora-geral, 2 coordenadores adjuntos, 2 supervisores de curso, 2 orientadores, 3 apoios acadêmicos e administrativos e 9 professores.

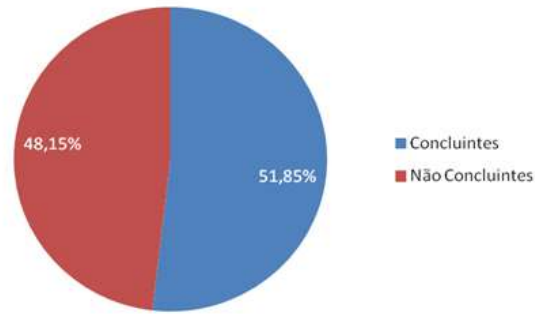
De acordo com o acervo documental, o período de 2013/2 a 2014/1 apresentou os seguintes dados:

Tabela 5 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2013/2 a 2014/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	CENTRO	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	18/11/2013 a 05/02/2014	26	8	1	15	2
2		AUXILIAR ADMINISTRATIVO	18/11/2013 a 06/02/2014	26	7	9	7	3
3	ENGENHO NOVO II	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	18/11/2013 a 11/02/2014	29	15	2	8	4
TOTAL POR GÊNERO					30	12	30	9
TOTAL				81	42		39	

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 6 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2013/2 a 2014/1



Fonte: A autora, 2024.

A lei de criação do Pronatec prevê, em seu artigo 1º, dentre seus objetivos:

expandir, **interiorizar** e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (Brasil, 2011, p.1, grifo nosso).

O CPII, por intermédio da coordenação-geral do Pronatec, nomeada em 24/10/2013, reuniu esforços para proceder ao levantamento de demandas urgentes da sociedade através de novos parceiros demandantes. Nesse contexto, realizou-se um estudo sobre as regiões e visitas técnicas para parcerias com municípios na Região dos Lagos e na Região Serrana, considerando o espaço físico e a infraestrutura necessária à execução dos cursos.

Os municípios de Saquarema e Paty do Alferes formalizaram a parceria com o CPII, em novembro e dezembro de 2013, respectivamente, por meio de documento oficial. O documento de formalização previa a execução de cursos para o ano de 2014. Para o funcionamento do Pronatec no município de Paty do Alferes, foi destinada como sede a Escola Estadual Municipalizada Laudelina Bernardes, localizada no Largo da Matriz 72, Centro, que permanece em funcionamento até os dias atuais. No município de Saquarema, o local de realização dos cursos foi o Núcleo de Capacitação Profissional situado na rua Capitão Nunes 962 – Barreira - Saquarema /RJ, onde atualmente funciona a Casa Creche Sebastiana de Oliveira Bravo.

Figura 6 – Fachada Unidade Remota Paty do Alferes



Fonte: Acervo iconográfico do Colégio Pedro II, 2024.

Figura 7 - Fachada Unidade Remota Saquarema



Fonte: Acervo iconográfico do Colégio Pedro II, 2024.

No início do ano de 2014, dentre as atividades realizadas, destaca-se a formatura para mil alunos do Pronatec do estado do Rio de Janeiro, em 15/04/2014, no município de São Gonçalo, com a presença da presidenta Dilma Rousseff.

Na ocasião, cerca de trinta alunos do Colégio Pedro II, que concluíram os cursos FIC, participaram do evento. Em matéria publicada no *site* institucional, em 16/04/2014, durante a cerimônia a presidenta ressaltou a importância das instituições parceiras que faziam do

Pronatec um programa de formação técnica e capacitação profissional bem-sucedido, e destacou a relevância do CII por ser uma das primeira e mais importantes instituições de ensino do país e também por sua qualidade.

Não somos um país qualquer, precisamos cada vez mais de trabalhadores qualificados (*Site do Colégio Pedro II, 2014*)

Figura 8 - Formatura do Pronatec no estado do Rio de Janeiro



Fonte: *Site do Colégio Pedro II, 2014.*

Figura 9 - Entrega de certificado para aluna do CII em evento no estado do Rio de Janeiro



Fonte: *Site do Colégio Pedro II, 2014.*

O CPII formalizou o Termo de Cooperação (TC) nº 1.186, de 27/12/2013, com o FNDE, e a recomposição de sua estrutura organizacional permaneceu em andamento mediante sua equiparação aos IFs, e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) passou a ser chamada de Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa Extensão e Cultura (Propgpec), nome que permanece até os dias de hoje, conforme Portaria/CPII 565/2024. Foram realizados dois editais para a formação de equipes administrativas e pedagógicas, tanto para os *campi* e/ou UR, assim como para compor equipes de suporte à coordenação-geral do Pronatec. Com o objetivo de contemplar a comunidade interna, primeiramente foi lançado o Edital Institucional de Extensão nº 01, em março de 2014, e para complementação das vagas e cadastro de reserva lançou-se, em 15 de maio, o Edital nº 15/2014 – Processo de Seleção Pública Simplificada para a concessão de bolsa para apoio acadêmico e administrativo, orientador, supervisor de curso e professor em seus *campi* e unidades remotas. Devido à grande procura e boa taxa de adesão e conclusão dos cursos realizados nos períodos anteriores, foram ofertadas 610 vagas, tendo como demandantes o MTE e o MDS, com inscrições *online*. Dessas vagas, 540 matrículas foram confirmadas nos *campi* e UR, totalizando 22 turmas, no período de maio a julho. A equipe técnica foi formada por 1 coordenadora-geral, 4 coordenadores adjuntos, 5 supervisores de curso, 5 orientadores, 7 apoios acadêmicos e administrativos e 71 professores.

Os cursos aconteceram no turno da noite, nos *campi* Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II e na Unidade Remota de Paty do Alferes, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, das 18h às 22h. Na Unidade Remota de Saquarema, os cursos foram realizados nos turnos da manhã, tarde e noite. Optou-se por realizar o curso de auxiliar administrativo, com carga horária de 160 horas, nos *campi* Centro, Duque de Caxias e nas Unidades Remotas de Paty do Alferes e Saquarema; o curso de assistente, com carga horária de 160 horas, nos *campi* Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II e na Unidade Remota de Saquarema; o curso de almoxarife, com carga horária de 160 horas, foi realizado no *campus* Centro; o curso de recepcionista, com carga horária de 160 horas, nos *campi* Centro, Duque de Caxias e Engenho Novo II; o curso de cuidador infantil, com carga horária de 160 horas, realizou-se no *campus* Duque de Caxias; o curso de auxiliar de secretaria Escolar, com carga horária de 180 horas, nos *campi* Duque de Caxias, Engenho Novo II, nas Unidades Remotas de Paty do Alferes e Saquarema; e o curso de espanhol básico, com carga horária de 160 horas, no *campus* Engenho Novo II e na UR Paty do Alferes.

Na tabela a seguir apresentam-se os dados referentes ao período de 2014/2, contidos

no acervo documental:

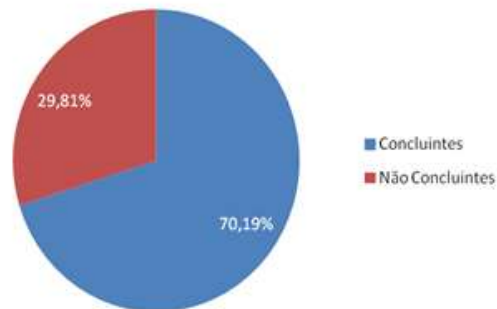
Tabela 6 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2014/2

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTE		NÃO CONCLUINTE	
					F	M	F	M
1	CENTRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	21/07/2014 a 14/10/2014	26	2	13	1	10
2		ASSISTENTE ESCOLAR	21/07/2014 a 09/10/2014	27	15	5	3	4
3		ALMOXARIFE	21/07/2014 a 25/09/2014	27	3	14	1	9
4		RECEPCIONISTA	21/07/2014 a 09/10/2014	28	17	0	11	0
5	DUQUE DE CAXIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	17/07/2014 a 08/10/2014	20	8	7	4	1
6		ASSISTENTE ESCOLAR	17/07/2014 a 08/10/2014	30	21	2	5	2
7		CUIDADOR INFANTIL	21/07/2014 a 25/09/2014	20	15	0	5	0
8		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	17/07/2014 a 08/10/2014	30	22	2	4	2
9		RECEPCIONISTA	17/07/2014 a 06/10/2014	20	14	0	6	0
10	ENGENHO NOVO II	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	16/07/2014 a 01/10/2014	29	14	5	5	5
11		ASSISTENTE ESCOLAR	16/07/2014 a 29/09/2014	22	8	5	3	6
12		ESPAÑOL BÁSICO	23/07/2014 a 08/10/2014	19	4	7	5	3
13		RECEPCIONISTA	16/07/2014 a 01/10/2014	19	14	0	4	1
14	UNIDADE REMOTA PATY DO ALFERES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	21/07/2014 a 22/11/2014	29	17	3	6	3
15		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR - T1	21/07/2014 a 19/11/2014	32	22	3	5	2
16		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR - T2	21/07/2014 a 27/11/2014	23	15	2	6	0
17		ESPAÑOL BÁSICO	21/07/2014 a 06/11/2014	28	11	2	7	8
18	UNIDADE REMOTA SAQUARE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - MANHÃ	18/07/2014 a 15/09/2014	19	10	4	1	4

19	MA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO NOITE	18/07/2014 a 15/09/2014	20	10	3	2	5	
20		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR TARDE	18/07/2014 a 22/09/2014	26	19	2	5	0	
21		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR - NOITE	18/07/2014 a 22/09/2014	28	23	1	4	0	
22		ASSISTENTE ESCOLAR - NOITE	18/07/2014 a 15/09/2014	18	13	2	1	2	
TOTAL POR GÊNERO						297	82	94	67
TOTAL GERAL				540	379	161			

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 7 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2014/2



Fonte: A autora, 2024.

Realizaram-se, em outubro e dezembro de 2014, as cerimônias de formatura dos *campi* Duque de Caxias, Centro e Engenho Novo II e das Unidades Remotas de Paty do Alferes e Saquarema. No evento foram entregues os certificados.

Figura 10 - Formatura do Pronatec no Campus Duque de Caxias



emoção dos alunos do Campus Duque de Caxias durante execução do Hino Nacional

Fonte: Site do Colégio Pedro II, 2014.

Figura 11 - Formatura do Pronatec nos campi Centro e Engenho Novo II



Fonte: *Site* do Colégio Pedro II, 2014.

Figura 12 - Formatura na Unidade Remota (UR) Paty do Alferes



Fonte: *Site* do Colégio Pedro II, 2014.

Dando prosseguimento às ações do Pronatec, sua nova coordenação-geral, nomeada em 20 de fevereiro de 2015, formalizou com o FNDE o Termo de Cooperação (TC) nº 3.538.1, de 21 de outubro de 2015.

Para a formação de equipes de trabalho, considerando o planejamento de cursos ainda não ofertados, existiu a necessidade de divulgação de mais seis novos editais para bolsistas. O Edital Institucional de Extensão nº 01/2015, para supervisor conteudista, foi lançado em 30 de março. O Edital nº 02/2015 promoveu a seleção de revisor ortográfico. O de nº 03/2015, de 01 de abril, e o de nº 04/2015, de 12 de maio, informavam sobre a prorrogação do Edital de nº 01/2014 e 15/2014, respectivamente. O Edital nº 5, de 26 de outubro, e nº 6, de 13 de novembro de 2015, tinham o objetivo de selecionar professores.

Foram ofertadas 210 vagas, sendo encaminhadas pelos demandantes MTE e MDS,

com inscrições *online* e confirmação de 200 matrículas pelos *campi*. Os cursos realizaram-se nos *campi* Centro, Engenho Novo II e Tijuca II, no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, das 18h às 22h, totalizando 8 turmas iniciadas no final do segundo semestre de 2015, ou seja, compondo o período de 2015/2 a 2016/1. A equipe técnica foi formada por 1 coordenador-geral, 5 coordenadores adjuntos, 3 supervisores de curso, 3 orientadores, 5 apoios acadêmicos e administrativos e 16 professores.

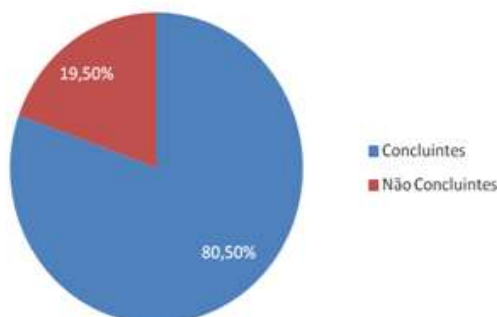
Com carga horária de 200 horas, os novos cursos foram assim distribuídos: francês básico, ofertado nos *campi* Centro e Tijuca II; organizador de eventos, nos *campi* Engenho Novo II e Tijuca II; inglês básico, no *campus* Centro; e 3 turmas de inglês intermediário, no *campus* Engenho Novo II, totalizando 8 turmas no período. De acordo com o acervo documental do período de 2015/2 a 2016/1, são apresentados os dados abaixo:

Tabela 7 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2015/2 a 2016/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	CENTRO	FRANCÊS BÁSICO	15/12/2015 a 31/03/2016	25	11	9	4	1
2		INGLÊS BÁSICO	15/12/2015 a 31/03/2016	20	11	6	1	2
3	ENGENHO NOVO II	ORGANIZADOR DE EVENTOS	15/12/2015 a 31/03/2016	20	11	8	1	0
4		INGLÊS INTERMEDIÁRIO TURMA A	15/12/2015 a 31/03/2016	30	12	12	5	1
5		INGLÊS INTERMEDIÁRIO TURMA B	15/12/2015 a 31/03/2016	30	9	15	5	1
6		INGLÊS INTERMEDIÁRIO TURMA C	15/12/2015 a 31/03/2016	30	16	8	6	0
7	TIJUCA II	FRANCÊS BÁSICO	15/12/2015 a 31/03/2016	25	17	3	3	2
8		ORGANIZADOR DE EVENTOS	15/12/2015 a 31/03/2016	20	7	6	4	3
TOTAL POR GÊNERO					94	67	29	10
TOTAL				200	161		39	

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 8 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2015/2 a 2016/1



Fonte: A autora, 2024.

Em 2016, mediante o cenário de crise econômica, com cortes orçamentários inclusive na área da educação, bem como devido às mudanças no sistema de pactuação dos cursos, o CPII promoveu significativos esforços para a manutenção do programa e formalizou com o FNDE o Termo de Cooperação (TC) nº 4.992, de 08 de novembro de 2016.

Lançaram-se então os Editais nº 3, de 25 de outubro, e nº 4, de 26 de outubro, com o objetivo de prorrogar a validade dos Editais nº 04 e nº 06 do ano de 2015.

Foram ofertadas 184 vagas, por meio dos demandantes MTur, por intermédio da Riotur, e MDS, pela Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego. As matrículas aconteceram no período de outubro a dezembro. Os cursos realizaram-se nos *campi* Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II e Tijuca II, no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, das 18h às 22h, totalizando 7 turmas. A equipe técnica foi formada por 1 coordenador-geral, 4 coordenadores adjuntos, 4 supervisores de curso, 4 orientadores, 6 apoios acadêmicos e administrativos e 30 professores.

O curso de assistente financeiro, com carga horária de 240 horas, foi realizado nos *campi* Centro, Engenho Novo II e Tijuca II. O *campus* Duque de Caxias realizou o curso de agente de gestão de resíduos sólidos, com carga horária de 300 horas. No *campus* Engenho Novo II realizaram-se os cursos de agente comunitário de saúde, com carga horária de 400 horas, e de recepcionista em serviços de saúde, com carga horária de 300 horas. No *campus* Centro, o curso de reciclador contava com carga horária de 300 horas.

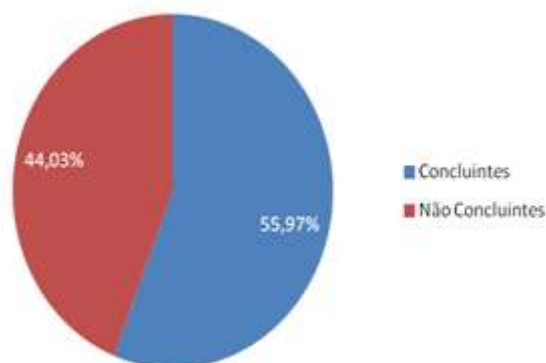
De acordo com o acervo documental do período de 2016/2 a 2017/1 são apresentados os dados a seguir:

Tabela 8 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2016/2 a 2017/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	CENTRO	ASSISTENTE FINANCEIRO	01/12/2016 a 20/04/2017	20	12	2	5	1
2		RECICLADOR	01/12/2016 a 20/04/2017	30	3	4	12	11
3	DUQUE DE CAXIAS	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	01/12/2016 a 29/05/2017	30	6	10	8	6
4	ENGENHO NOVO II	ASSISTENTE FINANCEIRO	01/12/2016 a 19/04/2017	20	6	3	8	3
5		AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	01/12/2016 a 30/06/2017	32	23	0	9	0
6		RECEPCIONISTA EM SERVIÇOS DE SAÚDE	01/12/2016 a 23/05/2017	32	18	0	14	0
7	TIJUCA II	ASSISTENTE FINANCEIRO	01/12/2016 a 19/04/2017	20	15	1	3	1
TOTAL POR GÊNERO					83	20	59	22
TOTAL				184	103		81	

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 9 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2016/2 a 2017/1



Fonte: A autora, 2024.

Em 2017 formalizou-se o Termo de Cooperação (TC) nº 6.633, de 17 de abril de 2018, com o FNDE. No primeiro semestre de 2017, em concomitância com os cursos em funcionamento, iniciados em dezembro de 2016, foram planejadas as ofertas de cursos para o ano de 2017. O que balizou o planejamento do CPII foram as prioridades informadas pela Setec/MEC. Diante disso, foram publicados os Editais nº 01, de 22 de setembro, que prorrogava o Edital nº 01, de outubro de 2016, e o Edital nº 02, de 30 de outubro, para a

seleção de professores.

Os cursos realizaram-se nos *campi* Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II e Tijuca II, no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, das 18h às 22h. Foram ofertadas 250 vagas, tendo como demandantes o MTE e o MDS, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho. Um total de 250 matrículas foi confirmado pelos *campi*, totalizando 10 turmas. No *campus* Centro realizou-se o curso de auxiliar de saúde bucal, com carga horária de 350 horas. Optou-se por realizar no *campus* Duque de Caxias os cursos de agente cultural e assistente de produção cultural, com carga horária de 192 horas, e o curso de músico de banda, nas modalidades violão e pandeiro, com carga horária de 240 horas. No *campus* Engenho Novo II, realizou-se o curso de higienista em serviços de saúde, com carga horária de 280 horas, e no *campus* Tijuca II o curso de recepcionista em serviços de saúde, também com carga horária de 280 horas, totalizando 10 turmas. A equipe técnica foi formada por 1 coordenador-geral, 4 coordenadores adjuntos, 4 supervisores de curso, 4 apoios acadêmicos e administrativos e 29 professores.

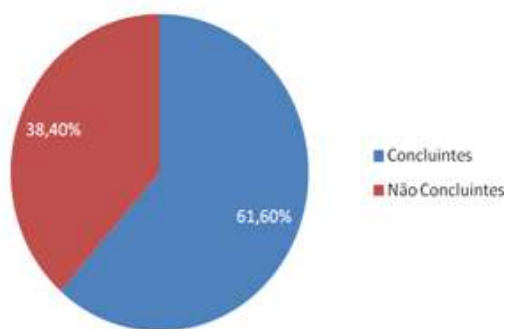
Tabela 9 - Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2017/2 a 2018/2

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	CENTRO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL TURMA 1	18/12/2017 a 18/08/2018	25	15	4	5	1
2		AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL TURMA 2	18/12/2017 a 18/08/2018	25	14	2	8	1
3	DUQUE DE CAXIAS	AGENTE CULTURAL TURMA 1	18/12/2017 a 18/07/2018	25	10	4	5	6
4		AGENTE CULTURAL TURMA 2	18/12/2017 a 18/07/2018	25	8	4	9	4
5		ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL TURMA 1	18/12/2017 a 06/08/2018	25	5	5	12	2
6		ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL TURMA 2	18/12/2017 a 06/08/2018	25	10	3	5	7
7		MUSICO DE BANDA PANDEIRO	18/12/2017 a 18/08/2018	25	13	10	1	2
8		MUSICO DE BANDA - VIOLÃO	18/12/2017 a 18/08/2018	25	9	10	3	3
9	ENGENHO NOVO II	HIGIENISTA EM SERVIÇOS DE SAÚDE	18/12/2017 a 18/08/2018	25	11	4	7	3
10	TIJUCA II	RECEPCIONISTA	18/12/2017 a	25	10	3	9	3

	EM SERVIÇOS DE SAÚDE	18/08/2018					
				105	49	64	32
TOTAL			250	154		96	

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 10 - Percentual de Concluintes e Não Concluintes no Período de 2017/2 a 2018/2



Fonte: A autora, 2024.

Considerando a análise dos relatórios técnicos e de avaliação dos cursos, disponíveis no acervo documental, identificou-se particularidades voltadas à captação de alunos, pelos demandantes, para participação no programa. Na recepção dos nossos alunos, desde o primeiro contato, os postos de atendimento do MTE, Sines, Poupa Tempo e correlatos não forneceram as informações necessárias para que eles entendessem os motivos para que fossem encaminhados para a realização dos cursos. Não houve o cuidado de identificar oportunidades de curso próximas à residência dos alunos e dentro de suas áreas de experiência profissional prévia ou seus interesses de estudo. Alguns(umas) ex-alunos(as) residentes em áreas muito distantes do local de participação do curso foram submetidos a uma rotina extenuante de mais de 2 horas de trânsito para chegar ao local das aulas.

Outra questão que merece destaque é que algumas ex-alunas eram mães de crianças pequenas e isso dificultou, ainda mais, sua frequência por não terem com quem deixar seus filhos no horário das aulas. Diversos(as) ex-alunos(as) alegaram, também, que não lhes foi permitido escolher a área de sua qualificação, sendo compulsória. Essa questão gerava muita insatisfação nos participantes, acarretando muitos casos de desistência dos(as) participantes.

Outro fator apontado nos relatórios é referente ao atraso nos repasses orçamentários do governo federal para as Instituições Federais, que resultava na impossibilidade de participação dos(as) ex-alunos(as) nos cursos, mediante a falta de recursos para transporte e alimentação.

Ainda que nesse contexto alguns(umas) ex-alunos(as) concluintes dos cursos do Pronatec tenham sido direcionados para o Programa de Educação de Jovens e Adultos

(PROEJA) da nossa instituição, segundo eles(as) foi a (re)experiência da sala de aula do Pronatec que os(as) incentivou a prosseguir nos estudos.

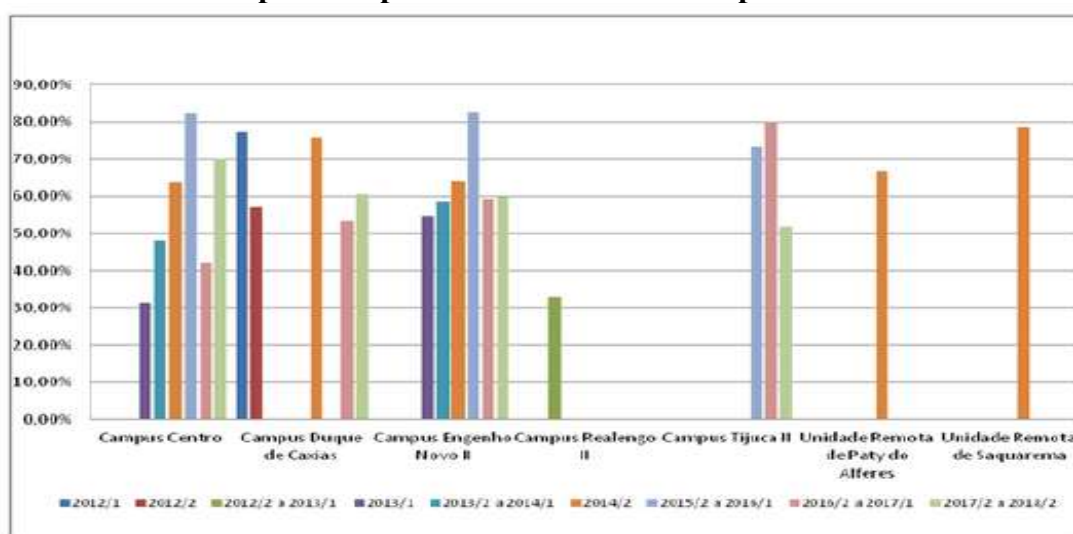
Constatamos, portanto, que apesar dos desafios impostos pelo programa, quanto à implementação dos cursos FIC no CPII, garantiu-se a ampliação da oferta de cursos em outros eixos tecnológicos diferentes daqueles que já eram ofertados, uma vez que contemplou 2 eixos tecnológicos que não faziam parte da *expertise*¹⁸ da instituição, sendo eles: Ambiente e Saúde, com oferta de 7 cursos, e Gestão e Negócios, com oferta de 3.

Atualmente, o CPII oferece cursos técnicos em 4 eixos tecnológicos: Hospitalidade e Lazer, Desenvolvimento Educacional e Social, Informação e Comunicação e Produção Cultural e Design, num total de 7 cursos entre as modalidades subsequente, integrado e PROEJA. Salientamos que a definição de eixos tecnológicos, tanto para os cursos FIC como para os cursos técnicos, é baseada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

Diante do exposto, verifica-se que durante os 7 anos em que o CPII participou do Pronatec, foram ofertadas 1.814 vagas distribuídas em 25 modalidades de cursos FIC, por meio de 6 eixos tecnológicos.

Do total de vagas ofertadas, 1.595 vagas foram preenchidas, ou seja, os(as) ex-alunos(as) confirmaram as matrículas, sendo que 1.008 ex-alunos(as) concluíram os cursos com frequência superior a 75%, resultando num índice de retenção de fluxo escolar (RFE)¹⁹, no período de 2012/1 a 2018/2, de 63,20%. Esse resultado é apresentado de forma detalhada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 - RFE por Campus e Unidade Remota no período de 2012/1 a 2018/2



Fonte: A autora, 2024

¹⁸ 1. Alto nível de conhecimento que reúne competência, experiência e criatividade de um especialista. 2 Análise, julgamento ou avaliação feita por um especialista (Dicionário Michaelis *online*).

¹⁹ Índice de Retenção do Fluxo Escolar = Concluintes/Matrículas realizadas x 100

Cabe salientar que durante todo o processo de implementação e divulgação do Pronatec, o governo federal reforçava apenas a importância da ampliação do número de matrículas a serem ofertadas, excluindo-se dos discursos a verificação do índice de retenção escolar dos(as) ex-alunos(as) e a averiguação das experiências e resultados de aproveitamento desses cursos na vida dos cidadãos.

Na concepção gramsciana, a cultura tem como princípio a união entre corpo e mente, entre o pensamento e a atividade manual. E o trabalho seria o processo de construção cultural, em que o homem não só modifica a realidade, mas também transforma a si próprio, possibilitando a mudança dos aspectos que divide a sociedade.

Dessa forma, o registro dos dados aqui apresentados demonstra, além das matrículas efetivadas, a concretização do programa de maneira detalhada, com o quantitativo de ex-alunos(as) que concluíram os cursos, mesmo com os entraves apresentados, resgatando assim dados técnicos do programa e da história institucional.

Nesse diapasão, o resgate dessa história vai além do registro dos dados técnicos apresentados até o momento, mas também busca a averiguação de vivências e experiências para a construção da memória coletiva dos(as) participantes, que serão apresentadas na próxima seção.

5.2. Experiências dos Participantes na Construção da Memória Coletiva e Verificação da Relevância da Proposta de Produto Educacional

Na segunda fase da pesquisa realizou-se a coleta de dados de duas amostras distintas, sendo dez profissionais, ou seja, os agentes de atuação, e quarenta ex-alunos(as). Foram utilizados formulários eletrônicos, modelo *google forms*, no formato semiaberto. Os formulários foram enviados para os *e-mails* dos participantes, que foram coletados no acervo documental, e ficaram disponíveis por dois meses, além de terem sido compartilhados também pelas redes sociais Instagram e Facebook, por meio de mensagens privadas, uma vez que muitos *e-mails* foram devolvidos, não completando sua entrega.

O objetivo da segunda fase foi o resgate da memória coletiva e da consulta sobre a pertinência da elaboração do produto educacional, por meio de formulário eletrônico, que se baseou no levantamento das experiências, percepções, possíveis pontos de melhoria no programa e das vivências dos(as) ex-alunos(as) após a participação nos cursos.

O tratamento de dados quantitativos foi utilizado para a apresentação das perguntas fechadas, uma vez que sintetizam, de maneira geral, os dados da frequência construída e da distribuição de percentuais, sendo uma forma mais compreensível para a apresentação desse

tipo de dado.

No entanto, mesmo com suas especificidades, os métodos quantitativos e qualitativos não se excluem. Conforme Creswell (2010), o desenvolvimento e a legitimidade percebida de ambos os métodos geraram uma popularização da pesquisa de métodos mistos, a qual abrange os pontos fortes, tanto da abordagem qualitativa quanto da abordagem quantitativa, proporcionando maior compreensão dos problemas estudados.

Para o tratamento dos dados qualitativos, optou-se pela análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), que permite o estabelecimento de indicadores para a interpretação das informações coletadas. Diferentemente da análise quantitativa, que pode ter seus dados mensurados em números, a análise qualitativa pode funcionar sobre “*corpus* reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas, para que os cálculos se tornem possíveis” (Bardin, 1977, p. 115).

Na elaboração do formulário, as perguntas similares para as duas amostras de participantes foram construídas com vistas a analisar e registrar as experiências e os aprendizados dos participantes, colaborando para a composição da história do Pronatec no CPII. Diante disso, foi incluído no formulário o grau de satisfação dos participantes no que se refere ao registro dessas memórias em um livro digital (*e-book*.)

Outras categorias foram elencadas, como, por exemplo, pontos positivos e negativos observados durante a execução, em busca de possíveis informações para melhoria, com o intuito de colaborar com projetos similares que, porventura, venham a surgir na instituição.

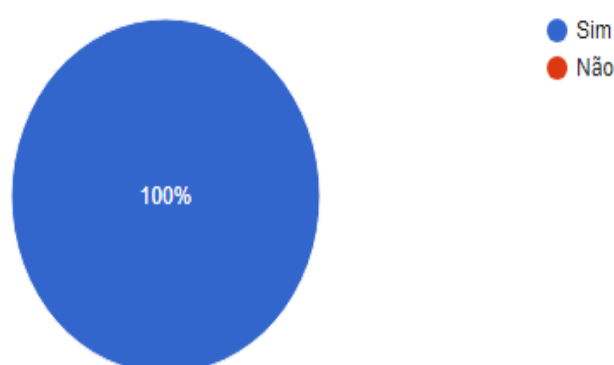
De forma geral, os dados colhidos nos formulários colaboraram para a composição da pesquisa, tendo em vista que responderam as dúvidas primárias, o que, de certa forma, também demonstra a relevância desta pesquisa.

O apêndice B deste trabalho corresponde às perguntas do questionário referente aos(as) ex-alunos(as), num total de quarenta participantes, considerando todos os anos em que o programa foi executado, no período de 2012/1 a 2018/2, e também o rol de cursos oferecidos nos seis eixos tecnológicos. Os dados relativos aos profissionais foram submetidos à análise, com respostas ao questionário, considerando a amostra total de dez participantes. O apêndice C contém as perguntas do questionário de pesquisa. A amostra considerou todos os tipos de agentes de atuação do Programa, ou seja, os coordenadores-gerais, os coordenadores adjuntos, supervisores, orientadores, professores e apoios acadêmicos e operacionais, assim como todos os anos em que os cursos foram realizados.

Quanto ao aceite, ou não, de participação na pesquisa, os agentes de atuação, ou seja,

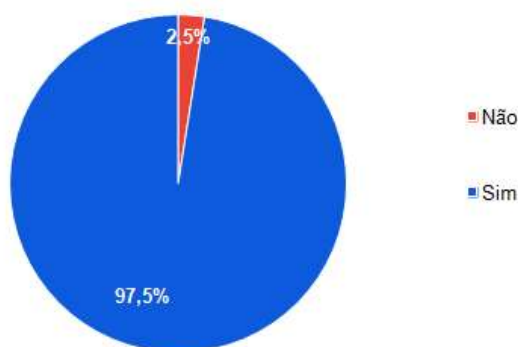
os dez participantes, e os(as) ex-alunos(as), num total de quarenta participantes, foram direcionados para a leitura do TCLE. Os gráficos abaixo apresentam o resultado das amostras, apresentando que, para a amostra A, agentes de atuação, 100% concordaram em participar. A amostra B, de ex-alunos(as), apresenta que 97,5% concordaram em preencher e 2,5 % não concordaram.

Gráfico 12 - Agentes de Atuação - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 13 - Ex-Alunos(as) - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

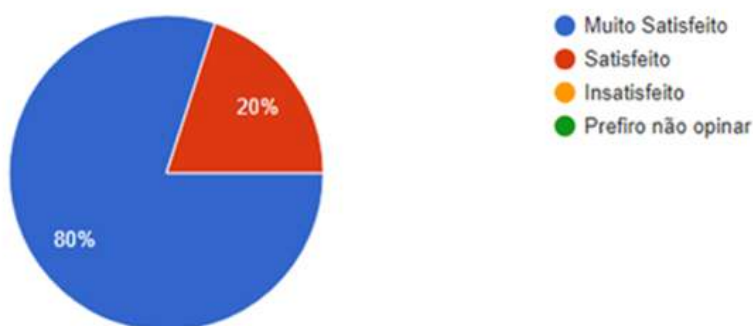


Fonte: A autora, 2024

Com o objetivo de perceber a relevância da proposta do produto educacional, que é a criação de um livro digital (*e-book*), foi apresentada a seguinte questão: “Como você se sentiria em relação à contribuição de suas experiências para a criação de um *e-book* (livro digital) que registre a história do Pronatec no Colégio Pedro II?”.

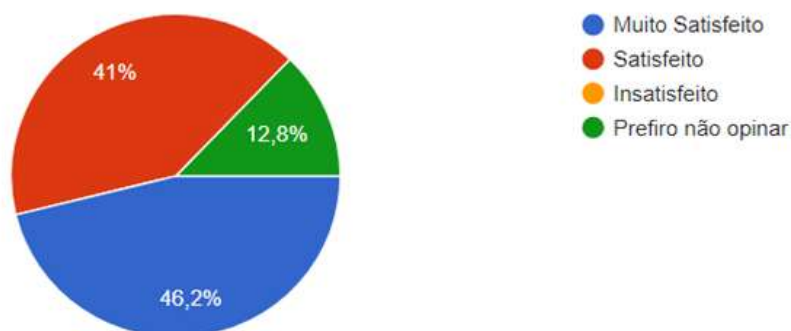
O gráfico a seguir apresenta resultado satisfatório, dos agentes de atuação, amostra A, para a criação do *e-book*, pois 80% dos participantes informaram que ficariam “muito satisfeitos”, e 20%, satisfeitos, conforme é apresentado a seguir:

Gráfico 14 - Agentes de Atuação – Relevância do Produto Educacional (PE)



Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 15 - Ex-Alunos(as) – Relevância do Produto Educacional (PE)



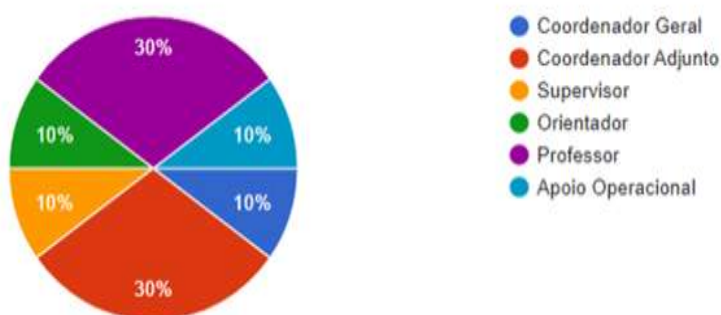
Fonte: A autora, 2024.

Nesse contexto, o gráfico acima, representado pela amostra de ex-alunos(as), apresenta que 46,2% se consideram muito satisfeitos; 41%, satisfeitos; e 12,8% não opinaram. Dessa forma, ambos os participantes, agentes de atuação e ex-alunos(as), consideram a elaboração do *e-book* muito satisfatória, o que destaca a relevância da pesquisa e da elaboração do produto educacional.

Dentre as características dos perfis considera-se importante apresentar, na amostra de agentes de atuação, os índices de respostas de participação e o ano em que atuaram. Já para a amostra de ex-alunos(as), os cursos e o ano em que participaram do Pronatec. Dessa forma, os

gráficos abaixo apresentam detalhadamente as informações. Observou-se que os seis tipos de agentes de atuação que participaram do Programa responderam à pesquisa, o que corrobora resultados mais abrangentes, tendo em vista a diversidade nas atribuições de cada profissional e sua vivência. Assim, obteve-se a resposta de 10% do coordenador-geral, 30% de coordenadores adjuntos, 10% de supervisor, 10% de orientador, 10% de apoio operacional e 30% de professores. O gráfico a seguir representa o resultado.

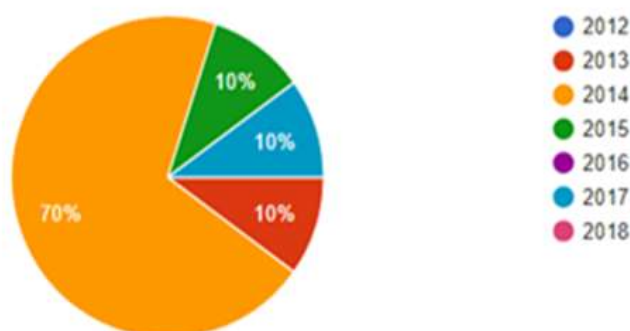
Gráfico 16 - Agentes de Atuação – Qual a função exercida no curso de FIC?



Fonte: A autora, 2024.

Outro fator de observação considerado foi o ano de participação desses profissionais, em que 10% (1 respondente) é do ano de 2013, 70% (7 respondentes) são do anos de 2014, 10% (1 respondente) é do ano de 2015 e 10% (1 respondente) é do ano de 2017, conforme é apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 17 - Agentes de Atuação – Em que ano você participou do Pronatec?

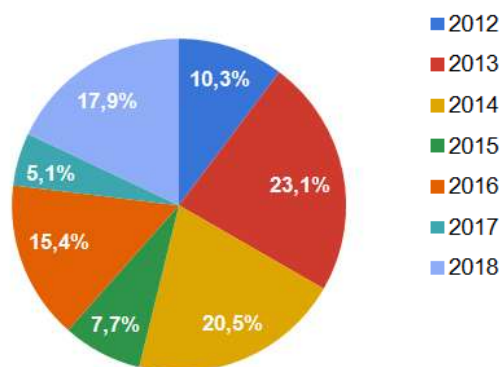


Fonte: A autora, 2024.

Considerando o período que abrange a pesquisa, indagamos também para os(as) ex-alunos(as) sobre o ano de conclusão do curso, e identificou-se que 10,3% eram do ano de

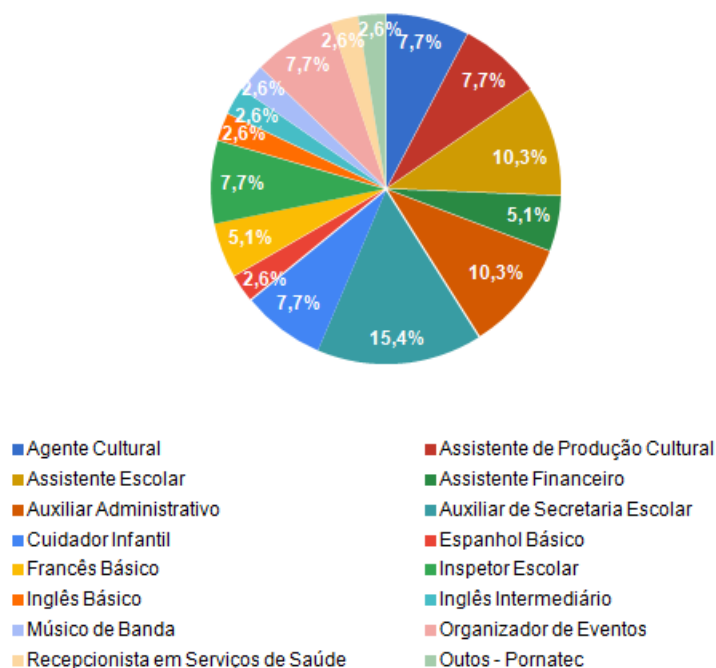
2012; 23,1%, do ano de 2013; 20,5% de 2014; 7,7% do ano de 2015; 15,4% do ano de 2016; 5,1% do ano de 2017; e 17,9% do ano de 2018. Nesse contexto, a amostra tem resultado satisfatório para a análise dos dados, uma vez que teve participantes em todos os anos de execução do curso.

Gráfico 18 - Ex-Aluno(as) - Em que ano você concluiu o Pronatec?



Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 19 - Ex-Aluno(as) – Identifique o curso que você frequentou.



Fonte: A autora, 2024.

No gráfico acima é possível identificar que entre os 25 tipos de curso executados no CPII obteve-se resposta em 15, indicando adesão dos respondentes em 60% do rol de cursos executados, que englobam os 6 eixos tecnológicos ofertados, ou seja, 100%.

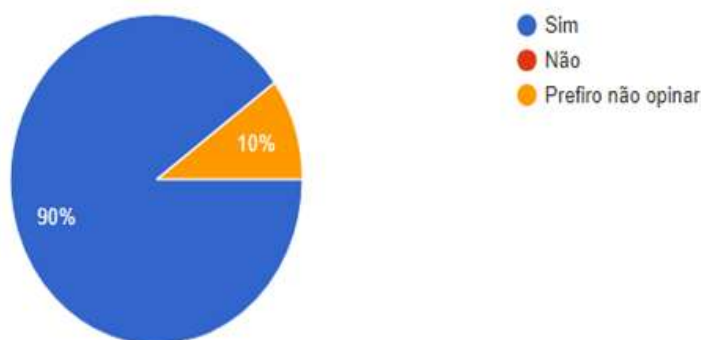
Quanto à construção da memória dos participantes, incluímos no formulário perguntas

que contemplassem essa questão.

A memória coletiva, para Halbwachs, desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Sobre o papel dessas relações, o autor (1990, p. 51) informa que “[...] diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios [...]”.

Sob essa perspectiva, com o objetivo de estimular os agentes de atuação a resgatar essa memória, considerando suas lembranças ou momentos marcantes voltados às experiências, foi adicionada ao questionário a seguinte pergunta: “Você tem lembranças específicas ou momentos marcantes relacionados ao Pronatec no Colégio Pedro II que gostaria de compartilhar?”. O resultado é apresentado conforme gráfico abaixo.

Gráfico 20 - Agentes de Atuação - Lembranças e Momentos Marcantes



Fonte: A autora, 2024

Considerando que 90% dos participantes informaram que tinham lembranças específicas e momentos marcantes, e 10% preferiram não opinar, indagamos quais seriam essas considerações. Obtivemos as seguintes respostas:

“Como professor do curso de relação interpessoal, pude perceber como o comportamento humano é único e intransferível. Com esse curso pude trabalhar vários conteúdos que eles levaram para vida e para o trabalho”;

“Os encontros de planejamento em equipe no CCE e as ambiência no CENII”;

“Momento em que não contávamos que a publicação do edital no *site* do colégio trouxesse um número muito acima de candidatos profissionais do que havíamos previsto. Foram noites e até madrugadas de muito trabalho”;

“A importância do vínculo com jovens e adultos onde eles trazem consigo suas histórias de vida e a intensidade de cada acontecimento vivido . A preocupação de ajudar em cada história e acontecimento. A organização de

toda equipe para um bom trabalho”;

“Feedback positivo dos alunos, a gratidão pela oportunidade de estarem realizando o curso, o clima de apoio e união da equipe, de toda a equipe, tanto professores, pessoal de apoio, coordenadores. As festinhas de encerramento que os alunos organizavam como forma de agradecimento e a amizade que alguns mantiveram até hoje”;

“A disposição dos alunos, o comprometimento dos professores, a formatura, que foi linda, e as amizades conquistadas”;

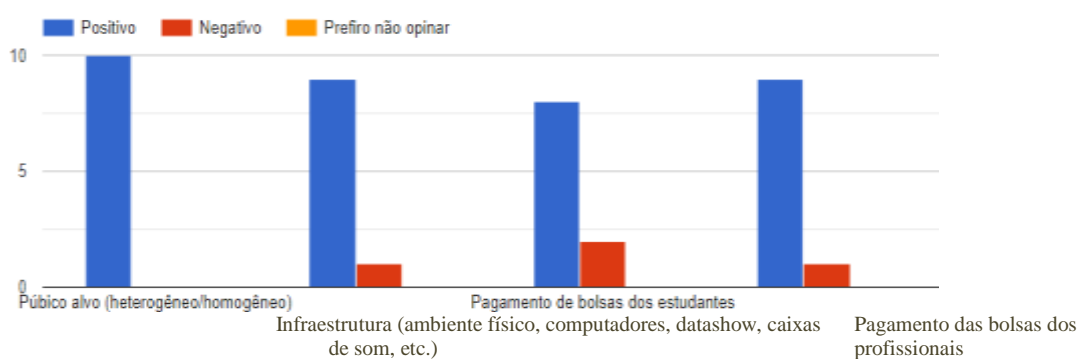
“Como orientadora pude tentar contribuir com a história de vida de alguns dos alunos, orientando, acolhendo e tentando ajudar”;

“O curso foi muito importante para vários estudantes que já estavam um tempo parado e após o curso do Pronatec animaram dar continuidade aos seus estudos. Ainda hoje encontro com ex-alunos que compartilham o quanto o curso foi importante para suas vidas”;

“Trabalho em equipe, inclusive as madrugadas para organização de editais, seleção, organização de materiais. Formatura dos alunos”.

Tendo ainda como foco a experiências dos agentes de atuação sob a ótica que trata da identificação dos pontos positivos ou negativos, o gráfico demonstrou que 100% consideraram o público heterogêneo como ponto positivo; quanto à infraestrutura, 90% consideraram positivo e 10%, como negativo; quanto ao pagamento de bolsa para os estudantes, 80% consideraram positivo e 20%, negativo; e quanto ao pagamento de bolsa dos profissionais, 80%, consideraram positivo e 20%, negativo.

Gráfico 21 - Agentes de Atuação - Pontos Positivos e Negativos



Fonte: A autora, 2024

Considerando a existência de outros pontos positivos, indagou-se também quais seriam esses pontos, e 80% dos participantes apresentaram suas sugestões:

“A variedade de cursos que criam oportunidades diferenciadas de atuação profissional”;

“Equipe de trabalho”;

“Sim, a função do coordenador-geral: desempenhar com qualidade o trabalho de formação, acompanhando em todos os momentos as demandas necessárias para garantir aos profissionais da equipe a realização do trabalho”;

“Organização geral da coordenação”;

“Projeto muito bom do governo que deveria retornar. Proporcionou muitas oportunidades para os alunos e muita troca de conhecimento para os profissionais”;

“O Colégio escolhido era de fácil acesso para os estudantes. Empenho dos profissionais”;

“Empenho dos profissionais”;

“Não identifico outros pontos”.

Como ponto negativo foi apresentado por 10% o “atraso no repasse das verbas para pagamento das bolsas” e por 10 %, a “dificuldade de aquisição de materiais no início do curso”.

Ainda com foco nas experiências e em pontos de melhoria incluiu-se a seguinte pergunta, como obrigatória, no formulário para os participantes da amostra de agentes de atuação: “O que você acredita que poderia ser feito para melhorar ou expandir programas como o Pronatec?”

“Penso que essa parceria Pronatec e Pedro II foi perfeita, para melhorar nada a acrescentar, mas que pudesse ter mais cursos onde as pessoas pudessem participar”;

“Avançar para além do CPII”;

“Considero a proposta do programa bem completa”;

“A regularidade da entrega das bolsas e passagens dos alunos”;

“Divulgação”;

“Ofertar cursos que sejam próximos à residência dos alunos; horário de término das aulas noturnas não ultrapassar às 20:30 porque muitos pegam trem e mais tarde do que isso dificulta o retorno deles pela escassez do transporte e como consequência eles acabam não permanecendo na aula até o final; não haver exigência de prova ao final do curso, pois a maioria trabalha durante o dia e não tem tempo ou disposição para isso (todos os trabalhos e atividades devem ser desenvolvidos e avaliados durante o tempo das disciplinas); ofertar cursos atualizados que atendam às necessidades do mercado de trabalho e com disciplinas curriculares que capacitem e

empoderem os alunos a terem mais empregabilidade (ex: Programação, Enfermagem, Elaboração de Projetos, Assistente de Gestão de Pessoas)”;

“Voltar a expandir o curso para o interior do estado”;

“Investimento”;

“Fechar parcerias com prefeituras do interior, onde a oferta por formação continuada é muito menor”;

“Programa permanente de governo, previsto em lei”.

Sob essa ótica de fatores para melhoria identificados na pesquisa, destaca-se a interiorização dos cursos, prevista na lei de criação do Pronatec, por meio de parcerias com as prefeituras. Ressalta-se que há relato de agentes de atuação exaltando a oportunidade de participar de um projeto no interior, oriundo do CPII, assim como solicitando a retomada desse programa ou de projetos similares.

Na amostra de agentes de atuação, no mesmo intuito de identificar as experiências, ao serem indagados sobre o relato de outra informação, experiência ou sugestão obtiveram-se três respostas, que são descritas a seguir:

“Oferta de mais cursos que atendam a demanda social”;

“Trabalhei também como professora na disciplina de ética e cidadania, e o aluno falou pra mim “vim aprender ética e estou terminando o curso querendo fazer faculdade”. Foi muito gratificante”;

“Apenas agradecer por ter feito parte dessa história”.

Para composição da memória coletiva dos(as) ex-alunos(as), foram encaminhadas as seguintes perguntas: “Como foi a sua experiência ao participar do Pronatec? Quais foram os principais aprendizados para a sua vida?”. Para a organização das respostas, considerando o agrupamento de palavras e frases com mesmo sentido, das 39 respostas recebidas, obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 10 - Ex-Alunos(as) - Aprendizados e Experiências

Boa	6
Muito boa	8
Ótima	4
Produtivo, com bons conhecimentos	5
O curso como um todo	5
Foi incrível, professores extremamente qualificados, aulas com material de apoio, organização da escola.	8
Outros	3

Fonte: A autora, 2024

Nessa mesma pergunta obtiveram-se respostas no item “outros”, conforme os relatos abaixo:

“Eu aprendi muito a lidar com o ser humano”;

“As oportunidades são apresentadas e devemos aproveitar”;

“Além de conhecer pessoas muito legais, principalmente a professora de Francês, durante o curso, eu consigo hoje entender o básico da língua me ajudando a me comunicar e ajudar outras pessoas com o mesmo objetivo”.

Diante do exposto, e considerando as unidades da tabela acima, identificamos que as experiências e aprendizados relatados pelos(as) ex-alunos(as) apresentam os seguintes índices: 19,35% consideraram boa; 25,81%, muito boa; 12,90%, ótima; 9,68%, produtivo com bons conhecimentos; 9,68%, o curso como um todo; 12,90%, professores qualificados, material de apoio e organização da escola; e 9,68%, no item outros, conforme relatos acima.

Considerando ainda o levantamento das experiências, 4 participantes, ou seja, 9,68% da amostra desses(dessas) ex-alunos(as), ao serem indagados(as) sobre o compartilhamento de outras informações e sugestões, responderam o seguinte:

“Gostaria de ter continuidade nos cursos de idiomas. Fiz o básico apenas”;

“Seria de grande valia ter extensão dos mesmos”;

“Foi uma oportunidade única. O ambiente e as trocas de experiências foram motivadoras. A minha base da língua francesa foi construída no Pedro II e graças a essa base, hoje eu trabalho falando francês em uma empresa francesa de 500 funcionários”;

“Fui muito incentivada a volta a estudar, a fazer minha faculdade, pelos professores e diretores, a experiência neste colégio foi única, nunca conheci um colégio de tanta credibilidade, queria voltar a estudar lá, sonho que a minha filha consiga também estudar lá”;

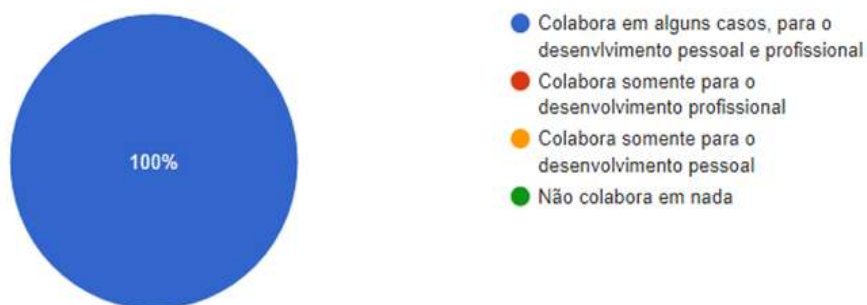
“O Colégio Pedro II deveria dar mais cursos de música”.

Segundo Ramos (2014), a integração diz respeito a uma concepção de formação humana que tem como base todas as dimensões indissociáveis da vida humana, o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, no processo educativo.

A Formação Inicial e Continuada (FIC), prevista no Art. 39 da Lei Nº 9.394/98 e normatizada pelo Decreto nº 5.154/04, constitui-se num processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de trabalhadores para sua inserção ou re(inserção) no mundo do trabalho, com vistas ao exercício profissional.

Sob o prisma das atividades de formação inicial e continuada, indagou-se aos agentes de atuação sobre a colaboração, ou não, no desenvolvimento dos indivíduos. O gráfico demonstra que 100% consideram que os cursos colaboram, em alguns casos, para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Gráfico 22 - Agentes de Atuação - Percentual de colaboração dos cursos de Formação Inicial e Continuada na formação de indivíduos

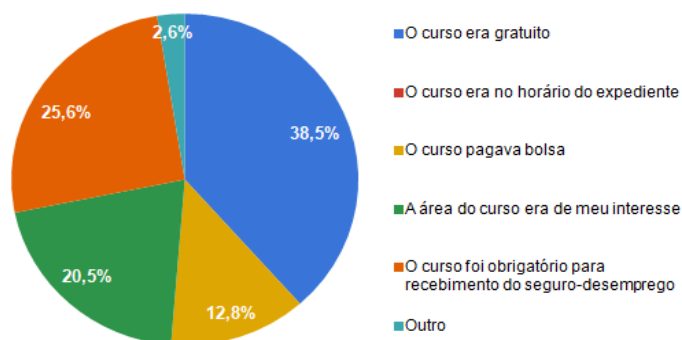


Fonte: A autora, 2024

Segundo Gramsci (1968), a escola, enquanto uma dimensão cultural da sociedade, insere-se como uma concepção geral da vida, uma filosofia ética, política e prática, uma verdadeira “filosofia da práxis” que deve oferecer dignidade aos sujeitos sociais permitindo que sejam dirigentes e, ao mesmo tempo, que se oponham às ideologias autoritárias e conservadoras, servindo-lhes como princípio político-pedagógico de luta, em prol da construção de uma sociedade socialista autenticamente democrática.

Nessa perspectiva, buscou-se desvelar de que maneira os cursos impactaram a vida dos(as) ex-alunos(as) após sua participação, e para esse fim apresentamos os gráficos e as considerações a seguir.

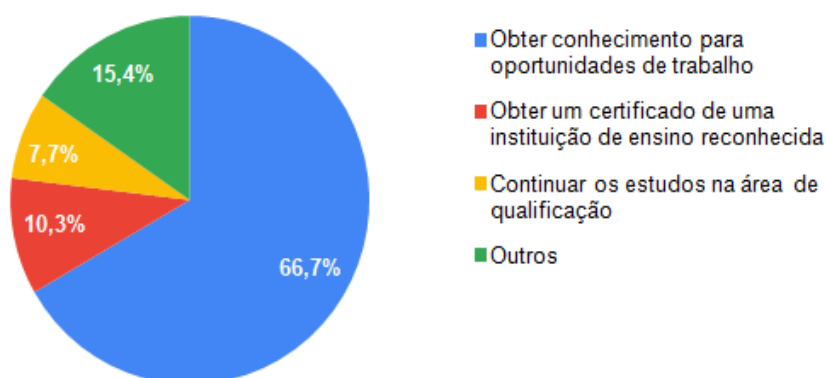
No primeiro momento questionamos o motivo pelo qual se matricularam nos cursos. Dos 39 participantes, obteve-se como resposta: 38,5% porque o curso era gratuito; 25,6% porque o curso foi obrigatório para recebimento do seguro-desemprego; 20,5% porque a área do curso era de seu interesse; 12,8% informaram que era porque o curso pagava bolsa; e 2,6% responderam no item “outro” o seguinte: “Foi minha mãe que me inscreveu”.

Gráfico 23 - Ex-Alunos(as) - Motivo para a realização da matrícula

Fonte: A autora, 2024

Posteriormente buscou-se perceber qual era o objetivo para concluir o curso. Dos 39 participantes, a grande maioria, ou 66,7%, informou que era para obter conhecimento para oportunidades de trabalho; 10,3% para obter certificado de uma instituição de ensino reconhecida; 7,7% para continuar os estudos na área de qualificação; e 15,4% responderam ao item “outros” da seguinte forma:

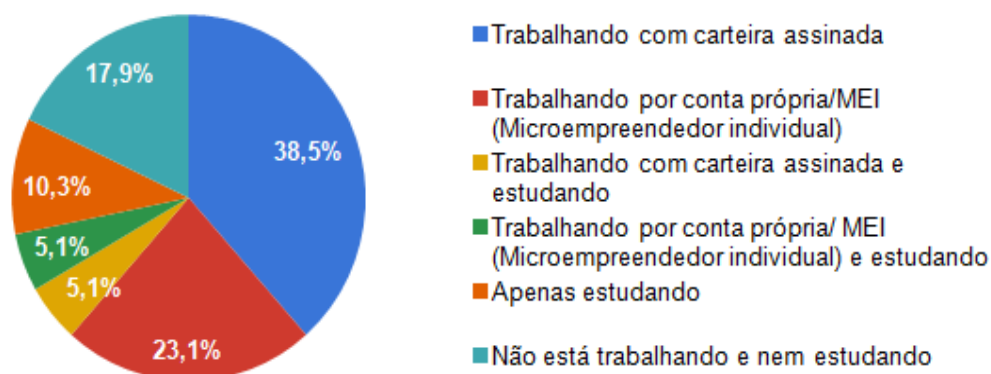
“Seguro desemprego” (4 participantes) ;
 “Era para aprender francês”;
 “Nenhum motivo.

Gráfico 24 - Ex-Alunos(as) - Objetivo para a conclusão do curso

Fonte: A autora, 2024

Dando prosseguimento à coleta de dados voltada à amostra de ex-alunos(as), no intuito de perceber suas vivências inerentes à continuidade dos estudos e o mundo do trabalho após a conclusão do curso, inseriu-se a seguinte pergunta para os 39 respondentes: “Atualmente você está”...

Gráfico 25 - Ex-Alunos(as) - Percentual da empregabilidade e da continuidade dos estudos

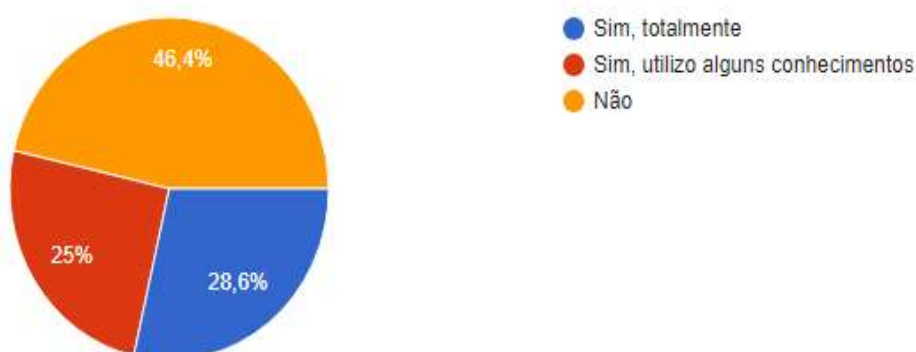


Fonte: A autora, 2024

Dos 39 respondentes, 28, ou 71,8%, responderam que estavam trabalhando, considerando que 38,5% trabalhavam com carteira assinada; 23,1%, por conta própria/MEI; 5,1%, com carteira assinada e estudando; e 5,1% trabalhavam por conta própria/MEI e estudavam. Quanto aos demais participantes, 10,3% responderam que estavam apenas estudando; e 17,9% não estavam trabalhando nem estudando.

Para os 28 participantes que responderam que estavam trabalhando, indagou-se: “Você atualmente trabalha na área em que se qualificou no curso Pronatec-FIC?”. 28,6% responderam que sim, totalmente; 25%, sim, utilizo alguns conhecimentos, o que totaliza 53,6% do rol de participantes; e 46,4% informaram não utilizar.

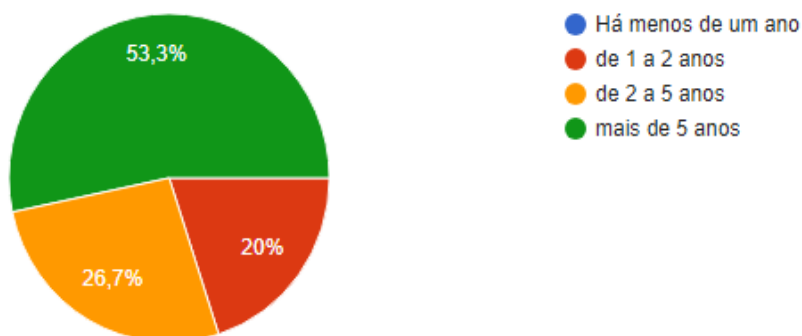
Gráfico 26 - Ex-Alunos(as) - Índice de conhecimento utilizado do curso FIC após o término



Fonte: A autora, 2024

Ainda na amostra de ex-alunos(as) foi indagado para o rol de 53,6%, ou seja, ex-alunos(as) que utilizavam conhecimentos dos cursos totalmente ou parcialmente: “Há quanto tempo você trabalha na área profissional em que se qualificou no curso Pronatec-FIC?” 20% responderam de 1 a 2 anos; 26,7%, de 2 a 5 anos; e 53,3%, mais de 5 anos.

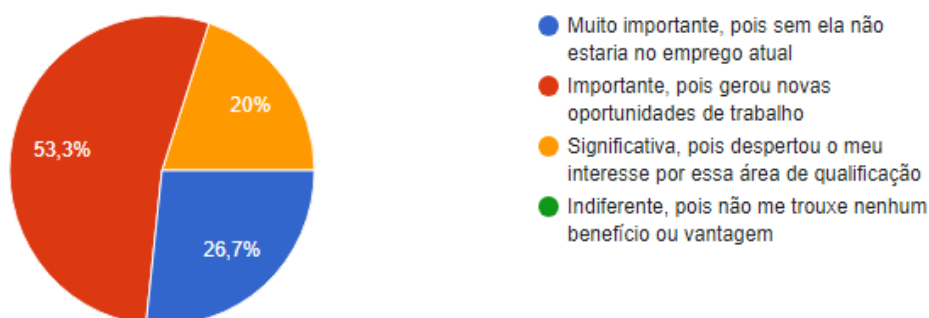
Gráfico 27 - Ex-Alunos(as) - Percentual de tempo na área profissional com os conhecimentos do curso



Fonte: A autora, 2024

Nessa perspectiva, indagou-se, para esse rol de 53,3%, sobre a utilização dos conhecimentos adquiridos no curso FIC o seguinte: “Para a atividade que você exerce no seu trabalho atual, como você considera o desenvolvimento profissional obtido com a realização do curso PRONATEC-FIC?”. Foram identificados parâmetros muitos positivos, uma vez que 26,7% consideraram “muito importante”, pois sem ela não estaria no emprego atual; 53,3% consideraram “importante”, pois gerou novas oportunidades de trabalho; e 20%, “significativa”, pois gerou meu interesse por essa área de qualificação, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 28 - Ex-Alunos(as) - Percentual de satisfação obtido com o curso FIC



Fonte: A autora, 2024

Considerando ainda uma possível contribuição dos cursos na vida dos participantes para aqueles que nos informaram que “estavam apenas estudando” ou “não estavam trabalhando nem estudando” (gráfico 25) e para os que responderam que não trabalhavam atualmente na área em que se qualificaram, indagou-se para os 24 participantes: “Após a conclusão do curso Pronatec –FIC, em algum momento você trabalhou na área que se qualificou? Obteve-se o seguinte resultado: 12,5% informaram que trabalharam na área em que participaram do curso; 50% 12 informaram que não conseguiram vaga de trabalho na área; 16.7% informaram não ter interesse de trabalhar na área; 4,2% informaram que não trabalharam porque encontraram trabalho melhor em outra área; 12,5% informaram que priorizaram os estudos; e 4,2% responderam o item “outro” da seguinte forma:

“O curso de francês me proporcionou compreender artigos científicos e conseguir me comunicar no exterior durante uma viagem para congresso”.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

Esta pesquisa, no âmbito do mestrado do PROFEPT, apresenta como produto educacional (PE) um livro digital, ou seja, um *e-book*. O tema que abarca o produto é primordial, uma vez que tem o objetivo de recuperação da trajetória da memória, levando a uma discussão sobre história e memória em que a memória, para se tornar história, deve ser esclarecida por métodos científicos.

A relevância desse produto dá-se por organizar informações e dados históricos referentes ao Pronatec, no Colégio Pedro II, e por oferecer uma chance de apresentar esses dados técnicos, experiências e experiências dos participantes vinculados a esse lugar de memória.

O interesse de desenvolver o produto educacional voltado à (re)composição da história e memória do Pronatec deve-se ao fato de a autora ter tido experiências profissionais, uma vez que atuou como supervisora de cursos, no ano de 2012, coordenadora adjunta, em 2013, e coordenadora-geral, de 2013 a 2015, identificando as lacunas existentes nas publicações da instituição no que diz respeito à execução integral do programa.

De acordo com Serra (2015), os *e-books* podem ser adotados para apresentar os resultados de pesquisas educacionais como também podem servir de material didático na educação profissional e tecnológica.

Para Chisté-Leite (2018), o trabalho final do curso deve incluir um relato fundamentado dessa experiência, do qual o produto educacional desenvolvido é parte integrante. A obrigatoriedade referente à elaboração do produto educacional promoveu a necessidade de a Capes criar parâmetros a serem seguidos pelos programas de pós-graduação que assegurassem uma boa avaliação dessas produções e dos programas de pós-graduação.

A metodologia adotada para a elaboração desse *e-book* considerou um estudo de caso com abordagem quantitativa/qualitativa. O desenvolvimento do produto educacional foi realizado inicialmente por meio do levantamento de dados técnicos de execução e posteriormente por envio de formulários eletrônicos aos participantes do programa para o resgate da memória.

O produto educacional foi organizado em seções, da seguinte maneira: Resumo; Apresentação; Trabalho, Educação e Formação Omnilateral; EPT e a Dualidade Estrutural; Breve Histórico do Colégio Pedro II; Memória, História e o Colégio Pedro II; A Formação Continuada Inserida na Extensão como um dos Pilares da RFECPT; O Pronatec no Colégio Pedro II; e as Considerações Finais.

Figura 13 - Capa do Produto Educacional

Fonte: A autora, 2024

7. CONCLUSÕES

Considerando-se a análise dos resultados e discussões apresentadas, no que cerne à fundamentação teórica baseada na perspectiva do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels, que compreende as contradições dos processos históricos do homem e consequentemente da forma de organização, alcançou-se resposta à indagação desta pesquisa: Quais e de que maneira foram empreendidas as ações, pelo Colégio Pedro II, na implementação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Pronatec? Quais seus resultados?

As políticas públicas educacionais brasileiras da EPT, incluindo o Pronatec, apresentam sua base na lógica neoliberal determinada pela hegemonia capitalista, salientando-se como fator de influência preponderante a apropriação da parcialidade do trabalhador, tornando-o mais flexível e adaptável às necessidades do processo produtivo do mundo do trabalho.

Convém evidenciar que seu fulcro principal é resgatar a memória institucional e registrar a história da implementação do Pronatec no CPII, durante o período de 2012/1 a 2018/2, não apenas apresentando e analisando os aspectos técnicos do programa, mas também as experiências, percepções e contribuições de todos os envolvidos.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, a coleta de informações empíricas e as análises sobre o objeto geraram uma interpretação do movimento da realidade, num contexto de relações sociais contraditórias, revelando ao seu final que a construção e articulação dos resultados de cada uma das etapas da pesquisa conduziram o estudo ao alcance da resposta do questionamento inicial, da produção do texto e do produto educacional.

Conforme o que foi apresentado, o Brasil possui um histórico de desigualdade educacional estrutural e tem um longo caminho a percorrer na oferta de educação profissional de qualidade para todos, em especial na criação e ampliação de escolas técnicas teóricas e práticas que tenham o trabalho como princípio educativo.

De 1909 a 2008, a EPT esteve à margem das políticas de Educação Básica (EB), pois as normativas legais, como as leis de diretrizes e bases, não incorporavam a educação básica. Assim, entende-se que a Lei nº 11.741/2008 foi um avanço para a EPT, na medida em que passou a ser tratada como modalidade da EB.

O grande marco histórico da EPT foi a expansão da rede federal de educação tecnológica, juntamente com a ampliação de suas funções para o ensino superior integrado

com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico, ocorrida por meio da publicação da Lei nº 11.892, de 29 de fevereiro de 2008, que criou os Institutos Federais e expandiu o acesso à EPT nos últimos anos.

Debater a escola pública significa defender um projeto societário em que os objetivos se voltem para uma educação de formação humana ampla e emancipatória, desinteressada no capitalismo. No entanto, não é possível ignorar que as políticas públicas para a educação profissional, além de carregarem a dualidade estrutural, são marcadas também pela presença da delicada relação público-privado que se efetiva a cada novo programa.

Para Frigotto (2005), a responsabilidade da escola pública de construir um ser humano omnilateral, via currículo integrado e integral, é fundamental. O desenvolvimento de práticas que promovam a formação integral dos indivíduos é necessário e deve contemplar, de forma inseparável, a formação para o trabalho e para sua cidadania.

É certo que para se construir a autonomia dos alunos é preciso possibilitar-lhes conhecer, questionar e problematizar as relações contraditórias e conflitantes estabelecidas entre o trabalho, os modos de produção e a sociedade capitalista. Diante disso, é necessário que se elaborem políticas públicas voltadas para a formação de um trabalhador que tenha consciência de seu papel político, econômico e social e que, portanto, não seja alienado aos sistemas produtivos.

Traçar a educação como dever moral de aprimoramento social requer a compreensão de educação pelo Estado, que, assim entendida, se transforma num mecanismo de direito social que se reflete como um dos elementos da providência de igualdade social.

Não se trata de defender uma educação emancipadora que negue o mundo do trabalho, mas de considerar que a educação, sobretudo a educação profissional, pela especificidade de formar para o trabalho, tem a missão social de interagir com o contexto sociopolítico, cultural, científico, tecnológico, econômico e financeiro.

Se considerarmos que o curso FIC pode ser o início de uma trajetória na Educação Profissional e que a elevação do nível de escolaridade também contribui para autonomia do cidadão, obteremos uma perspectiva favorável para sua oferta. Sabe-se que o Pronatec/FIC não tem como finalidade elevar a escolaridade dos alunos, porém, conforme os relatos apresentados, a realização dos cursos oportunizou aos alunos o convívio com os agentes de atuação que os orientaram a ir além da qualificação profissional.

Segundo Freire (1983):

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir

até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo (Freire,1983, p. 13).

Ao considerarmos o resultado inerente à utilização dos conhecimentos adquiridos nos cursos FIC na vida laboral dos participantes que atualmente estão trabalhando, uma vez que 28,6% responderam que sim, totalmente; e 25%: sim, utilizo alguns conhecimentos, o que totaliza 53,6%, observam-se, nesse sentido, esforços para um formação voltada para o trabalho como princípio educativo.

Para Gramsci, a relação entre trabalho e educação é histórica-social, pois foi formada por cada sociedade até chegar à forma como hoje está construída. A escola, segundo Gramsci (2014, p. 19) é um “instrumento para elaborar intelectuais de diversos níveis”. Nesse sentido, “a diferente distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território “econômico” e as diferentes aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual”.

Por fim, não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são individuais: pessoas, e não grupos lembram-se. Mesmo quando Maurice Halbwachs (2013) afirma que a memória individual não existe, sempre escreve “eu me lembro”. Dessa forma, se toda memória fosse coletiva seria necessário somente uma pessoa para uma cultura inteira. Porém, temos consciência de que não é assim. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada. Por essa razão cada indivíduo tem algo para contribuir com a memória social.

Dado o exposto, e conseqüentemente a partir da apresentação detalhada dos dados técnicos, dos relatos de experiências, vivências e aprendizados descritos, assim como do aceite para a divulgação dessa informações, pretende-se, por meio do livro digital (*e-book*), trazer à tona essa memória coletiva que se traduz na história do Pronatec no CPII.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações do mundo do trabalho, na era da mundialização do capital**. Marília. UNESP 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BOCLIN, Beatriz et al. **Memória Histórica do CPEI: 180 anos de história na Educação do Brasil**, 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL. Anais do Império, vol.,4, 1839. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/ip_anaisimperio_digitalizados.asp

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 75, de 15-10-2013. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927. Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18653, 26 ago. 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts.39 a 41 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 26 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 25 abr. 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6096-24-abril-2007-553447->

norma-pe.html. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreta%3A,Paragrafo%20%C3%BAnico>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.118, de 10 de outubro de 2013. Altera o Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012, que dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 out. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8118.htm. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 27 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.677 de 2 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 2, 26 jun. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112677.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: conheça a história e as ações do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

BRASIL Ministério da Educação. **Manual de Gestão da Bolsa-Formação**. 3. Edição. [2011]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/publicacoes/Manual_de_gesto_bolsa_formao_2021.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL .Ministério da Educação. **PNE em movimento**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia PRONATEC de Cursos FIC**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36436-guia-pronatec-de-cursos-fic>. . Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012**, aprovado em 9 de maio de 2012 – Estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN112012.pdf?query=FUNCIONAMENTO. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.209, de 29 de abril de 2011**. Visa criar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio; 9.394, de 20 de dezembro 1996, 210 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=500079>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRITO, Leonardo. Leonidas. Politecnia da aprendizagem e a centralidade do trabalho em proudhon: alguns breves apontamentos. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 19, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11235>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CODELLO, Francesco. **A boa educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill, v. I: A teoria**. São Paulo: Editora Imaginário, 2007. Disponível em: <https://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2012/08/A-boua-educacao.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **Propgpec foca em ações de incentivo à pesquisa e à extensão: ações da Propgpec: balanço em 2014**. 2015. Disponível em: https://cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/211-noticias2015/2514-propgpec.html Acesso em: 06 fev. 2023.

COLÉGIO PEDRO II. **Relatório de gestão do exercício de 2011**. Rio de Janeiro. CPII. 2018. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content->

component/article-categories/8530-relat%C3%B3rios-anuais-de-atividades-da-auditoria-interna.html. Acesso em: 05 mar. 2023.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. 2020c. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **Planejamento Estratégico Institucional (2019-2023)**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9835-planejamento-estrat%C3%A9gico-2019-2013.html>. Acesso em: 04 fev. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9720-pdi.html>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CORBUCCI, P. R. et al. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. C. de, (Orgs). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília – DF – IPEA, 2009, p. 91-108. doi: 10.11606/T

CORROCHANO. M. C. **O trabalho e a sua ausência**: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi: 10.11606/T.48.2008.tde-06042009-102813. Acesso em: 22 jul. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CIAVATTA, Maria. A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, ano 3 n. 3, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 out. 2023.

CIAVATTA, Maria. O materialismo histórico e a pesquisa em educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, p. 1-15, abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2022.13896>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13869>. Acesso em: 25 maio 2023.

CUNHA, L. A. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. São Paulo: UNESP, 2000. 190 p.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. **Assembleia Geral das Nações Unidas**. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 out. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. BUENO, Maria Sylvia Simões. O público e o privado na educação. In: WITMANN, L.C. GRACINDO, R. V. (orgs.). **Políticas e Gestão da Educação**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. **Estrutura e funcionamento dos Centros Federais de Educação Tecnológica**. Trabalho apresentado na XXX REDITEC, 2006, Fortaleza, CE.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 2v, 1961.

FONSECA, Janilson Gomes da; FERREIRA DOS SANTOS, Maria Aparecida. PRONATEC FIC: uma avaliação da eficiência, eficácia e da efetividade dos cursos oferecidos pelo programa. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 16, p. 1-22, mar. 2019. DOI:10.15628/rbept.2018.xxxx. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7860>. Acesso em: 29 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 165 p. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2013.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21. p. 211-260, jun. 2000. Disponível em: <https://www.ipe.gov.br/ppp/inex.php/article/viewFile/89/158> . Acesso em: 27 set. 2022

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. #ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GALLINDO, Erica L.; FERES, Marcelo M.; SCHROEDER, Nilva. O Pronatec e o Fortalecimento das Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. *In*: MONTAGNER, Paula; MULLER, Kuis Herberto. Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014. **Cadernos de Estudos**, n. 24 – “Desenvolvimento Social em Debate”. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Educação (MEC), p. 21-45, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GODOI, J.; CAMPOS, R. A relação público-privado que se estabelece no PRONATEC no Ensino Médio Profissionalizante. **Roteiro**, Joaçaba – SC, v. 39, Edição especial, 2014. P. 183-204.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. **Maquiavel e notas sobre o estado e a política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Cadernos do Cárcere, v. 3)

GRAMSCI, A. **O Rissorgimento**: notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Cadernos do Cárcere, v. 5)

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

KASSICK, Clovis Nicanor. Pedagogia libertária na história da educação brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 32, p. 136-149, dez. 2008. Disponível em: https://old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5095/art09_32.pdf. Acesso em: 19 julho 2024.

KUENZER, Acácia. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 2001.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. *In*: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LEHER, Roberto. **A Ideologia da Globalização na Política de Formação Profissional Brasileira**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n. 4, p. 117-134, Aug./1998.

LEITE, Priscila Souza Chisté. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino**: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **CIAIQ 2018**, v. 1, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lucília Regina. **Politécnica, escola unitária e trabalho**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez Editora, 1991.

MAGALDI, Ana Maria e Gondra, José (org.). **A reorganização do campo educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANFREDI, Silvia. Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Porto. Publicações. Escorpião. 1985.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: 31. ed. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. In: ANTUNES, R. (Org). **A dialética do trabalho II**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 16, n. 17, p. 179-200, 2003. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2196>. Acesso em: 02 de out. 2022.

MOURA, D, H. e A. L. S. HENRIQUE. **PROEJA; entre desafios e possibilidades**. Revista Holos. Ano 28, vol. 2, 2012.

NEVES, Ricardo Dias. **O Colégio Pedro II no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: Aspectos Legais. 2021**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação de Educação Profissional e Tecnológica - Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

NOGUEIRA, M. D. P. (org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 02 out. 2022.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação** v. 12, n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234.pdf> . Acesso em: 02 out. 2022.

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS**. Campinas – SP: Papyrus, 2003.

OLIVEIRA, HC de; SANTOS, JSP dos; CRUZ, Eduardo Franco Correia. O mundo do trabalho: concepções e historicidade. In: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 28 a 30 agosto, 2007, São Luís - MA. Anais [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppiii/html/trabalhos/eixotematicob/178d5144a74686f5b7ffhilderline%20c%c3%82mara_joseneide%20santos_eduardo%20cruz.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

PACHECO, Eliezer Moreira. Bases para uma Política Nacional de EPT (2008). **Linhas Críticas**, v. 16, n. 30, 71-88. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v16i30.3568>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 10 out. 2022.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 2011.

PROUDHON, P. J. **Da justiça na revolução e na igreja**: filosofia, justiça e ‘politecnia da aprendizagem’. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2019.

RAMOS, Marise. A educação tecnológica como política de estado. *In*: OLIVEIRA, Ramon de (Org). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional**: políticas públicas em debate. Campinas: Papirus, 2012.

REGATTIERE, M.; CASTRO J. M. **Ensino Médio e Educação Profissional**: desafios da integração. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 12. ed. São Paulo: Cortez; São Paulo: Autores Associados, 1992.

RODRIGUES, V. M. O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S.l.], v. 4, n. 2 ago./dez. 2016. DOI: 10.14393/REPOD-v4n2a2015-34562. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/34562>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. *In*: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Geive (org). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte. Autentica, 2003.

SANTOS, Danielle Barbosa. FRANÇA, Robson Luiz de. **Reestruturação produtiva do mundo do trabalho e a formação profissional tecnológica**. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 6, p. 50-63. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/9302/7487>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SAVIANI. Demerval. **Pedagogia histórico crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 1991.

SAVIANI. Demerval . **Escola e Democracia**: Polêmicas do nosso tempo. 36. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, abr. 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SERRA, Liliana Giusti. **Os livros eletrônicos e as bibliotecas**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-01122015-101516/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SCHWARTZ, Yves; DOURRIVE, Louis (org.). **Trabalho e Ergologia**: Conversas sobre a atividade Humana. Niterói: EdUFF, 2007.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**. Tradução: Altensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 212 p.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE

1. OBJETIVO: Construir um produto educacional em formato de e-book para inclusão no acervo de memória e documentação do Colégio Pedro II, apresentando as ações implementadas e resultados obtidos nos cursos de formação inicial e continuada (FIC), durante o período de 2012 a 2017, por meio de um diagnóstico da situação atual dos ex-alunos frente ao mundo do trabalho.

2. PROCEDIMENTOS: Ex-alunos: a sua participação consistirá em: responder questionário constituído de perguntas fechadas e abertas, disponibilizados através do link do *Google forms* para levantamento e posterior compilação dos dados coletados visando a identificação dos resultados do curso em suas vidas. Profissionais que participaram do programa: a sua participação consistirá em: responder questionário constituído de perguntas fechadas e abertas, disponibilizados através do link do *Google forms* visando a identificação de pontos de melhoria para projetos futuros que versam sobre o mesmo tema.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, é possível que os participantes se sintam constrangidos ao cooperar com a pesquisa por se julgarem violados em expor seus pontos de vista. Os riscos são de natureza subjetiva, pois os possíveis danos recaem sobre o psicológico dos participantes. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a possibilidade de tomar medidas preventivas, como esclarecer aos quanto à confidencialidade da pesquisa, pois ela está norteada por princípios éticos, e que, portanto, se compromete em resguardar o caráter confidencial das informações fornecidas pelos participantes. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: apresentação da trajetória da implementação dos PRONATEC, considerando os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e seus resultados, sob as perspectivas dos egressos, verificando o impacto em suas vidas pessoais e profissionais. Contribuir de forma reflexiva sobre a importância de se formalizarem projetos pedagógicos que integrem de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador. Caso você concorde em participar, as páginas

serão rubricadas e a última página será assinada por você e pelo pesquisador. O pesquisador garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso à pesquisadora Andréa Chianello pelo telefone (21) 999882902, ou pelo e-mail: pronateccp2pesquisa2024@gmail.com Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante	Data: / /2024.
-------------------------------	----------------

Eu, Maria da Conceição Novaes Dias obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do (a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: / /2024.
---------------------------------	----------------

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM EX-ALUNOS : “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no Colégio Pedro II: análise da história das ações dos cursos de formação inicial e continuada (FIC)”.

Caro (a) ex-aluno (a) que participou do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no Colégio Pedro II.

É com grande entusiasmo que apresentamos este pequeno questionário, parte integrante de uma pesquisa que busca resgatar a memória institucional e registrar a história da implementação do PRONATEC no Colégio Pedro II, durante o período de 2012 a 2017. Esta pesquisa é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), e tem como objetivo não apenas compreender os aspectos técnicos do programa, mas também as experiências, percepções e contribuições de todos os envolvidos.

Agradecemos antecipadamente pela sua participação e pelo compartilhamento de suas vivências.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - MAIORES DE IDADE

1. OBJETIVO: Construir um produto educacional em formato de e-book para inclusão no acervo de memória e documentação do Colégio Pedro II, apresentando as ações implementadas e resultados obtidos nos cursos de formação inicial e continuada (FIC), durante o período de 2012 a 2017, por meio de um diagnóstico da situação atual dos ex-alunos frente ao mundo do trabalho.

2. PROCEDIMENTOS: Ex-alunos: a sua participação consistirá em: responder questionário constituído de perguntas fechadas e abertas, disponibilizados através do link do *Google forms* para levantamento e posterior compilação dos dados coletados visando a identificação dos resultados do curso em suas vidas. Profissionais que participaram do programa: a sua participação consistirá em: responder questionário constituído de perguntas fechadas e abertas, disponibilizados através do link do *Google forms* visando a identificação de pontos de melhoria para projetos futuros que versam sobre o mesmo tema.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, é possível que os participantes se sintam constrangidos ao cooperar com a pesquisa por se julgarem violados em expor seus pontos de vista. Os riscos são de natureza subjetiva, pois os possíveis danos recaem sobre o psicológico dos participantes. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a possibilidade de tomar medidas preventivas, como esclarecer aos quanto à confidencialidade da pesquisa, pois ela está norteada por princípios éticos, e que, portanto, se compromete em resguardar o caráter confidencial das informações fornecidas pelos participantes. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: apresentação da trajetória da implementação dos PRONATEC, considerando os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e seus resultados, sob as perspectivas dos egressos, verificando o impacto em suas vidas pessoais e profissionais. Contribuir de forma reflexiva sobre a importância de se formalizarem projetos pedagógicos que integrem de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo,

sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador. Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pelo pesquisador. O pesquisador garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso à pesquisadora Andréa Chianello pelo telefone (21) 999882902, ou pelo e-mail: Pronateccp2pesquisa2024@gmail.com Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

Atenciosamente,
Andréa Chianello.

*Preenchimento Obrigatório

1. Li o Termo de consentimento livre e esclarecido e aceito responder a pesquisa *

Sim

Não aceito responder a pesquisa

2. Perfil*

Gênero	Idade	Como você se declara quanto a cor/etnia	
Masculino <input type="checkbox"/>		Branca <input type="checkbox"/>	Preta <input type="checkbox"/>
Feminino <input type="checkbox"/>		Parda <input type="checkbox"/>	Amarela <input type="checkbox"/>
Outros <input type="checkbox"/>		Indígena <input type="checkbox"/>	Não declarada <input type="checkbox"/>

3. Identifique o curso que você frequentou: *

Almoxarife

Agente Cultural

Agente Comunitário de Saúde

Agente de Gestão de Resíduos Sólidos

Assistente de Produção Cultural

Assistente Escolar

Assistente Financeiro

- Auxiliar Administrativo
- Auxiliar de Saúde Bucal
- Auxiliar de Secretaria Escolar
- Auxiliar Web Designer
- Cuidador Infantil
- Espanhol Básico
- Francês Básico
- Higienista em Serviços de Saúde
- Inspetor Escolar
- Inglês Básico
- Inglês Intermediário
- Montagem Manutenção de Computadores
- Musico de Banda
- Programador Web Designer
- Reciclador
- Organizador de Eventos
- Recepcionista
- Recepcionista em Serviços de Saúde
- Outro. Qual? _____

4. Em que ano você concluiu o no curso PRONATEC-FIC?*

- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- 2018

5. Qual foi o motivo que o levou a matricular-se no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) do PRONATEC? *

- O curso era gratuito
- O curso era no horário do expediente
- O curso pagava bolsa
- A área do curso era de meu interesse
- O curso foi obrigatório para recebimento do seguro-desemprego
- Outro: _____

EMPREGABILIDADE

6. Atualmente você está: *

- Trabalhando com carteira assinada
- Trabalhando por conta própria/MEI (Microempreendedor individual)
- Trabalhando com carteira assinada e estudando
- Trabalhando por conta própria/ MEI (Microempreendedor individual) e estudando
- Apenas estudando. **(Ir para a pergunta 10)**
- Não está trabalhando e nem estudando – **(Ir para a pergunta 10)**

7. Você atualmente trabalha na área em que se qualificou no curso PRONATEC-FIC? *

- Sim, totalmente

- Sim, utilizo alguns conhecimentos
 Não (**Ir para pergunta 10**)

(Somente responder as perguntas 8 e 9 quem anterior assinalou sim na pergunta nº 7)

8. Há quanto tempo você trabalha na área profissional em que se qualificou no curso PRONATEC-FIC? *

- Há menos de um ano
 de 1 a 2 anos
 de 2 a 5 anos
 mais de 5 anos

9. Para a atividade que você exerce no seu trabalho atual, você considera que o desenvolvimento profissional obtido com a realização do curso PRONATEC-FIC foi: *

- Muito importante, pois sem ela não estaria no emprego atual
 Importante, pois gerou novas oportunidades de trabalho
 Significativa, pois despertou o meu interesse por essa área de qualificação
 Indiferente, pois não me trouxe nenhum benefício ou vantagem
 Outro: _____

10. Após a conclusão do curso PRONATEC-FIC, em algum momento você trabalhou na área em que se qualificou? *

- Sim
 Não, pois não consegui vaga de trabalho nessa área
 Não, pois não tive interesse em trabalhar nessa área
 Não, porque encontrei trabalho melhor remunerado em outra área
 Não, porque priorizei a continuidade dos estudos em relação ao trabalho
 Outro: _____

11. Qual era o seu objetivo ao concluir PRONATEC-FIC?*

- Obter conhecimento para oportunidades de trabalho
 Obter um certificado de uma instituição de ensino reconhecida
 Continuar os estudos na área de qualificação
 Outro: _____

12. Como você se sentiria em relação à contribuição de suas experiências para a criação de um *e-book* (livro digital) que registre a memória do PRONATEC no Colégio Pedro II?*

- Muito Satisfeito
 Satisfeito
 Insatisfeito
 Prefiro não opinar

13. Como foi a sua experiência ao participar do PRONATEC? Quais foram os principais aprendizados para sua vida?*

14. Há alguma outra informação, experiência ou sugestão que você gostaria de compartilhar em relação ao PRONATEC no Colégio Pedro II?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO COM PROFISSIONAIS (AGENTES DE ATUAÇÃO) QUE ATUARAM NO PROGRAMA: “História das ações dos cursos de formação inicial e continuada (FIC) do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), no Colégio Pedro II”

Caro (a) profissional que participou do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no Colégio Pedro II,

É com grande entusiasmo que apresentamos este pequeno questionário, parte integrante de uma pesquisa que busca resgatar a memória institucional e registrar a história da implementação do PRONATEC no Colégio Pedro II, durante o período de 2012 a 2017. Esta pesquisa é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), e tem como objetivo não apenas compreender os aspectos técnicos do programa, mas também as experiências, percepções e contribuições de todos os envolvidos.

Agradecemos antecipadamente pela sua participação e pelo compartilhamento de suas vivências.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

1. OBJETIVO: Construir um produto educacional em formato de e-book para inclusão no acervo de memória e documentação do Colégio Pedro II, apresentando as ações implementadas e resultados obtidos nos cursos de formação inicial e continuada (FIC), durante o período de 2012 a 2017, por meio de um diagnóstico da situação atual dos ex-alunos frente ao mundo do trabalho.

2. PROCEDIMENTOS: Ex-alunos: a sua participação consistirá em: responder questionário constituído de perguntas fechadas e abertas, disponibilizados através do link do *Google forms* para levantamento e posterior compilação dos dados coletados visando a identificação dos resultados do curso em suas vidas. Profissionais que participaram do programa: a sua participação consistirá em: responder questionário constituído de perguntas fechadas e abertas, disponibilizados através do link do *Google forms* visando a identificação de pontos de melhoria para projetos futuros que versam sobre o mesmo tema.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, é possível que os participantes se sintam constrangidos ao cooperar com a pesquisa por se julgarem violados em expor seus pontos de vista. Os riscos são de natureza subjetiva, pois os possíveis danos recaem sobre o psicológico dos participantes. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a possibilidade de tomar medidas preventivas, como esclarecer aos quanto à confidencialidade da pesquisa, pois ela está norteada por princípios éticos, e que, portanto, se compromete em resguardar o caráter confidencial das informações fornecidas pelos participantes. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: apresentação da trajetória da implementação dos PRONATEC, considerando os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e seus resultados, sob as perspectivas dos egressos, verificando o impacto em suas vidas pessoais e profissionais. Contribuir de forma reflexiva sobre a importância de se formalizarem projetos pedagógicos que integrem de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo.

O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador. Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pelo pesquisador. O pesquisador garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso à pesquisadora Andréa Chianello pelo telefone (21) 999882902, ou pelo e-mail: Pronateccp2pesquisa2024@gmail.com Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

Atenciosamente,
Andréa Chianello.

*Preenchimento Obrigatório

1) Li o Termo de consentimento livre e esclarecido e aceito responder a pesquisa *

Sim

Não aceito responder a pesquisa

2) Perfil

Gênero	Idade	Como você se declara quanto a cor/etnia		
Masculino <input type="checkbox"/>		Branca <input type="checkbox"/>	Preta <input type="checkbox"/>	
Feminino <input type="checkbox"/>		Parda <input type="checkbox"/>	Amarela <input type="checkbox"/>	
Outros <input type="checkbox"/>		Indígena <input type="checkbox"/>	Não declarada <input type="checkbox"/>	

3) Qual a função exercida no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) do PRONATEC?*

Coordenador Geral

Coordenador Adjunto

Supervisor

Orientador

Professor

Apoio Operacional

4) Em que ano você participou do PRONATEC-FIC?*

- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- 2018

5) Quais os pontos negativos observados no Programa? *

- Público-alvo heterogêneo
- Público-alvo homogêneo
- Inadequação da infraestrutura (ambiente físico, computadores, datashow, caixas de som, etc.)
- Problemas relativos ao pagamento de bolsas dos estudantes
- Problemas relativos ao pagamento das bolsas dos profissionais
- Outro _____

6) Quais os pontos positivos observados no Programa?*

- Público-alvo heterogêneo
- Público-alvo homogêneo
- Adequação da infraestrutura (ambiente físico, computadores, datashow, caixas de som, etc.)
- Pagamento de bolsas dos estudantes em dia
- Pagamento das bolsas dos profissionais em dia
- Outro _____

7) Você participaria novamente do PRONATEC?*

- Sim
- Não
- Não sei opinar

8) Na sua opinião um Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) colabora, ou não, para o desenvolvimento pessoal e/ou profissional de um indivíduo? *

- Colabora em alguns casos, para o desenvolvimento pessoal e profissional
- Colabora somente para o desenvolvimento profissional
- Colabora somente para o desenvolvimento pessoal
- Não colabora em nada

9) Você acha importante preservar a memória e a história do PRONATEC no CPII ?*

- Muito importante
- Importante
- Significativa
- Indiferente
- Outro: _____

10) Como você se sentiria em relação à contribuição de suas experiências para a criação de um *e-book* (livro digital) que registre a história do PRONATEC no Colégio Pedro II ? *

- Muito Satisfeito
- Satisfeito

- Insatisfeito
- Prefiro não opinar

11) Você tem lembranças específicas ou momentos marcantes relacionados ao PRONATEC no Colégio Pedro II que gostaria de compartilhar?*

- Sim. Quais? _____
- Não
- Prefiro não opinar

12) O que você acredita que poderia ser feito para melhorar ou expandir programas como o PRONATEC? *

13) Há alguma outra informação, experiência ou sugestão que você gostaria de compartilhar em relação ao PRONATEC no Colégio Pedro II?

APÊNDICE D - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PRONATEC

Decreto nº 7.589 de 26 de Outubro de 2011	Institui no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-TecBrasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.
Lei nº 12.513 de 26 de Outubro de 2011	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, altera as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, n. 8.121, de 24 de julho de 1991 e n. 10.260, de 12 de julho de 2001.
Portaria nº 1.568, de 3 de Novembro de 2011	Aprovar o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, disponibilizado no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação.
Resolução CD/FNDE nº 62 de 11 de novembro de 2011	Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2011.
Resolução CD/FNDE nº 72 de 20 de dezembro de 2011	Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011
Resolução CD/FNDE nº 4 de 16 de março de 2012	Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011 e estabelece orientações, critérios e procedimentos para descentralizar créditos orçamentários para as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no âmbito da Bolsa-Formação do Pronatec.
Resolução/CD/FNDE nº 06 de 12 de Março de 2012	Altera a Resolução CD/FNDE nº 04, de 16 de março de 2012, que estabelece critérios e procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego -

	Pronatec.
Portaria nº 1.232, de 5 de outubro de 2012	Aprova a segunda edição do Guia Pronatec de cursos de formação inicial e continuada-FIC
Portaria nº 161, de 06 de março de 2013	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil, na modalidade de educação profissional e tecnológica.
Portaria nº 168, de 07 de março de 2013	Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.
Resolução nº 6, de 12 de março de 2013	Altera a Resolução CD/FNDE nº 04, de 16 de março de 2012, que estabelece critérios e procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.
Resolução nº 8 de 20 de março de 2013	Estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, a estados e municípios, por intermédio dos órgãos gestores da educação profissional e tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2013.
Portaria nº 362 de 26 de abril de 2013	Dispõe sobre alteração no art. 74 da Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013.
Lei nº 12.816, de 05 de julho de 2013	Altera as Leis nos 12.513, de 26 de outubro de 2011(Pronatec); 9.250, de 26 de dezembro de 1995(bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec); 8.212, de 24 de julho de 1991 (incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo); dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais.
Portaria nº 899, de 20 de setembro de 2013	Aprova a terceira edição do Guia Pronatec de Cursos de formação inicial e continuada-FIC
<u>Resolução/CD/FNDE nº 39, de 10 de outubro de 2013</u>	Altera a Resolução CD/FNDE nº 8, de 20 de março de 2013, que estabelece procedimentos

	para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, a estados e municípios, por intermédio dos órgãos gestores da educação profissional e tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec, bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2013.
<u>Portaria MEC n° 114 de 7 de Fevereiro de 2014</u>	Altera a Portaria MEC n° 168, de 7 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.
<u>Portaria n° 701 de 13 de agosto de 2014</u>	Altera a Portaria MEC n° 160, de 5 de março de 2013, que dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.
Portaria n° 817 de 13 de agosto de 2015	Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências
Portaria MEC n° 1152 de 22 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a Rede e-Tec Brasil e sobre a oferta de cursos a distância por meio da Bolsa-Formação, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei n° 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências
Portaria MEC n° 12 de maio de 2016	Aprova a quarta edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC.
Portaria MEC n° 1163 de 9 de novembro de 2018	Altera Portaria MEC n° 817 de 13 de agosto de 2015.
Portaria MEC n° 1042 de 21 de dezembro de 2021	Estabelece as normas para execução da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, instituído pela Lei n° 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

ANEXO A – PARECER DA PLATAFORMA BRASIL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos, para fins de comprovação junto à Plataforma Brasil, que a pesquisadora **Andréa Karla Wanderley Chianello** deu entrada na solicitação de atividade de pesquisa no Colégio Pedro II, com o projeto “**O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no Colégio Pedro II: história das ações dos cursos de formação inicial e continuada (FIC)**”.

O projeto está sendo analisado pelas instâncias devidas, estando sua execução condicionada à apresentação do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa, onde conste a decisão de “projeto aprovado”.

Desta forma, afirmamos a disponibilidade da instituição para a emissão do parecer, condicionado ao documento do Comitê de Ética. Destacamos que, apenas após a autorização emitida pela Plataforma Brasil, a pesquisa poderá ser iniciada no Colégio.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2023.

Ana Carolina Rigoni Carmo
Coordenadora de Pesquisa - Siape 2331591

Ativa Acesso

ANEXO A - Parecer de Anuência

DESEMPENHO DO PROJETO DE PESQUISA

DADOS DE VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) NO COLÉGIO PEDRO II: HISTÓRIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC) 2012-2017
 Pesquisador Responsável: ANDRÉA KARLA WANDERLEY CHIANELLO
 Área Temática:
 Versão: 2
 CAAE: 1300421/2020/0047
 Submissão em: 04/10/2024
 Instituição Proponente: Colégio Pedro II
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Componente de Pesquisa: PG_COMPROVANTE_RECEPCAO_003888

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

LISTA DE APROVAÇÕES DO PROJETO

Aprovação ¹	Pesquisador Responsável ²	Versão ³	Submissão ⁴	Modificação ⁵	Situação ⁶	Excluído do Centro Coleg. ⁷	Ações
PO	ANDRÉA KARLA WANDERLEY CHIANELLO	2	04/10/2024	EMITIDA	Aprovado	Sim	

HISTÓRICO DE TRÂMITES

LEGENDA

(¹) Aprovação

PO = Projeto Original do Centro Coordenador	POc = Projeto Original do Centro Participante	POc = Projeto Original do Centro Coparticipante
E = Emenda do Centro Coordenador	Ep = Emenda do Centro Proponente	Ec = Emenda do Centro Coparticipante

ANEXO B - MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Data: 29/03/2012

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Hora: 16:44

SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À PROGRAMAS E PROJETOS

Página 1

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 14490

1. DADOS DO ÓRGÃO CONCEDENTE									
1.1 CNPJ 00378257000181			1.2 Razão Social FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO						
1.3 Endereço SBS QD 02 BLOCO F - EDIFICIO FNDE				1.4 Bairro ou Distrito ASA SUL			1.5 Município BRASILIA		
1.6 UF DF	1.7 CEP 70070929	1.8 DDD 061	1.9 Telefone 20224806	1.10 Fax 20224151	1.11 E-mail		1.12 Cód. Unidade Gestora 153173	1.13 Cód. Gestão	
2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO CONCEDENTE									
2.1 CPF 388.266.584-04			2.2 Nome do Representante Legal JOSE CARLOS WANDERLEY DIAS FREITAS						
2.3 Endereço ED. CONDOMINIO VILLE DE MONTAGNE, QD 07, CASA:11				2.4 Bairro ou Distrito LAGO SUL			2.5 Município BRASILIA		
2.6 UF DF	2.7 CEP 71680367	2.8 DDD 61	2.9 Telefone 33674077	2.10 Fax 20224151	2.11 E-mail		2.12 RG 2628324		
2.13 Data de Emissão 20/01/05		2.14 Órgão expedidor SSP/PE		2.16 Cargo PRESIDENTE(A)					
3. DADOS DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO FÍSICA.									
3.1 CNPJ 42414284000102			3.2 Razão Social COLEGIO PEDRO II						
3.3 Endereço CAMPO SÃO CRISTOVÃO, Nº 177				3.4 Bairro ou Distrito SÃO CRISTOVÃO			3.5 Município RIO DE JANEIRO		
3.6 UF RJ	3.7 CEP 20921903	3.8 DDD 21	3.9 Telefone 38911050	3.10 Fax 25801931	3.11 E-mail dap@cp2.g12.br		3.12 Cód. Unidade Gestora 153167		
4. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO FÍSICA									
4.1 CPF			4.2 Nome do Representante Legal						

**ANEXO C – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS E EXIGÊNCIAS
MÍNIMAS CONFORME GUIA PRONATEC FIC (1ª A 4ª VERSÃO)**

<p>Eixo Tecnológico - HOSPITALIDADE E LAZER (1ª e 2ª VERSÃO) / TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER (3ª e 4ª)</p>
<p>1. RECEPCIONISTA - Guia 1ª versão – pág. 53/Guia 2ª versão – pág. 48/- Guia 3ª versão – pág. 106</p> <p>Recepciona e atende diferentes públicos, por meio de diversos canais de comunicação (telefone, virtual e presencial), utilizando o Português e, excepcionalmente, o Espanhol e o Inglês. Promove a satisfação, a qualidade e a excelência no atendimento. Tria as informações e estabelece fluxos de atendimento, com base nos processos, produtos e serviços da organização, de modo a atender com rapidez e eficiência às necessidades do cliente. Ao identificar dificuldades no atendimento, propõe alternativas de solução ou melhoria.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto/ Ensino Fundamental II Incompleto</p>
<p>2. ORGANIZADOR DE EVENTOS – Guia 3ª versão – pág. 95</p> <p>Planeja, organiza, executa e avalia eventos sociais tais como casamentos, aniversários, bodas, dentre outros, respeitando medidas de segurança e atuando com responsabilidade socioambiental.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II Incompleto</p>
<p>Eixo Tecnológico - APOIO EDUCACIONAL (1ª versão)/ DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL (2ª versão)</p>
<p>3. AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SECRETARIA ESCOLAR (AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR) - Guia 1ª versão –pág. 20/Guia Pronatec Fic, 2ª versão, página/- Guia 3ª versão – pág. 21</p> <p>Atua nos processos administrativos das Instituições Escolares com sistematizações e procedimentos voltados para os serviços de secretaria e apoio em acordo a legislação educacional pertinente.</p> <p>Carga horária Mínima: 180 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto/ Ensino Fundamental Completo</p>
<p>4. ASSISTENTE ESCOLAR – Guia 4ª versão –pág. 48</p> <p>Zela pela segurança dos educandos nas dependências da instituição de ensino. Auxilia Na administração da rotina escolar. Inspecciona o comportamento do aluno nos espaços escolares e registra condutas inadequadas. Orienta alunos e todas as pessoas que circulam nos ambientes escolares sobre regras e procedimentos. Presta apoio às atividades pedagógicas e às atividades livres dos alunos. Organiza o ambiente escolar e auxilia na conservação e manutenção predial e do transporte escolar.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) - Completo</p>
<p>5. INSPETOR ESCOLAR - Guia 1ª versão – pág. 20/- Guia 2ª versão – pág. 40</p> <p>Zela pela segurança do aluno nas dependências e proximidades da Escola. Observa o comportamento do aluno no ambiente escolar. Orienta alunos sobre regras e procedimentos. Fiscaliza espaços de recreação. Organiza o ambiente escolar.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas</p>

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto/ Ensino Fundamental II Incompleto
<p>6. ESPANHOL BÁSICO - Guia 3ª versão – pág. 45</p> <p>Compreende e usa expressões familiares e cotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Apresenta-se e apresenta a outros. Faz perguntas e dá respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive as pessoas que conhece e as coisas que tem. Comunica-se na língua espanhola de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II Incompleto</p>
<p>7. FRANCÊS BÁSICO – Guia 3ª versão – pág. 77</p> <p>Compreende e usa expressões familiares e cotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Apresenta-se e apresenta a outros. Faz perguntas e dá respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Comunica-se na língua francesa de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas</p>
<p>8. INGLÊS BÁSICO – Guia 3ª versão – pág. 51</p> <p>Compreende e usa expressões familiares e cotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Apresenta-se e apresenta a outros. Faz perguntas e dá respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Comunica-se na língua francesa de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II Incompleto</p>
<p>9. INGLÊS INTERMEDIÁRIO – Guia 3ª versão – pág. 51</p> <p>Compreende frases isoladas e expressões relacionadas com áreas de prioridade imediata como informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). Comunica-se em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação direta sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Descreve sua formação, o meio circundante e, ainda, refere-se a assuntos relacionados com necessidades imediatas.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II Incompleto</p>
Eixo Tecnológico - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
<p>10. AUXILIAR EM WEB DESIGNER – Guia 1ª versão – pág. 57</p> <p>Cria, planeja e coordena implantação de projetos de comunicação para internet, elaborando e finalizando páginas e sites. Mobiliza conceitos e princípios da comunicação visual e usabilidade, por meio das tecnologias disponíveis, com atenção à legislação dos direitos autorais.</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>11. MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES - Guia 1ª versão – pág. 50</p> <p>Realiza manutenção em computadores. Monta, instala e configura dispositivos de hardware Instala e configura sistemas operacionais e software aplicativos. Monta, instala e repara microcomputadores, identificando e instalando sistemas operacionais, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>

<p>12. PROGRAMADOR WEB - Guia 1ª versão – pág. 50 Desenvolve e realiza a manutenção de sistemas para web, codificando programas e modelando banco de dados. Realiza consultas ao sistema, segundo as especificações do projeto, documentando todas as etapas do processo. Carga horária Mínima: 160 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>Eixo Tecnológico – GESTÃO E NEGÓCIOS</p>
<p>13. AUXILIAR ADMINISTRATIVO - Guia Pronatec Fic, 3ª versão, página 16 Atua nos processos administrativos de empresas urbanas e rurais, executando atividades de apoio nas áreas de recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas, observando os procedimentos operacionais e a legislação. Carga horária Mínima: 160 horas Escolaridade Mínima: Ensino Médio Incompleto</p>
<p>14. ALMOXARIFE – Guia Pronatec Fic, 3ª versão, página 11 Programa e controla o recebimento de materiais mediante documentação fiscal do inventário físico. Armazena materiais, mantendo atualizados os registros de localização no almoxarifado, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária Mínima: 160 horas Escolaridade Mínima: Ensino Médio Incompleto</p>
<p>15. ASSISTENTE FINANCEIRO - Guia 4ª versão – pág. 95 Auxilia nas atividades e na operacionalização de produtos financeiros, fluxos de caixa, organização e classificação de documento contábil, emissão de ordens de pagamento e documentos fiscais. Carga horária Mínima: 160 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) - Completo</p>
<p>Eixo Tecnológico – AMBIENTE E SAÚDE</p>
<p>16. CUIDADOR INFANTIL – Guia 3ª versão – pág. 37 Cuida da higiene, conforto e alimentação da criança. Observa possíveis alterações no estado geral da criança. Zela pela integridade física, presta primeiros socorros e promove atividades lúdicas e de entretenimento. Carga horária Mínima: 160 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo</p>
<p>17. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Guia 4ª versão – pág. 20 Promove a saúde e a prevenção de agravos. Desenvolve atividades junto às famílias e à comunidade. Mobiliza as famílias para a vida organizativa, para a resolução de problemas identificados, para a conquista da saúde e para a autonomia dos sujeitos sociais. Colabora na identificação do perfil epidemiológico da área adstrita. Mobiliza estratégias de promoção da saúde. Mede a formação de vínculo entre a comunidade e as equipes de saúde e outras esferas da organização da vida social. Carga horária Mínima: 400 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) – Completo</p>
<p>18. AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Guia 4ª versão – pág. 23 Compreende o impacto social e ambiental dos resíduos sólidos. Auxilia atividades Operacionais para a gestão de resíduos sólidos. Executa serviços no âmbito da gestão de resíduos sólidos, com foco na redução, reutilização e reciclagem. Planeja e realiza</p>

<p>inspeções e campanhas de conscientização, para orientar adequadamente a gestão dos Resíduos Sólidos. Auxilia a realização de parcerias com empresas para a coleta dos resíduos recicláveis. Difunde a preservação ambiental e propaga a cultura ambiental e ações voltadas aos cuidados com os resíduos sólidos.</p> <p>Carga horária Mínima: 240 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) – Completo</p>
<p>19. RECEPCIONISTA EM SERVIÇOS DE SAÚDE - - Guia 4ª versão – pág. 210</p> <p>Recepciona e atende clientes, pacientes, usuários e visitantes. Organiza e opera sistemas de documentação de convênios. Facilita o acesso às consultas, exames, admissão e alta hospitalar.</p> <p>Carga horária Mínima: 240 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) – Completo</p>
<p>20. RECICLADOR - Guia 4ª versão – pág. 211</p> <p>Atua no beneficiamento de materiais reaproveitados como matéria-prima para novos produtos, na indústria de uma determinada cadeia de produto. Participa da seleção, tratamento e na transformação (reciclagem) de materiais diversos materiais como vidro, plástico, papel, metal e outros.</p> <p>Carga horária Mínima: 200 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental I (1º a 5º) - Completo</p>
<p>21. AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - Guia 4ª versão – pág. 211</p> <p>Participa de programas de prevenção das doenças bucais. Auxilia em intervenções clínicas odontológicas, na organização do consultório e da agenda de pacientes, no controle de estoques e na manutenção dos instrumentais e equipamentos odontológicos.</p> <p>Carga horária Mínima: 300 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) - Completo</p>
<p>22. HIGIENISTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE - Guia 4ª versão – pág. 108</p> <p>Realiza a limpeza e desinfecção dos ambientes de saúde. Evita a disseminação de infecções. Aplica as normas de biossegurança ao manuseio de produtos químicos e materiais biológicos.</p> <p>Realiza limpeza terminal e concorrente. Considera a classificação de áreas nos ambientes de saúde.</p> <p>Carga horária Mínima: 240 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental I (1º a 5º) - Completo</p>
<p>Eixo Tecnológico – PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN</p>
<p>23. AGENTE CULTURAL – Guia 4ª versão – pág. 108</p> <p>Fomenta a difusão dos saberes culturais locais. Auxilia na organização de eventos culturais e na promoção de espaços de divulgação e valorização de diversidades culturais. Incentiva a geração de renda por meio da comercialização de produtos artesanais produzidos na comunidade. Reconhece o conceito de economia criativa (cooperativismo, associativismo e economia solidária). Conhece noções básicas de direitos humanos, sociais e culturais.</p> <p>Carga horária Mínima: 160 horas</p> <p>Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) – Completo</p>
<p>24. ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL - Guia 4ª versão – pág. 159</p> <p>Assessora a elaboração, implementação e a execução de projetos culturais, de espetáculos artísticos, de conteúdos audiovisuais e multimídia. Auxilia na pré-produção, execução e pós-produção nas áreas de teatro, dança, circense, ópera, música, exposições, cinema,</p>

audiovisual, televisão, rádio, eventos e mídias digitais.

Carga horária Mínima: 160 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) – Completo

25. MÚSICO DE BANDA – Pandeiro/Violão - Guia 4ª versão – pág. 159

Compreende harmonia, ritmo, melodia, interpretando repertórios com técnica musical adequada para a prática coletiva de diferentes instrumentos musicais para bandas sinfônicas, bandas marciais, fanfarras, big bands e conjuntos de música popular em geral.

Carga horária Mínima: 200 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental I (1º a 5º) - Completo

ANEXO D - GRADE CURRICULAR DOS CURSOS PRONATEC FIC NO CPII

Grade Curricular – Recepcionista – Turmas A e B – 2012/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Relações Humanas na Empresa	40h
Qualidade no Atendimento	40h
Informática – Word Básico/ Internet	20h
Práticas Funcionais	60h
Total	160h

Grade Curricular – Auxiliar Administrativo de Secretaria Escolar – 2012/2

MÓDULO	CARGA HORARIA
Aula Inaugural	1h30
Qualidade no Atendimento	35h
Relações Interpessoais	35h
Informática	31h30
Língua Portuguesa	24h30
Estruturação e Legislação de Ensino	28h
Escrituração e Arquivo	24h30
Total	180h

Grade Curricular – Inspetor Escolar – 2012/2

MÓDULO	CARGA HORARIA
Aula Inaugural	1h30m
Qualidade no Atendimento	35h
Relações Interpessoais	35h
Comunicação	38h30
Legislação	38h30
Inspetor escolar, Família, Escola e Educação	31h30
Total	180h

Grade Curricular – Recepcionista – 2012/2

MÓDULO	CARGA HORARIA
Qualidade no Atendimento	42h
Relações Interpessoais	42h
Informática	35h
Língua Portuguesa	24h
Ética, Cidadania e Empreendedorismo	17h
Total	160h

Grade Curricular – Auxiliar em Web Designer – 2012/2 a 2013/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Internet e web	08h
Arquitetura da Informação	10h
Edição e Imagem	14h
Edição de Áudio	08h
Edição de Vídeo	20h
Flash	08h

Web 2.0	20h
Português	08h
Projeto	16h
HTML	28h
Ética, Cidadania e Mundo do Trabalho	20h
Total	160h

Grade Curricular – Montagem e Manutenção de Computadores – 2012/2 a 2013/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Sistema de Computador	60h
Instalação de Software	60h
Redes de Computadores	40h
Total	160h

Grade Curricular – Programador Web – 2012/2 a 2013/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Algoritmos Computacionais	28h
SQL	20h
Html	10h
Javascript	20h
PHP	30h
Projeto	30h
Tópicos avançados	22h
Língua Portuguesa	20h
Ética, Cidadania e Trabalho	20h
Total	200h

Grade Curricular – Auxiliar Administrativo de Secretaria Escolar – 2013/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Escrituração e Arquivo	20h
Estruturação e Legislação de ensino	28h
Informática	28h
Língua portuguesa	28h
Qualidade no atendimento	36h
Relações Interpessoais	40h
Total	180h

Grade Curricular – Inspetor Escolar – 2013/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Informática	24h
Legislação - infância e juventude	40h
Língua portuguesa	40h
Qualidade no atendimento	36h
Relações interpessoais	40h
Total	180h

Grade Curricular – Recepcionista – 2013/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética, Cidadania e Mercado de Trabalho	16h

Informática	40h
Língua Portuguesa	28h
Qualidade no atendimento	36h
Relações interpessoais	40h
Total	160h

Grade Curricular – Auxiliar Administrativo – 2013/2 a 2014/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Fundamentos de Administração	24h
Noções de Gestão de Empresas	32h
Língua portuguesa	32h
Informática	32h
Gestão Organizacional	36h
Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	24h
Total	180h

Grade Curricular – Auxiliar de Secretaria Escolar – 2013/2 a 2014/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Escrituração e arquivo	28h
Estruturação e legislação de ensino	32h
Informática	32h
Língua portuguesa	28h
Qualidade no atendimento	28h
Relações interpessoais	32h
Total	180h

Grade Curricular – Almoxarife – 2014/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Noções de Administração	40h
Noções de gestão de Materiais	40h
Método de Controle de Estoque	40h
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	40h
Total	160h

Grade Curricular – Assistente Escolar – 2014/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	24h
Legislação – E.C.A e L.D.B	32h
Língua portuguesa	32h
Qualidade no atendimento	36h
Relações interpessoais	36h
Total	160h

Grade Curricular – Auxiliar de Secretaria Escolar - 2014/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Escrituração e arquivo	28h

Estruturação e Legislação de Ensino	32h
Informática	32h
Língua Portuguesa	28h
Qualidade no Atendimento	28h
Relações Interpessoais	32h
Total	180h

Grade Curricular – Auxiliar Administrativo – 2014/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Noções de Gestão de Empresas e Contabilidade	36h
Informática	24h
Língua Portuguesa	24h
Fundamentos da Administração	24h
Gestão Organizacional	28h
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	24h
Total	160h

Grade Curricular – Cuidador Infantil - 2014/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Desenvolvimento Infantil	36h
Nutrição e Saúde	36h
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	24h
Prevenção de Acidentes	32h
Doenças da infância e Vacinação	32h
Total	160h

Grade Curricular – Espanhol Básico - 2014/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	24h
Espanhol	136h
Total	160h

Grade Curricular – Recepcionista – 2014/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	24h
Informática	36h
Língua portuguesa	28h
Qualidade no atendimento	36h
Relações interpessoais	36h
Total	160h

Grade Curricular – Francês Básico - 2015/1 a 2016/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	20h
Francês	180h
Total	200h

Grade Curricular – Inglês Básico - 2015/1 a 2016/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	20h
Inglês	180h
Total	200h

Grade Curricular – Inglês Intermediário - 2015/1 a 2016/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	20h
Inglês	180h
Total	200h

Grade Curricular – Organizador de Eventos - 2015/1 a 2016/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	20h
Qualidade no Atendimento	32h
Relações Interpessoais	40h
Produção de Eventos	108h
Total	200h

Grade Curricular – Agente Comunitário de Saúde - 2016/2 a 2017/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Comunicação e Expressão	32h
Direitos da Mulher e Cidadania	20h
Qualidade no atendimento	32h
Relações Interpessoais	20h
Saúde e Comunidade	296h
Total	400h

Grade Curricular – Agente de Gestão de Resíduos Sólidos - 2016/2 a 2017/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Comunicação e Expressão	32h
Ética e Cidadania	20h
Gestão de Resíduos Sólidos	156h
Meio Ambiente (Prevenção, Reciclagem e Reutilização de Materiais)	72h
Relações Interpessoais	20h
Total	300h

Grade Curricular – Assistente Financeiro - 2016/2 a 2017/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Administração Financeira	152h
Comunicação e Expressão	32h
Ética e Cidadania	20h
Matemática Básica	36h
Total	240h

Grade Curricular – Recepcionista em Serviços de Saúde - 2016/2 a 2017/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Comunicação e Expressão	32h
Direitos da Mulher e Cidadania	20h
Noções de Arquivo	20h
Informática	44h
Noções de Inglês	48h
Noções de Saúde	40h
Qualidade no atendimento	32h
Relações Interpessoais	36h
Segurança do Trabalho	28h
Total	300h

Grade Curricular – Reciclador - 2016/2 a 2017/1

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Comunicação e Expressão	32h
Ética e Cidadania	20h
Gestão e Empreendedorismo (Associativismo e Corporativismo)	36h
Matemática Básica	32h
Meio Ambiente (Prevenção, Reciclagem e Reutilização de Materiais)	72h
Oficina de Artes	60h
Relações Interpessoais	20h
Segurança do Trabalho	28h
Total	300h

Grade Curricular – Agente Cultural - 2017/2 a 2018/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética Profissional	20h
Leitura e Produção de texto	24h
Produção de Eventos Culturais	100h
Matemática para projetos	24h
Informática para projetos	24h
Total	192h

Grade Curricular – Assistente de Produção Cultural - 2017/2 a 2018/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética Profissional	20h
Comunicação e expressão	32h
Organização de Eventos Culturais	88h
Qualidade no Atendimento	32h
Relações Interpessoais	20h
Total	192h

Grade Curricular – Auxiliar de Saúde Bucal - 2017/2 a 2018/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Comunicação e Expressão	36h

Ética Profissional	24h
Noções de Arquivo	20h
Qualidade no atendimento	32h
Relações Interpessoais	36h
Saúde Bucal	202h
Total	350h

Grade Curricular – Higienista de Serviços de Saúde - 2017/2 a 2018/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Comunicação e Expressão	36h
Ética Profissional	24h
Saúde, Higiene e a comunidade hospitalar	220h
Total	280h

Grade Curricular – Recepcionista em Serviços de Saúde - 2017/2 a 2018/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Comunicação e Expressão	32h
Noções de Arquivo	20h
Ética no trabalho	20h
Informática	44h
Noções de Inglês para atendimento	28h
Noções de Saúde	40h
Qualidade no atendimento	32h
Relações Interpessoais	36h
Segurança no Trabalho	28h
Total	280h

Grade Curricular – Músico de Banda (Violão/Pandeiro) - 2017/2 a 2018/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética Profissional	20h
Música (violão)	220h
Total	240h

Grade Curricular – Músico de Banda (Violão/Pandeiro) - 2017/2 a 2018/2

MÓDULO	CARGA HORÁRIA
Ética Profissional	20h
Música (pandeiro)	220h
Total	240h

ANEXO E – ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES DE ATUAÇÃO DO PRONATEC (BOLSISTAS)

Coordenador-Geral

- responsabilizar-se pela coordenação de todas as ações relativas à oferta de bolsas-formação do Pronatec nos cursos oferecidos pelo Colégio Pedro II, de modo a garantir condições materiais e institucionais para o desenvolvimento dos cursos;
- coordenar e acompanhar as atividades administrativas, tomando decisões de caráter gerencial, operacional e logístico necessárias para garantir a infraestrutura adequada para as atividades dos cursos;
- coordenar e acompanhar as atividades acadêmicas dos cursos, exercendo a supervisão das turmas do Pronatec, dos controles acadêmicos, das atividades de capacitação e de atualização, bem como de reuniões e encontros;
- avaliar os relatórios mensais de frequência e desempenho dos profissionais envolvidos na implementação dos cursos do Pronatec e aprovar os pagamentos àqueles que fizeram jus à bolsa no período avaliado
- solicitar a efetivação dos pagamentos devidos aos profissionais ao ordenador de despesa da instituição;
- participar dos processos de pactuação de vagas da instituição;
- receber os avaliadores externos indicados pela SETEC/MEC e prestar-lhes informações sobre o andamento dos cursos nos municípios;

supervisionar a prestação da assistência estudantil dos beneficiados pelas bolsas-formação.

Coordenador Adjunto

- assessorar o coordenador-geral nas ações relativas à oferta de bolsas-formação no âmbito do Pronatec em atividades de desenvolvimento, avaliação, adequação e ajuste da metodologia de ensino adotada, assim como conduzir análises e estudos sobre o desempenho nos cursos ministrados pela instituição;
- assessorar a tomada de decisões de caráter administrativo e logístico que garantam infraestrutura adequada para as atividades; responsabilizar-se pela gestão dos materiais (recebimento e distribuição de materiais didáticos aos estudantes);
- coordenar e acompanhar as atividades administrativas, incluindo: planejamento e acompanhamento das atividades de seleção dos estudantes pelos demandantes, e de

capacitação e supervisão dos professores e demais profissionais envolvidos nos cursos;

- garantir a manutenção das condições materiais e institucionais para o desenvolvimento dos cursos;
- coordenar e acompanhar as atividades acadêmicas dos cursos, de docentes e discentes, bem como monitorar o desenvolvimento dos cursos para identificar eventuais dificuldades e tomar providências cabíveis para sua superação;
- acompanhar e dinamizar os cursos, propiciando ambientes de aprendizagem adequados, bem como mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma e objetivos de cada curso;
- organizar os processos de pactuação de vagas para a oferta de bolsas-formação na instituição, bem como a montagem de turmas do Pronatec, os instrumentos de controle acadêmico e de monitoramento;
- participar das atividades de capacitação e de atualização, bem como das reuniões e dos encontros;
- garantir a constante atualização dos dados cadastrais de todos os bolsistas, inclusive a de seus próprios dados para fins de controle.
- elaborar e encaminhar relatório mensal de frequência e desempenho dos profissionais envolvidos na implementação do Pronatec ao coordenador-geral das bolsas-formação na instituição, informando-o sobre a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- substituir o coordenador-geral em períodos em que este estiver ausente ou impedido;
- organizar a assistência estudantil dos beneficiários das bolsas-formação.

Supervisor do Curso

- organizar a oferta dos cursos, em conformidade com o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada bem como com o Catálogo Nacional de Cursos;
- elaborar a proposta de implantação do curso e sugerir as ações de suporte tecnológico necessárias durante o processo de formação, informando ao coordenador-adjunto;
- elaborar, juntamente com os demais profissionais envolvidos no curso, os conteúdos programáticos do curso, assim como participar do desenvolvimento de

metodologias de ensino e da elaboração de materiais didáticos adequados à modalidade a ser ofertada, mediante avaliação de metodologias consagradas e inovadoras;

- assegurar os requisitos de acessibilidade física nas comunicações e no material didático pedagógico, possibilitando a plena participação de pessoas com deficiência.
- desenvolver, em colaboração com o coordenador, a metodologia de avaliação dos estudantes e implantar um sistema de avaliação, de acordo com o previsto no plano de curso;
- apresentar ao coordenador-adjunto, ao final do curso ofertado, relatório das atividades e do desempenho dos estudantes;
- elaborar relatório sobre as atividades de ensino na esfera de suas atribuições, para encaminhamento à SETEC/MEC ao final de cada semestre, ou quando solicitado;
- ao final do curso, adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, bem como realizar análises e estudos sobre o desempenho do curso;
- supervisionar a constante atualização, por parte dos professores no sistema de gestão do Pronatec, dos registros de acompanhamento de frequência e desempenho acadêmico dos beneficiados;
- realizar a articulação da escola de educação profissional e tecnológica com a escola de ensino médio, para que haja compatibilidade entre os projetos pedagógicos;
- participar dos encontros de coordenação, promovidos pelos coordenadores.

Orientador

- orientar e acompanhar as atividades e a frequência dos estudantes, realizando diagnóstico quando os estudantes estão em processo de evasão e criando alternativas para a manutenção do aluno;
- acompanhar os estudantes em potencial e orientá-los no processo de escolha do curso;
- realizar atividades nos demandantes apresentando as ofertas da instituição;
- promover atividades de sensibilização e integração entre os estudantes e equipes do Pronatec;
- articular ações de inclusão produtiva em parceria com os SINES.

Professor/Instrutor

- planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las aos beneficiados pelas bolsas-formação;
- adequar a oferta dos cursos às necessidades específicas do público-alvo;
- alimentar o sistema de gestão do Pronatec com os dados de frequência e desempenho acadêmico dos estudantes;
- adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia às necessidades dos estudantes participantes da oferta;
- propiciar espaço de acolhimento e debate com os estudantes;
- avaliar o desempenho dos estudantes;
- participar dos encontros de coordenação promovidos pelos coordenadores geral e adjunto.

Profissional de apoio às atividades acadêmicas e administrativas

- realizar a gestão acadêmica das turmas;
- acompanhar e subsidiar a atuação dos professores;
- participar dos encontros de coordenação promovidos pelo coordenador adjunto;
- realizar as atividades de secretaria dos cursos ofertados no âmbito da bolsa-formação: matrícula dos estudantes, emissão de certificados e organização de pagamentos dos bolsistas, entre outras atividades administrativas determinadas pelos coordenadores geral e adjunto.

ANEXO F - MODELO DE CERTIFICADO DOS(AS) DISCENTES

PRONATEC <small>PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</small>	<small>GOVERNO FEDERAL</small> BRASIL <small>PAIS RICO É PAIS SEM POBREZA</small>	
<h1>CERTIFICADO</h1>		
<p>O COLÉGIO PEDRO II certifica que XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, concluiu o Curso de, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX na modalidade Formação Inicial e Continuada - FIC, com xxx horas, realizado no campus XXXXX, no período de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, no âmbito do PRONATEC – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO, vinculado ao Ministério da Educação.</p>		
<p>Rio de Janeiro, xxxx de xxxxxxxx de 201x.</p>		
<hr/> Titular do Certificado	<hr/> Reitor(a)	

CURSO DE RECEPCIONISTA

MODALIDADE: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Componentes	Carga Horária
Informática	36h
Relações Interpessoais	36h
Língua Portuguesa	28h
Ética, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo	24h
Qualidade no Atendimento	36h
Total Geral da Carga Horária do Curso	160 horas